



COLEÇÃO CULT

# Políticas Culturais para as Cidades

Antonio Albino Canelas Rubim  
& Renata Rocha (Orgs.)





# Políticas Culturais para as Cidades



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR Naomar Monteiro de Almeida Filho

VICE REITOR Francisco José Gomes Mesquita



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

*Titulares*

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Alberto Brum Novaes

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

*Suplentes*

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes



CULT — CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO Linda Rubim

VICE-COORDENAÇÃO Leandro Colling

COLEÇÃO CULT

# Políticas Culturais para as Cidades

*Antonio Albino Canelas Rubim  
& Renata Rocha (Orgs.)*

EDUFBA  
SALVADOR, 2010

© 2010, by autores

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

TRANSCRIÇÃO Mariana Dias de Araújo

REVISÃO Cida Ferraz

NORMALIZAÇÃO Os autores

DIAGRAMAÇÃO Genilson Lima

FOTO DA CAPA Ingrid Klinkby

APOIO Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA)

Textos adaptados das exposições proferidas no IV Ciclo de Debates em Políticas Culturais: Políticas Culturais para as Cidades, realizado de 11 a 14 de agosto de 2008.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – UFBA

---

Políticas culturais para as cidades / Antonio Albino Canelas Rubim & Renata Rocha (orgs.). - Salvador : EDUFBA, 2010.

212 p. - (Coleção CULT)

Textos adaptados das exposições no IV Ciclo de Debates em Políticas Culturais : Políticas Culturais para as Cidades, realizado de 11 a 14 de agosto de 2008.

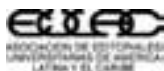
ISBN 978-85-232-0689-5

1. Política cultural. 2. Cidades e vilas. 3. Patrimônio cultural. 4. Política urbana.  
5. Pluralismo cultural. I. Rubim, Antonio Albino Canelas. II. Rocha, Renata. III. Série.

CDD - 353-7

---

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,  
Salvador – Bahia CEP 40170 115 tel/fax 71 3283 6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

## Apresentação

Ao longo do ano de 2008, a população que vive em áreas urbanas atingiu a proporção de 50% do total mundial, segundo dados da Divisão de População das Nações Unidas.<sup>1</sup> Em outras palavras, cerca de 3,3 bilhões de pessoas estão morando atualmente em cidades. Esta realidade, porém, evidencia alguns contrastes. Embora este índice já tenha sido alcançado nas regiões mais desenvolvidas do globo, desde o ano de 1953, nas regiões menos desenvolvidas, será um fato apenas em 2019. Entretanto, os impactos da vida e das culturas urbanas certamente já repercute, de modo significativo, nos valores, hábitos e tradições das zonas rurais, a partir da influência de variados dispositivos, dentre eles as redes de comunicação.

No Brasil, também no ano de 2008, eram realizadas eleições para prefeito e vereador nos 5.564 municípios<sup>2</sup> do País. Em Sal-

<sup>1</sup> “World Urbanization Prospects The 2007 Revision Population”. ONU, 2007.. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP\\_Highlights\\_web.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

<sup>2</sup> “Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008”. IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/munic2008.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

vador, a Câmara de Vereadores aprovava, em uma sessão bastante conturbada, em dezembro de 2007, o controverso Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), tema que passou a permear os debates eleitorais e alcançou relativa importância nas propostas dos diversos candidatos.

Neste contexto, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-Ba) e o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), buscando acompanhar criticamente os itinerários da cultura contemporânea, promoveram, em conjunto com o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PÓS-CULTURA), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) – o “IV Ciclo de Debates em Políticas Culturais”, com a temática: “Políticas Culturais para as Cidades”.

Para este Ciclo, foram convidados pesquisadores, profissionais, gestores e políticos, oriundos de diversas áreas, que têm se destacado, no estudo e na atuação, pelo debate sobre o tema das cidades e da cultura. São administradores, economistas, sociólogos, antropólogos, educadores, gestores públicos e, obviamente, urbanistas e arquitetos. A fim de promover a necessária multiplicidade de interpretações, perspectivas e maneiras de perceber a cidade, foi estabelecido um tempo reduzido para que cada um deles apresentasse, mais uma “provocação”, do que uma exposição em moldes tradicionais. As falas, transcritas e cuidadosamente revisadas, somadas a um artigo do sociólogo e professor Gey Espinheira,<sup>3</sup> escrito para o evento, tomaram então a forma deste livro. O resultado é uma surpreendente, densa e expressiva ampliação do debate, através da pluralidade das visões sobre este tema tão atual quanto complexo: as conexões contemporâneas entre cidade e cultura.

3  
Falecido em 17 de março de 2009. Deixou um importante legado de pesquisas, estudos e reflexões nas áreas de direitos humanos, violência (com ênfase em violência urbana), educação, cidadania e democracia.

*Antonio Albino Canelas Rubim*  
*Renata Rocha*



## SUMÁRIO

I

### A Cidade como Fenômeno Cultural na Contemporaneidade

13

Apresentação

*Leonardo Boccia*

17

O Fenômeno Urbano como Fenômeno Cultural

*Afonso Florence*

23

Cidade Contemporânea e Cultura: Termos de um impasse?

*Ana Fernandes*

29

A Cidade como Fenômeno Cultural:

apontamentos para uma abordagem geográfica

*Angelo Serpa*

33

As cidades e suas contradições

*Ubiratan Castro de Araújo*

39

Cidade, Cultura e Políticas Públicas

*Maria de Azevedo Brandão*

II

### Cidade e Patrimônio Cultural

49

Apresentação

*Antonio Albino Canelas Rubim*

51  
Carnaval, cultura urbana e políticas culturais em Salvador  
*Clímaco Dias*

57  
Patrimônio Cultural: questões para um debate  
*Eugênio Lins*

61  
A experiência do IPAC na preservação  
do patrimônio cultural na Bahia  
*Frederico Mendonça*

67  
Diferença *versus* Identidade nos processos culturais  
*Pasqualino Romano Magnavita*

75  
O Patrimônio de uma Cidade  
*Valdina Pinto*

### III Políticas Culturais e Cidades

85  
Apresentação  
*Paulo Miguez*

89  
Cultura e Cidade  
*Paulo Ormino de Azevedo*

97  
Salvador e o desafio da gestão cultural  
*Paulo Costa Lima*

109  
Cultura na política de transformação democrática da cidade  
*Javier Alfaya*

117

Reflexões sobre a cultura e as cidades

*Frederico Mendonça*

123

A rede educacional como base para ação e mediação cultural

*Sergio Coelho Borges Farias*

IV

Políticas Urbanas e Cultura

131

Apresentação

*Lia Robatto*

133

O jogo da cultura no mundo contemporâneo

*Gey Espinheira*

135

Salvador: Cidade Criativa?

*Paulo Henrique de Almeida*

141

Salvador: problemas e potenciais da política cultural

*Marcus Alban*

149

Um projeto de gestão para Salvador

*Tânia Fisher*

V

Diversidade e Culturas Urbanas

159

Apresentação

*Ana Célia da Silva*

161

Notas sobre Cidade e Cultura

*Paola Berenstein Jacques*

167

A cultura da cidade

*Eneida Leal Cunha*

173

Depoimento no Conselho de Cultura

*Ruy Espinheira Filho*

181

Diversidade e Culturas Urbanas: uma breve reflexão

*Antônio Jorge Victor dos Santos Godi*

Anexo

191

Cultura, cidade e democracia:

o jogo da cultura no mundo contemporâneo

*Gey Espinheira*

209

Ficha técnica do evento

I

A Cidade como Fenômeno

Cultural na Contemporaneidade



## Apresentação

*Leonardo Boccia\**

Parece-me que a proposta é fazer uma exposição de dez minutos, o que realmente é pouco. Sempre costumo dizer que um concerto de música daria pelo menos uns vinte minutos, com temas, variações, exposições... Então, a gente não vai poder variar muito aqui, apenas expor um tema e, entretanto, ao contrário, teremos debate aberto, logo em seguida.

Eu preparei aqui algumas provocações sobre a questão da cultura e depois passo a palavra para o nosso próximo palestrante. Bom, como eu também tenho dez minutos, vou fazer algumas provocações.

\*  
Professor (Coordenador) do  
Programa de Pós-Graduação em  
Cultura e Sociedade e do Instituto  
de Humanidades, Artes e Ciências  
Professor Milton Santos da  
Universidade Federal da Bahia.

Para Milton Santos, conhecimento é saber. Quero citá-lo porque é importante para a provocação que preparei. Conhecimento e saber renovam-se do choque de culturas, sendo a produção de novos conhecimentos e técnicas produto direto da interposição de culturas diferenciadas no somatório daquilo que anteriormente existia. Terry Eagleton, contudo, em seu livro *A idéia de cultura*, adverte que cultura, no sentido de religião, nacionalidade, sexualidade, etnicidade etc., é um campo de batalha feroz, de modo que, quanto mais prática se torna uma cultura, menos ela é capaz de cumprir um papel conciliatório e, quanto mais conciliatória ela é, mais ineficaz se torna. A expressão “guerras culturais” sugere batalhas campais entre populistas e elitistas. O choque entre culturas, com “C” maiúsculo e “c” minúsculo, entretanto, já não é mais simplesmente uma batalha de definições, mas um conflito global. É uma questão de política real, não apenas políticas acadêmicas. Acho que todo mundo viu nas olimpíadas de Pequim e não está assistindo um pouco à essa questão, essa imposição, essa visão de espetáculo da cultura... é um pouco sobre isso que eu quero falar. A vitalidade das culturas, para mim, depende tanto da preservação de seus valores como da criação de novos modelos. Porém, é pelo lado do intercâmbio contínuo, no encontro e nos choques com outras culturas, que proporcionam saltos e deslocamentos essenciais à expansão do conhecimento e do sentimento, que sempre se fala em conhecimento, mas se esquece, por outro lado, que nós sentimos muito mais do que sabemos. Na maioria das vezes, essa renovação/expansão contínua, a questão do flutuar contínuo que permite saber e sentir, que se distinguem, que distinguem, unem e dividem as diversas regiões do mundo, em seus valores, movimentos e transformações culturais, encontra na Universidade um espaço favorável à investigação multi, inter e transdisciplinar.

Diferentes conhecimentos cooperam entre si para observar cada objeto de estudo e descobrir novos dados essenciais sobre



as culturas que marcam grupos, regiões e nações. Culturas que imprimem a marca representativa da imagem nacional que, voltada para o mundo, busca o intercâmbio vital à sua renovação. Embora isso possa parecer um pouco erudito, no fundo é muito simples: o que eu quero trazer aqui é que, nessa intensa circulação de signos e símbolos, neste momento, o conteúdo imaginário faz com que o gigantesco mercado de imagens, músicas e sons seja cobiçado por grandes companhias transnacionais. Um exemplo: a Corbis, empresa fundada por Bill Gates, em 1989, para ser a maior provedora de imagens de arte e fotografia na Internet ([www.corbis.com](http://www.corbis.com)), anunciou sua entrada em um novo ramo de negócios, com a aquisição da Sigma, agência líder no mercado de fotos jornalísticas. Esta aquisição revela os planos agressivos da Corbis para criar uma nova plataforma digital que oferecerá notícias em tempo real, imagens de celebridades, para editores e consumidores, via Internet. Com a compra da Sigma, a Corbis passa a possuir a maior coleção de imagens do mundo, com mais de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de fotografias, sendo que, mais de 2.000.000 (dois milhões) dessas imagens estão disponíveis *on-line*, tornando-a também detentora da maior coleção de imagens digitais. Mas, para alcançar novas metas, no intercâmbio entre as nações, é preciso que a cooperação nacional assegure vantagens recíprocas, pois apenas isso garante um mundo mais justo, cidades mais humanas, lugares culturalmente dignos.

Segundo o relatório da Unicef, *Children cover in rich country*, de 2005, por exemplo, cerca de 47.000.000 (quarenta e sete milhões) de crianças que vivem em países ricos são pobres. México e Estados Unidos lideram a lista dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de países onde vivem crianças em relativa pobreza. Mais de uma, em quatro crianças, no México, 26,2%, e mais de uma, em cinco, nos Estados Unidos, 22,4%, são pobres. Contudo, esses dados não costumam ser divulgados na mídia de massa ou raramen-

<sup>1</sup>  
Cf. < <http://www.fco.gov.uk/en/about-us/publications-and-documents/publications/pd-publication/national-reputation> >. Acesso em: 27 jun. 2008.

te o são. Na realidade, os países em desenvolvimento recebem mais cobertura midiática negativa que os países industrializados. Segundo Simon Anholt,<sup>1</sup> autor, pesquisador e membro independente do escritório de Diplomacia Pública da Comunidade Exterior do Reino Unido, a reputação nacional não pode ser construída, ela só pode ser merecida. Contudo, essa estima internacional que propicia aos países ricos intercambiar entre as nações da comunidade internacional, na maioria das vezes sem garantir vantagens recíprocas, precisa ser construída, e para isso, influentes e inteligentes companhias de mídia de massa transnacionais selecionam e distribuem produtos-chave, de áudio e audiovisuais, nos quais, detalhes essenciais que nos permitem ver-ouvir o mundo como ele de fato é, são simplesmente omitidos.

A dependência da mídia brasileira no âmbito internacional tem dificultado projetar outras imagens, sons do Brasil, a não ser aquelas diariamente distribuídas, de um coquetel de crimes, violência e drogas, insegurança e corrupção, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. No entanto, nesse megaespetáculo midiático mundial, e por motivos econômicos óbvios, questões ideológicas fundamentais e abuso aos direitos humanos, entre outras crueldades, são geralmente silenciados ou primorosamente maquiados.

Eu queria deixar essa provocação porque – já que moro no Brasil há 32 anos e gosto muito da Bahia – eu percebo que essa campanha para denegrir países se tornou um grande negócio. Então, quero deixar claro, que às vezes, cidades com qualidades extraordinárias são vistas como cidades-problema ou países-problema. A gente assistiu agora, no caso da Olimpíada, a uma série de críticas ao regime e, no entanto, na festa de abertura, assistimos a esse megaevento, dirigido pelo cineasta Zhang Yimou, e que deu realmente a entender que aquela cultura de fato possui uma força extraordinária.

## O Fenômeno Urbano como Fenômeno Cultural

*Afonso Florence\**

Quero primeiro agradecer ao Conselho de Cultura e aos organizadores deste evento pela oportunidade de voltar ao ambiente de reflexão teórica e, em particular, de poder interagir com tantos profissionais e pesquisadores universitários.

O fenômeno urbano é eminentemente um fenômeno cultural. Esta afirmação ganha conotação universal, mas também particular, nacionalmente, entre as sociedades, assim como regional, e até mesmo intraurbana, quando consideramos as metrópoles complexas. Do ponto de vista universal, é possível afirmar que a humanidade testemunhou muitos povos constituírem diferentes experiências civilizatórias que se

\*  
À época, Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Católica do Salvador.

expressaram em determinadas formas de aglomeração humana. Durante os últimos duzentos anos, o sistema capitalista mundializou-se de forma não pacífica e promoveu uma nova modalidade de aglomeração urbana, que pode ser submetida a uma categorização que busque apreender as diferentes expressões daquilo que poderíamos chamar de cultura material urbana. É possível afirmar que, do ponto de vista sistêmico, há uma tendência de uniformização do padrão urbanístico, a partir, principalmente, da produção corporativa das cidades, e da dinâmica de reprodução da mais-valia urbana.

A experiência de reprodução das cidades brasileiras não foge a esta regra geral das cidades capitalistas. Neste contexto, experimentamos uma complexa dinâmica histórica de constituição de diferentes modos de vida urbanos, em decorrência da diversidade cultural nacional. A despeito das enormes diferenças culturais regionais, é possível afirmar que a dinâmica econômica no Brasil propiciou condições de urbanização muito similares e a reprodução de características urbanas comuns: crescimento desordenado, segregação classista e étnica, baixa urbanização nas zonas urbanas ocupadas pela população de baixa renda, assim como a constituição de variantes urbanas da estratificação social determinada pela sociedade nacional.

Nesta perspectiva, mais do que um fenômeno cultural, a cidade é um fenômeno cultural multifacetado que, tanto possui sua dinâmica de crescimento entrecortada pela lógica de acumulação do capital como, também, por diferentes outros fatores.

A história recente no Brasil viu surgir novos personagens coletivos urbanos, constituindo um amplo e variado leque de classes, frações de classe, segmentos sociais e grupos de pressão como as “tribos urbanas”. Viu surgir, ao mesmo tempo, um pujante movimento social urbano que, nos anos 80 em Salvador, ganhou a forma de movimentos contra a carestia e, posteriormente, de defesa dos favelados.

Mais recentemente, conformou-se como movimento de luta pela moradia que, ao entrar na cena política, passou a interferir no destino das nossas cidades, protagonizando algumas das suas dinâmicas mais decisivas. Portanto, além da dinâmica de reprodução da mais-valia urbana e de outras variáveis, também as pressões dos segmentos sociais, que se organizam para lutar por seus direitos, em particular, daqueles que lutam pelo direito à moradia, passaram a interferir no processo de modelagem cultural das cidades. Assim, considerando a cultura como um modo de vida, é possível afirmar que os segmentos sociais que lutam pela moradia contribuem com a modelagem cultural das cidades.

Isto se dá desde a forma como edificam suas moradias e dão urbanidade ao seu entorno – dinâmica entrecortada pela pressão da produção corporativa das cidades, pelo ordenamento do uso do solo exclusivamente sob a égide da reprodução da mais-valia urbana – até o impacto na dinâmica urbana do seu cotidiano de organização e apresentação à sociedade e, em especial aos poderes constituídos, de suas reivindicações.

Tenho vivido a experiência do mandato de Secretário em condições históricas muito particulares, menos pela minha trajetória de ativista dos movimentos sociais e mais pela circunstância histórica decorrente da confluência entre a existência de dispositivos constitucionais que garantem a função social da propriedade e o direito à moradia, com o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) e, no âmbito estadual, da Lei 10.704/2007, que permitiram a constituição do Conselho Estadual das Cidades, suas Câmaras Técnicas de Habitação, Saneamento e Mobilidade, além da implementação de uma arrojada política de participação e controle social na elaboração e execução das políticas estaduais de saneamento e habitação.

Com a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) – instituída através da Lei 11.041/2008 – conseguimos executar o maior e mais importante programa de habitação

popular da história da Bahia, investindo cerca de R\$ 1 bilhão entre recursos da União e do Estado baiano: o Programa Casa da Gente, do governo da Bahia. Serão mais de 50 mil unidades habitacionais, construídas ao longo de quatro anos, através de parcerias com prefeituras, entidades da sociedade civil representativas dos movimentos sociais de luta pela moradia nas cidades e entidades representativas de movimentos sociais de luta pela terra no campo.

Além disso, destacamos a presença de diversas entidades da sociedade civil – algumas integrantes do Conselho das Cidades (Concidades) – e sua participação na execução da política estadual de habitação de interesse social e no Programa Casa da Gente, inclusive na captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Assim, com o protagonismo de entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e a União Nacional por Moradia Popular, entre outras, não é exagero afirmar que contribuímos para um cenário em que estes novos personagens entraram em cena. Vale ressaltar que estas entidades da sociedade civil também participaram do processo de elaboração da Política Estadual de Saneamento Básico que, como a de habitação, foi originada em intensa participação social. Para cada uma delas foram realizadas 16 audiências públicas, com a participação de mais de duas mil pessoas, discutindo cada uma das respectivas propostas de políticas, no caso da habitação, já com uma minuta do Projeto de Lei. A Política Estadual de Saneamento Básico abriga o Programa Água Para Todos, que investe cerca de R\$ 3 bilhões – o maior programa de água e saneamento da história da Bahia.

Com o surgimento destes novos personagens sociais, somado ao acelerado processo de urbanização da sociedade brasileira, é possível afirmar que, no bojo das transformações ocorridas no seio da sociedade civil brasileira, merece destaque o surgimen-

to de uma nova agenda política: a sustentabilidade das cidades. É fato que esta noção possui várias interpretações, mas, no que diz respeito às demandas do movimento de luta pela moradia, podemos identificá-la com a busca de condições dignas de moradia, ou seja, a habitabilidade das cidades.

É no âmbito da sociedade civil, dentro do mosaico de forças sociais com que se articula e aliança o movimento de luta pela moradia, que a luta pela habitabilidade das cidades ganha contornos ambientais e o apoio de outros importantes segmentos sociais. Portanto, é com o acréscimo de um conjunto de pontos propriamente ambientais, que a luta pela qualidade do *habitat* urbano se delinea como agenda de luta pelas cidades sustentáveis.

Com o fenômeno das mudanças climáticas, associado a um conjunto de problemas ambientais urbanos, assim detectados por um número crescente de formadores de opinião e por um número cada vez mais amplo de setores médios urbanos, entrou na agenda política a busca de soluções sustentáveis para as cidades. Com isto, ao tempo em que o movimento de luta pela moradia ganhou mais legitimidade política, surgiu um pujante movimento pela sustentabilidade e pela busca de um padrão de vida mais saudável nas cidades. Mais do que uma identidade decorrente da posição ocupada no processo de produção, esta dinâmica de luta política urbana constitui múltiplas identidades e laços de solidariedade que, a partir de diferentes matrizes classistas, majoritariamente da população de baixa renda, costura um bloco de forças sociais e políticas que articula um novo tecido social urbano, dirigido para a construção de cidades mais solidárias, justas e sustentáveis.

É neste complexo contexto, marcado pela colisão entre a produção corporativa das cidades e a luta por cidades sustentáveis, constituído por diferentes atores sociais, que se delineiam importantes dimensões da cultura urbana brasileira contemporânea.





## Cidade Contemporânea e Cultura: Termos de um impasse?

*Ana Fernandes\**

Em primeiro lugar, eu gostaria muito de agradecer o convite a todos os promotores deste evento e dizer que sempre me sinto muito honrada em participar desse tipo de discussão, em poder compartilhar com pessoas tão eméritas o debate sobre as cidades, sobre a cultura.

Começaria dizendo que a relação entre cidade e cultura é uma relação de longuíssima temporalidade e que, portanto, tratar dessa questão em dez minutos exige, obviamente, um recorte para que ela comece a ser trabalhada. O tema da mesa é *A cidade como fenômeno cultural na contemporaneidade* e uma opção é buscar pensar na cidade brasileira hoje, mais particularmente na Salvador de hoje, como essa relação entre cidade e cultura vem sendo aqui construída.

\*

Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Conselheira do Conselho Estadual de Cultura.

<sup>1</sup> O presente seminário aconteceu em agosto de 2008, momento ao qual imediatamente se seguiu a abertura da enorme crise financeira internacional, que avassalou os mercados e as atividades econômicas, de modo geral.

Logo que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito, ele começou a apregoar o espetáculo do crescimento e durante algum tempo isso foi motivo de anedota. O que se assiste desde 2007 é um processo de crescimento econômico no Brasil, e não só no Brasil.<sup>1</sup> Este momento de crescimento é também um momento de crise, entendendo crise como processo de destruição do existente e de criação do novo. A crise do crescimento, portanto, nos abre a mudança e a transformação como perspectivas ou, esperançosamente, a possibilidade de conquista de melhores condições sociais, culturais, urbanas e urbanísticas.

Assim, vemos, por todo lado, um processo de construção e de reconstrução extremamente acelerado das cidades, seja pelo lado físico, concreto, palpável, seja pela interface imagética e digital. Mas esse processo nem sempre nos traz uma perspectiva agradável, do ponto de vista do sentido em que as cidades estão se transformando hoje, particularmente em termos da cultura.

E para particularizar a abordagem dessa relação cultura-cidade, vou privilegiar um campo da produção cultural da cidade, minha área de trabalho, que é a arquitetura e o urbanismo – campo nem sempre, aliás, reconhecido como esfera de produção de cultura, relegado que foi à esfera da produção bruta de mercadorias imobiliárias e de obras questionáveis de infraestrutura.

De início, é importante reincorporar a ideia da cidade como obra, formulação de Henri Lefebvre, ainda nos anos 60, quando buscava contrapor, à produção, de forma majoritária e hegemônica, da cidade como valor de troca, a cidade como valor de uso. Isso significa atentar para os processos de produção que estão além dos valores puramente mercantis, reduzidos a um equivalente geral e intercambiável, ou seja, para os processos simbólicos, de sociabilidade, de criação, de urbanidade.

Entender a cidade como obra traz, portanto, como possibilidade, o entendimento dos seus complexos processos de significa-

ção, parte essencial de sua produção material, ambos respostas às necessidades da vida coletiva. A produção de objetos na cidade,<sup>2</sup> portanto, estaria duplamente e indissociavelmente vinculada a duas esferas de inteligibilidade: material e simbólica. A cidade entendida (e produzida) como obra traria então a possibilidade de prevalência da necessidade e da liberdade do uso sobre a circulação e a realização da mercadoria.

Pode-se interrogar então como vem se dando a produção de objetos urbanos, da arquitetura e do urbanismo na cidade contemporânea, e mais particularmente em Salvador.

A arquitetura, é evidente, tem uma tradição de ser pensada enquanto objeto cultural na cidade. Grande parte de sua história é construída nessa perspectiva. No entanto, a crise de crescimento atual parece estar colocando em cheque, em nossa cidade, o conjunto da produção de objetos, pela reafirmação de mão única do mercado e uma pífia ou simplória regulação pública dessa produção. O que vem gerando, de forma crescente, contínua e cruel, um processo de despossessão de valor simbólico – acentuação acelerada da insignificância e/ou do exibicionismo – e um processo de despossessão de valor técnico – tecnologias utilizadas de forma conservadora, sem exploração das possibilidades que elas carregam – ao lado de uma produção acelerada de objetos e de intervenções de dimensões cada vez maiores na cidade.

Então, o entendimento da cidade, como obra ancorada no valor de uso, deveria estar calcado em uma capacidade de problematização da sensibilidade contemporânea, em sua complexidade e multiplicidade, adversidades e abertura à criação. No entanto, nossas cidades hoje estão prenhes de um processo de produção de objetos que é voraz, desigual, contínuo, recorrente.

Em Salvador, a crise da produção contemporânea de objetos urbanos, inclusive a arquitetura e o urbanismo, tem demonstrado, a meu ver, muito mais sua faceta conservadora e oportunista, do que a abertura a novos processos de (re)criação da vida cole-

<sup>2</sup> Para Milton Santos, o espaço pode ser caracterizado como um sistema de objetos e um sistema de ações.

tiva. Os programas têm sido repetitivos; as propostas, formais, enfadonhas; o acesso, restrito; a técnica, maquiada.

Podem ser apontadas três âncoras principais desse processo: a cultura da privatização, a cultura do desperdício e a cultura da ignorância e do imediatismo.

Em termos de cultura da privatização, é evidente o momento de crise do espaço público em que vivemos, onde, recorrentemente, tudo que é público, tudo que é coletivo é entendido como algo menor, como algo desimportante, como algo perigoso, que ameaça e que não responde às ânsias de crescimento econômico, de geração de empregos e de acúmulo e desfrute de riqueza. Nesse sentido está se produzindo, sem sombra de dúvida, uma anticidade, onde os condomínios fechados têm cada vez mais espaço, têm cada vez mais legitimidade cultural, social, econômica, política e jurídica. Particularmente no campo jurídico, vale ressaltar que, nesse momento, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei chamado de “Lei de Responsabilidade Territorial”. Pela constituição atual, toda área pública é de livre acesso e é isso que garante, ou deveria garantir, que ruas, praças e praias estejam acessíveis a todos. Esse Projeto de Lei é bastante polêmico pois, ao mesmo tempo em que tenta garantir que as áreas públicas dos loteamentos (muitos transformados posteriormente em condomínios) fiquem acessíveis a todos, fora dos muros, ele também regulamenta a existência de áreas fechadas ao acesso público, situação que, a depender de sua dimensão, pode gerar transtornos enormes de fluidez e mobilidade no tecido urbano, além de legitimar a construção de cidadelas como solução urbanística para a cidade contemporânea. Salvador, nesse sentido, infelizmente antecipou-se a esse projeto de lei, na medida em que foi aprovado, pela atual gestão municipal, que empreendimentos de até cinco hectares, independentemente do número de unidades que os integrem, não precisam mais fazer doação de áreas públicas na cidade.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Artigo 347 da Lei 7.400/2008, ou Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Essa legitimação aciona várias esferas e, inclusive, existem propostas vindas de parte do próprio movimento social hoje, de que os loteamentos fechados passem a compor também alternativas para a habitação de interesse social.

A questão principal é que a soma ou a justaposição de espaços privados não faz uma cidade. Essa é uma crise e um drama do crescimento atual, na medida em que se está abandonando a ideia mais simples e mais corriqueira de cidade: as relações de troca, de convivência, do encontro do diferente, do coletivo e da possibilidade de solidariedade e de conflitualidade no espaço urbano.

Em termos da cultura do desperdício, já se está acostumado a que os objetos – computador, geladeira, fogão, máquina fotográfica – devam ser trocados a cada três ou quatro anos. Nada mais dura muito. Tudo tem que ser recorrentemente trocado, abandonado, e isso está acontecendo também com o espaço da cidade. A produção infundável de espaço novo, característica de certas formas de crescimento, faz necessariamente sucumbir áreas inteiras da cidade. Quanto mais se constrói na vertente atlântica de expansão de Salvador – Iguatemi, Paralela, Orla, Lauro de Freitas –, mais se esvaziam, na mesma medida, outras áreas da cidade. Assim, assistimos à repetição e aceleração de processos que já esvaziaram áreas centrais, como o Comércio aqui em Salvador. Simplesmente porque não há demanda que seja capaz de dar conta dessa quantidade de novos objetos que vêm sendo construídos na cidade. Portanto, a produção se pauta hoje por uma população inexistente, o que, muito em breve, pode fazer com que os espaços novos que pontuam nossos horizontes já sejam, eles mesmos, espaços fantasmas na cidade. Isso pode ser visto em várias cidades americanas, com a última crise, a da bolha imobiliária, que devastou enormes áreas urbanas. Então, ao lado de áreas cada vez mais privadas, de áreas de circulação extremamente restritas e controladas, nós vamos ter também áreas vazias em nossas cidades.

Por fim, ignorância e imediatismo, derivados de uma cultura administrativa e de uma cultura política reduzidas a uma dimensão meramente eleitoral, geram, em nome de uma pretensa governabilidade, um processo de acordos e de decisões – particularmente no que se refere a grandes investimentos na cidade – que, em grande parte, abdica da complexidade da vida urbana e de suas várias instâncias de urbanidade. Isso tem gerado um empobrecimento avassalador da cultura técnica e da produção dos objetos, o que pode ser visto com muita facilidade nas intervenções que vêm sendo feitas sequenciadamente em nossa cidade. O que são os projetos da Via Expressa, da cobertura de rios, das barracas de praia, dos novos empreendimentos imobiliários?

Essa constatação pode mesmo englobar as várias formas de manifestação da cultura, desde a produção da cerâmica de Maragojipinho – hoje bastante atordoada pela maneira como ela passa a ser inserida no mercado turístico – até a produção de edifícios, a produção de espaço público, a produção de equipamentos coletivos, que passam a ser regidas por uma lógica corporativa e eleitoreira, onde o papel do público em grande parte se desfaz, desprezando-se as possibilidades de construção material e simbólica de outras formas de vida coletiva.

Os processos de constituição e de amadurecimento da sociedade civil são longos e o papel da crítica é fundamental nesse caminho. As possibilidades de ação são muito maiores e instigantes, e elas são reais, essas possibilidades, naquilo que as cidades nos trazem enquanto vida coletiva e enquanto criação coletiva da vida.

# A Cidade como Fenômeno Cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica

*Angelo Serpa\**

A fonte inicial de inspiração para esta breve reflexão é o pensamento do filósofo Henri Lefebvre<sup>1</sup> e o desafio posto é o de pensar a cidade como fenômeno cultural. Esta é uma reflexão de alguém que trabalha com geografia urbana e com uma abordagem cultural para os estudos e pesquisas no campo da Geografia.

A ideia de cidade como fenômeno cultural poderia ser traduzida e sintetizada através da ideia de centralidade. Pensar a cidade como centralidade leva também a pensá-la como a possibilidade de encontro, de aproximação, de simultaneidade, de reunião, de intercâmbio e de relações. Então, a cidade como fenômeno cultural é, sobretudo, uma cidade que centraliza as criações humanas.

\*  
Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>1</sup>  
Ver, por exemplo: LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991 e LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. 2ª reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

A palavra-chave para entender a cidade enquanto fenômeno cultural parece ser, portanto, articulação. Articulação de diferentes conteúdos e de diferentes ideias de cultura.

É preciso, por outro lado, negar categoricamente o caráter ontológico da cultura. “A” cultura é uma invenção burguesa e, portanto, trabalhar a cidade como fenômeno cultural implica partir justamente da possibilidade de manifestação de outras ideias de cultura na cidade.

É necessário também admitir a manifestação e o embate de diferentes ideias de cultura na cidade. O que há, na verdade, são múltiplas cidades e múltiplas ideias de cultura. De um lado, uma cidade que se “descola” da realidade dos lugares, que se autosegrega em condomínios, grandes *shoppings centers*, centros empresariais etc., seus habitantes priorizando o automóvel como meio de transporte, servidos naturalmente por grandes avenidas, os eixos necessários deste descolamento mencionado e desta estratégia de autosegregação.

Então, aqui a ideia de centralidade vai ganhar novos sentidos que vão negar a cidade como lugar de articulação e como lugar de encontro. Estas centralidades são centralidades hierárquicas, articuladas em rede e sob a lógica da produção capitalista, centralidades da produção e do consumo, inclusive do consumo cultural.

Paul Virilio<sup>2</sup> diz que nestas centralidades não existe mais “aqui”, tudo é “agora”, em decorrência da compressão do tempo e da aceleração das velocidades. Tudo acontece sem que seja necessário partir, ir ao encontro dos seres à nossa volta, ir aos lugares que nos rodeiam. A interação virtual parece superar toda ação e todo ato concreto.

A questão que se coloca aqui é como fazer frente a este descolamento e dar novos sentidos à ideia de cidade como fenômeno cultural, como centralidade cultural. Isso nos leva também à ideia de centralidades vividas, que se constituem a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano de relações socio-

<sup>2</sup>  
VIRILIO, P. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.



espaciais em cada lugar concreto, especialmente nos bairros populares das metrópoles.

São necessários cuidado e atenção para revelar os agentes que produzem e reproduzem múltiplas ideias de cultura, ideias estas alternativas à ideia hegemônica de cultura, nos lugares da cidade contemporânea, onde parece ainda haver aqui e nem tudo é só agora.

Mesmo com déficits evidentes de infraestrutura, com um quadro generalizado de pobreza, desemprego, problemas ambientais etc., os bairros populares das metrópoles são centrais para a diversidade social e cultural no espaço metropolitano. Isso vai acontecer apesar da concentração dos equipamentos culturais nos bairros de classe média. E Salvador é um exemplo evidente deste fato.

Um estudo realizado na Faculdade de Comunicação da UFBA demonstrou que existem 35 teatros em Salvador, mas apenas um deles pode ser considerado como localizado em uma área popular. Este teatro ficou fechado por décadas e somente há dois anos foi reaberto, contribuindo para a instrumentalização de grupos, ações etc., no bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

É importante observar, no contexto colocado aqui, que não se trata de modo algum de uma ideia hegemônica de cultura, mas, ao contrário, de ideias de cultura alternativas, que vão se manifestar no dia a dia destas áreas.

Se levarmos realmente a sério a ideia de cultura popular, então seria necessário também questionar a inadequação dos equipamentos socioculturais em nossa cidade. E aqui é evidente que não se trata apenas da ausência destes espaços nos bairros populares.

As áreas populares de nossa cidade constituem-se em centros da cultura urbana de Salvador: elas são o coração de diferentes manifestações de cultura. Se lembrarmos do Carnaval, percebermos que são também estas áreas o lugar de nascimento da maioria dos artistas que movimentam a indústria cultural de massa.

Por outro lado, muitas manifestações e grupos culturais permanecem absolutamente invisíveis, mantendo-se “vivos” graças ao trabalho de associações de moradores, de organizações não governamentais, terreiros de candomblé etc. Estas manifestações da cultura popular acontecem muitas vezes sem nenhum apoio institucional ou financeiro. Elas representam, a meu ver, um capital cultural desconhecido, muitas vezes invisível, do qual as cidades e seus habitantes poderiam tirar mais proveito do que ocorre até aqui.

Recentemente, um colunista de política do jornal *A Tarde* reclamou que ninguém liga para o balé do Teatro Castro Alves e que a Secretaria de Cultura estadual só se interessa pelo Bumba-Meu-Boi. Pergunta-se: Qual é o problema de se preocupar com o Bumba-Meu-Boi? Isso parece dar vazão a um preconceito velado, que é, por outro lado, extremamente revelador das dificuldades que se colocam até aqui para a formulação e a implementação de políticas culturais que se pretendam descentralizadoras e plurais.

Há, portanto, um desafio colocado para a formulação de políticas culturais: o de como instrumentalizar agentes e grupos populares sem cooptá-los e sem necessariamente desejar vendê-los para uma cidade turistificada, uma cidade que se vende em guerra por investimentos com outras etc. E isso é algo para ser discutido e aprofundado pela Universidade, pelos governos e, sobretudo, pelos cidadãos de Salvador.

A valorização destas ideias alternativas de cultura poderia funcionar, sem sombra de dúvida, como uma eficiente estratégia de desconstrução do estigma e do preconceito em relação a grupos frágeis socioeconomicamente, mas, por outro lado, ricos e diversos no tocante ao capital cultural que dispõem e reproduzem em seu cotidiano.

## As cidades e suas contradições

*Ubiratan Castro de Araújo\**

O fenômeno cultural na cidade contemporânea, na perspectiva de historiador, é apenas um instante, um momento. Volto para o fundador da nossa história social, Fernando Braudel<sup>1</sup> para mostrar que a primeira grande contradição na humanidade foi a contradição cidade x campo. E por quê? Porque se desenvolveu um modo de convivência humana em grandes aglomerados, maiores ou menores, nas cidades, em contraposição ao tipo de convivência de pessoas dispersas em propriedades, muito mais dadas ao exercício de uma liberdade individual. As cidades construíram uma cultura de convívio, uma cultura de comportamentos padronizados, que é a condição das sociedades orga-

\*

Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, historiador e professor da Universidade Federal da Bahia.

1

Historiador francês nascido em Luméville-en-Ornois, um dos mais importantes representantes da Escola dos Annales e conhecido pela introdução de renovações nos métodos historiográficos tradicionais.

2

Alemão de origem judaica, Norbert Elias é um dos representantes principais da Sociologia contemporânea. A sua principal obra, e que o ajudou a tornar-se conhecido foi *O processo civilizador*, publicada pela primeira vez em 1939, na Suíça.

nizadas, segundo Norbert Elias.<sup>2</sup> Temos que engolir o animal e o emocional que temos dentro de nós, para nos comportarmos a partir de critérios mais ou menos aceitos, porque somente a compatibilidade de comportamentos garante a convivibilidade. Nas cidades, a gente tem que ser civilizada. Daí que o próprio conceito de civilização é ligado à cidade. O que é do campo, é rurícola, é o rústico, é rude. Isso vem do tempo dos romanos e dos gregos antigos.

A grande questão é que esse modo de vida urbana sempre produziu representações que marcaram a cidade com algumas características que geram muito preconceito, entre os camponeses. Em sociedades predominantemente rurais, a cidade era malvista. Um exemplo eloquente é o grande processo da Revolução Francesa. A insurreição revolucionária irrompeu no momento em que o povo se armou para a guerra civil e invadiu os castelos e prisões. Isso se dá, exclusivamente por conta de uma consciência política, ou mesmo da insatisfação com os privilégios da nobreza e do clero, como aparece nos livros? Na grande obra de Georges Lefebvre, *O grande medo*,<sup>3</sup> mostra-se claramente que os camponeses franceses pegaram em armas porque souberam da notícia de que o povo de Paris, a grande cidade, lugar de gente degenerada, de maus costumes, derrubou a Bastilha, libertou todos os bandidos desta prisão. Temiam que estes liberados se espalhassem por todo o interior, saqueando aldeias e propriedades. Assim, o primeiro impulso que desencadeou a revolução foi o impulso anticidade. Depois, já que estavam de armas na mão, fizeram o serviço completo. Tomaram os castelos, desapropriaram as terras, fizeram enfim uma revolução.

Hoje, o modelo de vida em cidade é predominante em todo o mundo, ou seja, as sociedades rurais hoje são raridades. Até a Amazônia é vista como uma raridade e contra ela se lançam veredictos condenatórios, exatamente porque ela não constituiu um mundo urbano, de grandes conglomerados, em maiores ou

3

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

menores cidades, unificado por uma cultura global que define os padrões de comportamento ditos civilizados.

Na Antiguidade, no próprio conceito de cidade, vê-se o corte fundamental, no interior das próprias cidades. Entre os gregos havia uma grande diferença entre a *polis* e a *demos*. Os romanos estabeleciam a diferença entre a *civitas* e a *urbis*. Quando retomamos a experiência histórica da Antiguidade, percebemos que os grupos que dominavam o espaço das cidades reservavam para si a *polis* e a *civitas*, que é exatamente a esfera de tomada de decisões sobre o conjunto do espaço urbano, em detrimento dos outros grupos dominados, que eram apenas parte da *demos*, e moravam na *urbis*. Da *demos*, emergiu a democracia que foi a luta do povão, que morava dentro das cidades gregas, e que não tinha lugar na *ágora*, que não dava pitaco e que eram, digamos assim, prisioneiros da elite, para integrar a *polis*. Em Roma é a mesma coisa, a *civitas* é do senado. A *civitas* é de quem participa do poder da República, é das grandes famílias, é das cúrias e das assembleias. O povão é a *urbis*. *Urbis*, só conta como local. O entendimento mais firme é de que a *urbis*, não é só um espaço físico, mas também o conjunto das pessoas, consideradas como coisas, como escravos. É como a cidade de Salvador, no tempo da escravidão, os senhores, que participavam da Câmara de Vereadores, eram os *homens bons*, que olhavam para o grande povo que morava na cidade, não como gente, mas como as coisas, como animais, que estavam dentro do território e que lhes pertenciam.

Esse é um corte, é uma linha de tensão permanente na história da vida urbana. O capitalismo e a revolução industrial superaram esta tensão? Na verdade, ele a sofisticou. Ao produzir grandes metrópoles, ao aprisionar grandes contingentes de pessoas nas cidades, como exército industrial de reserva, terminou definindo o próprio conceito de classe operária. A rigor, o conceito de classe, praticado por Lênin, significa o conjunto de pessoas, a multidão aprisionada no espaço urbano à disposição do capital. O capital

teve que produzir espaços, prisões, comportamentos padronizados, bem como aparatos simbólicos de poder, como as grandes obras monumentais, para manter essa multidão sob controle.

Essa é a grande cidade tal como a conhecemos. Ora, qual a posição dessa *demos* aprisionada dentro de uma *urbis* controlada pela *polis* capitalista? Como um dos mecanismos de controle, o capitalismo criou toda uma esperança de democracia. Mas que democracia é esta? Para que essa *demos* entrasse na *polis* e tomasse decisões, era necessário domesticar as classes subalternas, de fato civilizá-las, torná-las cidadãs. Elas tinham que mudar de língua, mudar de identidade, que se comportar à imagem e semelhança dos *homens bons*, para serem parlamentares. Esse ideal de que todos nós seríamos parlamentares e governantes foi alimentado pelos partidos políticos. A dinâmica explodiu quando o capital, em uma etapa pós-fordista, não precisa mais da grande massa disponível nas cidades. A reprodução da acumulação capitalista não está mais se dando dentro das cidades. Ele se dá dentro da cidade, fora da cidade, por cima da cidade, em unidades menores, em unidades de alta tecnologia, que absorve mão de obra cada vez mais seletiva e qualificada. O povão voltou a ser *demos*, sucata, voltou a ser aquilo que é dispensável, que o sistema capitalista apenas tem que gerir. Esta é a tendência que vem do pós-fordismo, que se chama também de pós-modernidade.

Nos últimos vinte anos, emerge um sentimento e um conjunto de atitudes coletivas em que as grandes massas perceberam que não têm mais chances reais de entrar na *polis*. Hoje, a falência moral e política da democracia urbana ocorre no mundo inteiro.

Em Salvador, uma cidade com tanta tradição de luta democrática, de luta contra o racismo, a grande massa aos poucos afasta-se da prática política, perde o gosto! Este fenômeno foi denominado pelo sociólogo Michel Maffesoli,<sup>4</sup> tribalização do mundo e transfiguração da política. Nele ocorre a *secessio plebis*, em latim, a secessão da plebe, ou melhor, a plebe virou as costas

4 Sociólogo francês, considerado um dos fundadores da sociologia do cotidiano e conhecido por suas análises sobre a pós-modernidade, o imaginário e, sobretudo, pela popularização do conceito de tribo urbana. Construiu uma obra em torno da questão da ligação social comunitária e a prevalência do imaginário nas sociedades pós-modernas.

para a política. É como na greve romana. Se o povão não sente mais a possibilidade de ser incluído, ele vai embora. A *secessio plebis*, no Brasil, é eloquente, nos casos do Rio de Janeiro e de Salvador. Só assim podemos entender o empobrecimento, o aviltamento da política nestas cidades, que antes sediavam os principais movimentos políticos do País e que, de repente, viram a sua política ser ocupada pelos tipos mais vulgares, como chaguismo, carlismo etc...

Em Salvador, nunca tínhamos convivido com prefeitos tão ruins. Eles têm sido fracos, incapazes de falar, incapazes de pensar cidade. Autossustentabilidade, inclusão social passam a ser alguns dos chavões, largamente utilizados pelos “marqueteiros” nas campanhas eleitorais, sem nenhuma eficácia política. Isso o povo percebe. O que se vê em tempos de eleições é o pequeno interesse da população em se mobilizar. O povo vota para presidente, porque está em jogo a Bolsa-família e o salário mínimo. Para eleger prefeito, vota em “qualquer um que vier aí”, em quem der mais. Elegem vereadores também chinfrins, que negociam blocos, telhas, pequenos favores, e estão pouco se incomodando com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Nesse quadro qual é hoje o dilema? A ausência do povo da política ou da luta pelo poder na cidade criou um grande vazio de poder que hoje está sendo ocupado, em Salvador, e já foi ocupado no Rio de Janeiro, pelo crime organizado. Assistimos hoje, na Bahia, à grande tensão de massacres que é parte da luta do crime organizado para se territorializar, para conquistar, manobrar e dirigir espaços urbanos em que vivem pessoas que não têm nexos políticos e muito menos têm meios de defesa. Hoje, o grande esforço é de tentar recuperar esses espaços.

Aqui na Bahia, nós vivemos um momento chave. É importante que se diga para todo mundo que este é o momento que uma grande cidade, a terceira do País, com a conexão internacional bastante fácil, pelo turismo, em que o crime está tentando se

territorializar. Os massacres são intimidação da população local, de áreas populares indefesas, Mussurunga, Garcia, Engenho Velho da Federação, Paripe, Bairro da Paz. O que eles querem é exatamente governar esses espaços.

Qual é o grande desafio para nós? Como fazer com que esse povo, que virou as costas para a política, volte a se integrar a uma nova política, que não seja a do aprisionamento de grandes massas sob o controle do capital ou de outras formas de controle massivo? Que a gente construa caminhos culturais que respeitem a diversidade dessa população e que passem a incorporá-la, não enquanto grande massa a serviço do capital, nem grande massa unida pela questão de salário e da condição de classe, mas enquanto segmentos diferenciados que possam ter oportunidades, tanto de uso de equipamentos como de expressão, formação e consolidação de identidade.

Hoje, os movimentos sem teto, sem comida, o movimento negro, movimento das mulheres, todos os movimentos são movidos pelas identidades culturais construídas, pelas solidariedades que decorrem delas. Estas solidariedades somam-se à pauta de interesses materiais que podem uni-los: trabalho, renda e moradia. Esse é um grande desafio para todos nós, da área de cultura. A cultura hoje está no centro de um novo padrão de luta de classes. Não teremos nunca mais operários organizados, como antigamente, em torno somente da CGT, e das grandes centrais sindicais. Teremos, sim, que constituir redes de movimentos sociais diferenciados, identificados com características culturais específicas que possam, a partir delas, interferir na política e voltar a dirigir a cidade.



# Cidade, Cultura e Políticas Públicas<sup>1</sup>

*Maria de Azevedo Brandão\**

Numa cidade cada vez mais condenada pelo poder público a cumprir o papel de uma usina de mercadorias ditas culturais, paisagísticas e ambientais, é difícil discutir os temas cultura e políticas públicas, sem questionar a pretensão de conferir-se ao Estado – seja a Prefeitura, os Governos Estadual e/ou Federal – o poder de exercer sobre Salvador e sua região uma política cultural e de gestão do espaço urbano e dos recursos territoriais e ambientais, a menos que amplamente discutidos com os diferentes segmentos sociais e técnicos da sociedade.

<sup>1</sup> Este texto baseia-se no roteiro da exposição oral da autora.

\* Socióloga e professora da Universidade Federal da Bahia.

Por essa razão, este texto focaliza três pontos: a relação entre cidade e meio socioambiental, a importância da relação entre tecido urbano e violência e a necessidade de uma atenção vigilante com relação às políticas públicas de cultura e gestão territorial e ambiental.

### *Cidade e Cultura*

As cidades surgem, na História, como locais de encontro e abrigo, portanto frente avançada do *contrato social*<sup>2</sup> e território estratégico da linguagem e das liturgias da convivência. E, como em todo jogo sustentável, essa liturgia do *contrato social* exige tanto visões socialmente partilhadas do mundo e da vida, como uma estética da ação, da linguagem, do fazer e da troca das coisas feitas – infraestrutura, edificações, objetos e desempenhos normalizados – artes plásticas e performáticas, literatura, ciência e técnicas.

As cidades atuais, entretanto, vêm destruindo sistematicamente essa estética, ou seja, sua ética, condenando-a a ceder lugar à pura competição e à truculência. O urbano contemporâneo tornou-se um espaço selvagem, e o trágico é que hoje tudo é urbano. As redes de informação, de marketing comercial e político, de circulação e consumo de bens e serviços interferem sobre a vida de cada um e de todos nós, além dos limites físicos das cidades, com a mesma potência e virulência com que operam nos espaços de produção e consumo especificamente urbanos. Vende-se tudo, ao custo da renúncia da convivência atenta, do diálogo e da lucidez.

2  
Conceito criado por E. Durkheim, usado nas Ciências Sociais, indicando o sistema de ideias, valores e regras que propiciam as condições necessárias à vida em sociedade, desde pequenas comunidades a grandes complexos sociais.

3  
SÓCRATES. O refúgio dos homens. *Carta Capital*, S. Paulo, São Paulo: Ed. Confiança Ltda., nº 576, 16 dez. 2009, p. 84.

### *As Cidades como Espaços de Barbárie*

Em “O refúgio dos homens”, artigo publicado em *Carta Capital*,<sup>3</sup> Sócrates – o atleta, hoje médico e ensaísta, assinala nossa necessidade de paz, silêncio, bem-estar e proteção para “reposição

das forças que nos escapam na guerrilha da vida, condições que um dia conhecemos no útero materno”. E cita o poeta Ferreira Gullar, sobre a vida hoje:

A mentida, a ferida, a consentida; vida já ganha, já perdida e ganha outra vez [...]; o sófrego pulsar entre constelações e embrulhos, entre engulhos. Alguns viajam, vão a Nova York, a Santiago do Chile [...]; todos te buscam, facho de vida, escuro e claro, que é mais que água na grama, que o banho de mar, que o beijo na boca, mais que a paixão na cama; todos te buscam e só alguns te acham. Alguns te acham e te perdem. Outros te acham e não te reconhecem e há os que se perdem por te achar.

E Sócrates avança:

Vida que a *vida moderna* insiste em querer estigmatizar, como se apenas uma forma, uma só postura, uma única situação, uma forma de realidade nos fosse concedida. Vida que a cada um de nós se apresenta como um gigantesco entulho a que devemos dar bom encaminhamento, para que não sejamos engolidos, perfumados, escolhidos por ele para, quem sabe, dele fazermos parte.

E mais uma vez cita F. Gullar em *A vida bate*:

[...] estamos na cidade sob as nuvens e entre as águas azuis. Vista do alto ela é febril e imaginária, se entrega inteira como se estivesse pronta. Vista do alto, com seus prédios, ruas e avenidas, a cidade é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém. Mas vista de perto revela o seu túrbido presente, sua camadura de pânico; as pessoas que vão e vêm, que entram e saem, que passam sem rir, sem falar, entre apitos e gases. Ah, o escuro sangue humano movido a juro! São pessoas que passam sem falar entre vozes e ruínas. És quem? [...] Onde escondestes a vida que em teu olhar se apaga e mal se acende?

É essa capacidade do mundo contemporâneo de produzir as cidades como espaços de barbárie que exige a discussão *crítica* do conceito e das práticas de política cultural e ambiental e sobre a centralidade da violência como contingência social de territórios cruéis.

Contra uma ação manipuladora, seja a serviço de empresas, partidos ou carreiras políticas individuais, mas pelo contrário, a favor de uma política comprometida com viabilizar, sem controle autoritário, oportunidades de expressão cultural e social, vale tomar o caso da própria Salvador, para apontar a prática aberta do dirigismo estatal, na estridente valorização do que se informa como o melhor para “vender a Bahia”.

### *Turistização e Atropelo*

Sob a justificativa de criação de oportunidades de trabalho e renda, o discurso oficial e os incentivos ao turismo através da valorização da “cultura” e da “paisagem” levaram à turistização de tudo, das práticas religiosas à manipulação do ambiente natural. A mística comercial da praia trouxe a consagração exclusiva do coqueiro como única espécie vegetal a marcar o litoral atlântico e à produção de “dunas” de argila, ou talvez mesmo de entulho, em lugares onde elas nunca teriam existido, embora elas existam, sim, e de areia, feitas pelo vento, a quatro, cinco quilômetros da beira-mar, a contemplar, de longe, os cordões arenosos, filhos do movimento das marés.

São esses cordões, hoje em grande parte destruídos, que o poder chama de *dunas* e violenta com a fabricação ou ampliação artificial com elevações sem vida, feitas com a terra removida das encostas recortadas da topografia natural do sítio urbano, e como aterro de entulhos. Será isso o fruto de alguma falta de informação em história e botânica, ou puro atropelo autoritário do direito da Cidade a sua verdade histórica e geográfica?

Exemplos como esses demonstram porque política cultural e intervenções sobre espaços e territórios vividos não se podem fazer sem atenção à dimensão histórica e política dos mesmos<sup>4</sup> e sem garantir-se que as ações governamentais resultem da discussão pública de cada projeto, somente e quando visando apoiar e induzir oportunidades de expressão cultural livre e diversa.

4  
Ver: SANTOS, Milton.  
*A natureza do espaço;*  
Técnica e tempo, razão  
e emoção. São Paulo:  
Hucitec, 1996.

*Carnaval-Negócio e Felicidade de Exportação*  
Não haja ilusão: a multidão que *pula no Carnaval da Bahia* é um trabalhador não pago, servindo na arena do seu chão usurpado, para a festa-mercadoria de interesse das empresas do negócio-Carnaval, ocupantes das calçadas públicas, fechadas ao povo, para uso de suas freguesias locais e de longe. A situação desse *folião-povo* sugere a da “multidão que vomita” do poema de Frederico Garcia Lorca,<sup>5</sup> sobre os que partem do extremo de Manhattan, em *New York*, para contemplar de perto a Estátua da Liberdade.

5  
GARCIA LORCA,  
Frederico. *Paisagem da  
multidão que vomita*. In:  
Poeta em New York,  
Vol. VIII, 1929. Reedição:  
Ed. Letras  
Contemporâneas.  
Florianópolis, 2003.

Ao mesmo tempo, por aqui, novos “produtos” estarão sendo trabalhados, como uma contribuição certamente apreciada por mais e melhor “vender a Bahia”, com sua principal mercadoria – a felicidade, um serviço por conta dos próprios compradores. Ao mesmo tempo, a garantia dos direitos do cidadão nem sempre faz-se um dever do Poder Público, no opaco cotidiano da subcidadania.

Mais significativo do que tudo isso, entretanto, é o fato de que esse mesmo povo proibido vem, cada vez mais, à rua com um crescente número de blocos e outras apresentações de seus bairros. E a questão que se impõe aqui é saber-se se serão respeitadas sua estética e suas mensagens.

### *Espaços de Viver e Violência*

Há uma relação íntima entre a natureza dos espaços onde se vive

6

A-nomia: ausência de normas; situação em que um grupo, categoria social ou comunidades inteiras comportam-se sem referência e atenção a valores e regras socialmente participados.

e a violência. Mesmo pequenos animais, quando em espaços exíguos, são conduzidos a um processo de agressão recíproca e outros sintomas de anomia.<sup>6</sup>

Imagine-se grupos humanos vivendo em situações de tremendo congestionamento, sob uma difícil possibilidade de diálogo, conforme assinalado no texto citado de Sócrates? Qual o custo da não transparência de bairros onde as pessoas não têm o controle sequer do seu espaço imediato?

As cidades opacas negam ao cidadão e à sociedade como um todo, a oportunidade de criarem-se as condições para a formação das relações saudáveis de vizinhança, base significativa de suporte do *contrato social*. Quando não se consegue ser vizinho e não se pode ver por onde brincam as crianças, que garantias haverá contra a violência? Qual aparato policial poderá garantir “a paz, o silêncio e a proteção para reposição das forças que escapam na guerrilha da vida”, conforme cobrados acima?<sup>7</sup>

7

SÓCRATES, op. cit, p. 84.

### *As Vias-Esgoto dos Bairros da Pobreza*

No discurso oficial, a Cidade do Salvador orgulha-se das vias-esgoto que substituem os sistemas de infraestrutura e os caminhos de andar do urbanismo desumano destinado aos bairros da pobreza. As *escadas drenantes* não unem, mas desencorajam qualquer forma de convivência entre vizinhos e privam qualquer mãe da capacidade de saber onde estarão seus filhos, muitas vezes nos esgotos que lhes sobram como espaços de brincar.

O importante nisso tudo é a total insensibilidade dos órgãos públicos, mas certamente – e muito – da parte da própria sociedade, quanto aos recursos e potenciais do ambiente natural e de áreas capazes de atender aos requisitos de sobrevivência, comunicação, lucidez e cooperação entre as pessoas.

A verdade é que essa relação entre poder e sociedade, que denuncia o próprio vínculo entre cultura e lucidez, enfraquece a

capacidade de trazer-se à discussão o presente, com a liberdade de pensar-se projetos de futuro. O que pouco é pensado e muito é tolerado pela própria sociedade é a estratificação social dos temas de debate, estratificação condicionada às normas sociais de um passado que ainda insiste em ser presente, dividindo o conhecimento e a comunicação entre as diferentes camadas da população e que ainda hoje refletem e redefinem, sem eliminar, o *apartheid* cultural que nos restou de uma Independência envergonhada e tímida frente a questões culturais e de uma Abolição inconclusa.

Que escolas e que mídia abrem de fato ao grande público temas restritos aos gabinetes e escritórios fechados, como é o caso de uma verdadeira política de desenvolvimento urbano, da questão nunca resolvida da reforma agrária e da análise crítica e inovadora do sistema educacional, análise que não pode continuar restrita à estatística das vagas, mas pelo contrário, insistir em avaliar o conteúdo do que efetivamente se ensina e permite aos alunos aprender?

O que interessa não é valorizar ou não, encenar ou não, o *Bumba Meu Boi* ou o *Samba de Roda*, mas incorporar a eles e a outras manifestações populares o melhor instrumental e conhecimento técnico existentes, a melhor qualificação possível dos seus atores, conduzindo-os a tornarem-se efetivos produtores culturais de elite. É isso que poderá fazer o Brasil crescer como personalidade cultural, ao contrário da exibição de ritos religiosos e festas-mercadoria, das miniaturas-souvenir e dos mitos estéreis da autodesignada *cultura* que se impõe dentro de casa, no empenho de reproduzir-se como mercadoria.

Será possível, além do estímulo à liberdade de criação, pensar-se em medidas que efetivamente incentivem a discussão do que importa sobre a vida, o desenvolvimento de competências reais e a multiplicação de iniciativas práticas diversas?

Isso significa viabilizar aos diferentes segmentos da população a possibilidade de propor e participar de debates públicos honestos sobre temas cruciais, de que a população em geral vem sendo privada por todos os cinco séculos de Brasil, e abrir a discussão tanto de questões de vanguarda em ciência, em políticas públicas – econômica, urbana, agrária, internacional, energética e outras –, quanto de projetos hoje frequentemente negociados a portas fechadas.



II

## Cidade e Patrimônio Cultural



## Apresentação

*Antonio Albino Canelas Rubim\**

Boa noite a todas e a todos. Esta é a segunda mesa deste “IV Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais – Políticas Culturais para Cidades”, na qual vamos discutir especificamente a relação entre Cidade e Patrimônio Cultural. Acredito que a relação entre cidade e patrimônio está absolutamente colocada em cena, não só em termos mundiais, mas também por um conjunto de acontecimentos que vêm ocorrendo em Salvador. Infelizmente esse tema foi inscrito na agenda pública de forma não muito alvissareira, por que nós temos tido nos últimos anos, nos últimos

\*  
À época, Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Atualmente, é Conselheiro desta instituição, professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA.

meses e nos últimos dias, um conjunto de atentados, diríamos, ao nosso patrimônio, ao patrimônio da cidade de Salvador. Eles têm assumido variadas formas. Nosso desejo era que o tema do patrimônio não estivesse tão em cena por esses motivos. Nós gostaríamos que ele estivesse na agenda pública por motes muito melhores. Por exemplo: que nossa cidade tivesse desenvolvido, seja no plano da legislação, seja no plano das práticas sociais ou da educação patrimonial, uma série de comportamentos que fossem, na verdade, motivos para estarmos aqui comemorando determinadas atitudes positivas em relação ao patrimônio, seja patrimônio material ou patrimônio imaterial. Infelizmente o tema está colocado, como eu disse, na cena política, talvez da pior maneira possível. Mas vamos tentar discutir o tema, não restringindo essa discussão a Salvador, mas ampliando, fazendo uma discussão mais ampla sobre a relação entre patrimônio e cidades.

Muitas pessoas estiveram aqui ontem. Nós estamos fazendo um seminário que tem uma grande quantidade de pessoas na mesa. Assim, nossa proposta é que cada uma fale em torno de dez minutos para que a gente tenha depois um debate. A ideia de ter uma maior quantidade de convidados na mesa é permitir, na verdade, um conjunto diferenciado de olhares. E também, é claro, como na mesa de ontem, intervenções altamente qualificadas para discutir o tema do patrimônio. Nós tivemos um desafio nessa mesa. Não convidar somente arquitetos, já que o tema do patrimônio sempre solicita muitos arquitetos. Nós conseguimos isso. Temos o Clímaco Dias e a Valdina Pinto,<sup>1</sup> que não são arquitetos. Mas temos também muitos arquitetos. Não se trata de excluir, mas de diversificar e tornar o debate sempre mais plural.

<sup>1</sup> Respectivamente, geógrafo e educadora.

## Carnaval, cultura urbana e políticas culturais em Salvador

*Clímaco Dias\**

Gostaria de agradecer ao convite para participar de uma reunião tão importante. Eu digo importante, porque há uma disposição do Estado em discutir políticas culturais e essa disposição é uma coisa relativamente nova, sobretudo entre a gente.

Eu queria chamar a atenção, e agradeço ao Albino Rubim por ter chamado a minha atenção, de que a discussão que faço de patrimônio é muito ampla, muito mais dentro do patrimônio imaterial do que do patrimônio material, se bem que não concebo um sem o outro, porque me baseio no pressuposto de

\*  
Professor do Departamento de  
Geografia da Universidade Federal  
da Bahia.

Milton Santos de que a forma e o conteúdo não se separam. Forma, função e processo são inseparáveis num prédio. Uma rua sem o sentido social não existe, não tem sentido. Essa é uma questão fundamental.

Passo a discutir uma questão rapidamente, porque são dez minutos. Eu digo que tudo que você fala em cinco horas, pode falar em cinco minutos. Tudo. Então, vou discutir algumas questões acerca de cultura de massa e cultura popular como patrimônios, a cultura popular como patrimônio e a cultura de massa como algo que busca retirar e podar esse patrimônio e o exemplo claro que eu discuto, a partir de trabalhos que realizei, principalmente acerca do Carnaval de Salvador.

O Carnaval de Salvador hoje é um exemplo bom para qualquer cidade do Brasil, porque é uma manifestação popular genuína, autêntica, mas essa manifestação vem sendo hegemônica pela cultura de massa. Um grupo dessa cultura de massa apreende, engessa essa cultura popular de várias formas e esse grupo é um grupo cada dia mais reduzido e que leva o carnaval de Salvador a um engessamento, e por que o engessamento? Porque há uma manifestação clara das entidades populares no espaço do Carnaval, mas elas não têm visibilidade. O candomblé está lá, esta lá o samba de roda, estão lá todas essas manifestações, mas são manifestações sem visibilidade. A visibilidade é dada por um grupo que domina, e o que é mais grave, bem mais grave, é que esse é um grupo que tem popularidade. Aí, parece que é cultura popular. Não, esse grupo é popular dentro de uma apreensão da cultura de massa. Então, o poder político não tem o empoderamento suficiente para mexer com esse grupo, não tem condições políticas, porque mexer com esse grupo é mexer com voto, é mexer com a própria política. Essa é uma questão, para mim, absolutamente clara.

A cultura popular, a despeito disso, segundo Milton Santos, está ganhando a parada da cultura de massa. Ele diz isso numa

entrevista com essa expressão: “ganhando a parada”. O professor Milton Santos, todo formal, falando “ganhando a parada para a cultura de massa”, em que nível? Em que perspectiva? Em que dimensão? Existe a metrópole, e ela é produtora de um volume de cultura popular tão imenso que, por mais poderosa que seja a cultura de massa, ela não consegue apreendê-la, nem capturar essa cultura popular. Não é porque a cultura popular é boa nem porque a cultura popular é má, é porque a cultura de massa não consegue capturar toda quantidade e diversidade dessa cultura popular.

Então, é nessa perspectiva que eu creio que as políticas de preservação desses patrimônios da cidade serão políticas sempre relativas... Não digo fáceis, porque não tem nada fácil, são políticas relativas, os caminhos não são relativamente fáceis. Onde se localizam essas pessoas durante o carnaval, de que perspectiva elas falam? Dou um exemplo claro. O camarote do ex-ministro da cultura que discursa em prol da preservação do patrimônio imaterial, por que ele está na Barra? Aliás, “por que tem camarote de ministro?” é uma outra pergunta. Camarote de ministro não deveria existir, em minha opinião. Mas, já que existe, então por que ele se localiza na Barra?

Então, há uma questão fundamental também envolvendo essa captura dos setores populares, que as políticas culturais viriam minorar essa questão, o que é isto? É a questão da própria política cultural funcionando como um fator de fiscalização desse chamado patrimônio imaterial, de que forma? É ter mecanismos que permitam que hoje grupos culturais expressivos, de manifestação cultural expressiva, não sejam capturados, ou por políticas de Estado de cooptação, ou capturados pelo poder econômico. Digo isso aí voltando para o carnaval de Salvador. Boa parte de donos de blocos pequenos sobrevive às custas dessas políticas culturais de carnaval. Um dinheirinho aqui, outro ali, uma coisinha aqui, outra ali. E, enquanto expressões verdadei-

ramente culturais, quando eu estou falando verdadeiramente culturais são expressões que estão coladas no cotidiano de uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, essas mesmas expressões passam ao largo dessas políticas culturais. Então, esse patrimônio acaba negligenciado. Quer ver um patrimônio que estamos vendo se esvaír: estamos perdendo numa velocidade imensa, por conta disso, as nossas chamadas festas de largo, por quê? Porque a cultura de massa não se interessou pela festa de largo e quando se interessou o modelo dela não se adequava e, hoje, a festa de largo desapareceu, ou minguou, no nosso cenário.

Então, são formas de políticas que eu acho que podem ser concebidas como antídoto, mas que antídoto teríamos para isso? Eu aqui falo da cultura popular, não estou falando da cultura da classe média, que a cultura da classe média tem muita gente cuidando dela. Se bem que a classe média tem um papel importante nessa chamada preservação da cultura popular em Salvador.

Eu acho que estamos passando por um momento grave nas metrópoles brasileiras, pois a cultura popular tem uma produção de rua. E no Brasil a gente acaba com a rua, a cada dia, e aqui tem muito arquiteto que discute isso, quase todo dia, a rua como ponto de encontro, a rua como ponto de efervescência. Então, Salvador passa por um momento de violência de gangues, violência que é uma disputa pelo centro, mas isso é outra discussão. Essa disputa das gangues pelo centro da cidade, sendo o centro uma faixa litorânea e paralela, que restringe, de certa forma, a possibilidade da rua, a possibilidade do encontro, a possibilidade desse cotidiano. E se a segurança passa a ser uma questão crucial, nós ficamos cada dia mais vulneráveis a essa chamada cultura de massa no carnaval, essa cultura de apropriação, essa cultura da corda, do camarote e do baile privado. A cultura que fez um modelo de carnaval que agora está em crise e não acha solução para este modelo.

Em linhas gerais, eu diria que nós estamos atualmente em um momento de crise nas cidades, principalmente quando se fala



das metrópoles e de preservação, desse chamado patrimônio cultural, principalmente da maioria da população pobre dessa cidade, por conta de violências, por conta de um modelo de apropriação, por conta de um sistema de modo de vida que vem eliminando a cada dia essas grandes manifestações culturais das cidades. Embora entenda, como disse anteriormente, que essa produção ainda é muito densa e variada e que é possível estabelecer políticas públicas que não sejam de cooptação ou engessamento dos múltiplos patrimônios imateriais existentes na nossa cidade.



## Patrimônio Cultural: questões para um debate

*Eugênio Lins\**

Gostaria, inicialmente, de agradecer ao convite e dizer que é um prazer estar aqui participando dessa discussão, principalmente por que é uma discussão que envolve não somente Salvador, já que o título da mesa é “Cidade e Patrimônio Cultural”. Mas retomando um pouco Salvador, as pessoas estão falando muito da destruição, tanto do patrimônio material como do patrimônio imaterial. Eu considero que a maior destruição que está sendo cometida em Salvador é com relação a sua geografia, com relação a seu sítio. E o sítio, a gente sabe que é um elemento importantíssimo

\*  
Arquiteto, doutor em História da Arte, mestre em Arquitetura e Urbanismo. Professor e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia.

na definição da cultura de uma cidade e conseqüentemente do espaço construído. Então, daqui a pouco, não saberemos mais se Salvador tem morros e vales, se teve rios, se teve enseadas, por que está tudo ficando com uma única cara, desaparecem todos os elementos geográficos da cidade. Para mim, no momento atual, esse é o maior, ou um dos maiores atentados cometidos contra esta cidade.

Eu gostaria, porém, de discorrer, nesses dez minutos, sobre dois temas que têm me incomodado muito, recentemente, e que dizem respeito à história do patrimônio no Brasil, e são bastante relativos: a questão da identidade nacional e sua construção, e a questão do caráter de excepcionalidade do bem cultural.

É sabido que a grande política de preservação do patrimônio cultural, principalmente do patrimônio urbano, é forjada nos anos 30, período da ditadura de Vargas, quando o Estado Novo constrói o que chamamos hoje a “Nação Brasileira” ou o “Estado Brasileiro”, e parte para a elaboração também do que seria uma identidade nacional, que deveria reunir toda a sociedade brasileira dentro de um único olhar. A questão das identidades nacionais surge na Europa no século XIX e, no Brasil, ganha força na década de 30. O problema da “Identidade Nacional” é que, para sua construção, geralmente se eliminam outras identidades, todas aquelas outras que incomodam ou que são pontos de conflito, no âmbito desse projeto unificador de identidade. Com ênfase na construção da identidade nacional, foram construídas inúmeras legislações de proteção do patrimônio, e é dessa maneira que são forjadas as instituições responsáveis pela proteção do patrimônio cultural nacional de diversos países, inclusive o Brasil. Essa mentalidade está presente até hoje e perpassa muitas das ações ainda hoje vigentes. Nos Conselhos de Cultura Estaduais, no Conselho de Patrimônio Nacional, ainda perdura essa questão da Identidade Nacional e do caráter de excepcionalidade dos bens culturais.

Nesse processo, consolidado nos anos 30, tudo aquilo que não estava dentro de um princípio único foi eliminado, foi jogado de escanteio. Assim, ao longo de praticamente 70 anos de ações voltadas para a preservação dos bens culturais, apenas mais recentemente de maneira efetiva observa-se que outros elementos culturais de determinados segmentos da sociedade brasileira estão sendo efetivamente incorporados. Nesse processo de construção da identidade nacional eliminou-se temas da cultura afrodescendente, da cultura indígena, porque o que se tentou forjar era uma identidade brasileira que se espelhava principalmente nos segmentos da sociedade que sempre detiveram o poder religioso, econômico e político. Dentro dessa perspectiva é que se elegem os bens culturais produzidos no Estado de Minas Gerais, do século XVIII, como os mais representativos da identidade nacional, pois passam a ser considerados os genuinamente brasileiros. Este conceito de brasilidade foi desastroso para o País, principalmente em relação ao patrimônio urbano das cidades, pois praticamente só os núcleos urbanos mineiros, frutos do ciclo da mineração do ouro e do diamante foram merecedores, recebendo o título de Patrimônio Nacional, e conseqüentemente legislação própria para sua proteção até as décadas de 60 e 70. Apenas a partir dos anos 70, quando o conceito de patrimônio começa a ser ampliado é que as cidades do Nordeste, e outras cidades brasileiras, passam a ser protegidas, a ter o seu patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico protegido; por exemplo, Salvador só passa a ter áreas urbanas protegidas a nível nacional nos anos 60. Muitas edificações, áreas urbanas e rurais de interesse histórico e cultural foram perdidas nesse processo, por não serem consideradas como parte da Identidade Nacional, em razão de não possuírem o caráter de excepcionalidade do ponto de vista artístico-histórico-cultural. De certa forma, esta foi uma política que contribuiu para o desaparecimento ou mutilação de inúmeros núcleos urbanos, inúmeros espaços públicos e diversas paisagens...

Então, chamo a atenção para o fato de que, num certo sentido, essa política ainda permanece. A política do IPHAN ainda recai no caráter, por exemplo, da identidade nacional e recai no caráter da excepcionalidade. E como a política do IPHAN é uma política que influencia os estados e os municípios, vemos essa política proliferando e permanecendo. Claro que hoje já vemos ecos e já vemos ações que se contrapõem a isso, embora esta política perdure, na minha opinião, principalmente porque o conselho do IPHAN ainda age muito dentro dessa ótica, bem como os conselhos de alguns organismos ligados a patrimônios estaduais e municipais.

É necessária também uma revisão profunda da legislação, que possa, realmente, abarcar todas as formas de manifestações culturais do Brasil, todas as “identidades”, porque nós não somos homogêneos, pelo contrário, somos extremamente heterogêneos. Nossa história é feita, muitas vezes, de conflitos e esses conflitos têm que vir à tona, têm que ficar expostos, precisam ser reconhecidos porque fazem parte do nosso crescimento, da nossa formação como nação. Considero que é o momento de revisar uma série de legislações, uma série de conceitos, uma série de preconceitos, para que realmente muitas das cidades possam ser incorporadas e possam ser visualizadas como patrimônios culturais. Uma cidade do sertão do Ceará pode ser patrimônio nacional tanto como uma cidade como Ouro Preto. Não há porque não ser, tanto na sua forma de manifestação do espaço público e arquitetônico como na questão do patrimônio imaterial que ficou também muitos anos esquecido e agora começa a ser resgatado.

Nesse sentido, minha intervenção é muito mais uma provocação porque, como atuei em órgãos de preservação, estas questões hoje me inquietam muito e considero necessário que se faça uma revisão profunda nas legislações de proteção e nas instâncias de poder, principalmente na constituição dos conselhos, instância que exerce papel fundamental, no que deve ou não deve ser protegido.

## A experiência do IPAC na preservação do patrimônio cultural na Bahia

*Frederico Mendonça\**

Agradeço a oportunidade que o Conselho Estadual de Cultura criou, particularmente a Albino Rubim, ao juntar esse conjunto de inteligências e de sensibilidades, para que se discuta o tema de cultura e cidade, porque, de fato, as cidades tornam-se o grande local, a grande construção cultural deste século que se inicia, o século XXI. Estamos cada vez mais concentrados nessas mudanças urbanas e num contexto.

\*  
Arquiteto, Diretor Geral do  
Instituto do Patrimônio Artístico  
Cultural da Bahia (IPAC).

Quero dar continuidade ao que o Eugênio Lins falou, mas destacando um tema com o qual temos nos defrontado desde que cheguei ao IPAC, no começo do ano passado: o que é patrimônio, nas diversas cidades que nós estamos percorrendo, neste “país” chamado Bahia? Temos observado que várias cidades de porte médio têm sentido um fluxo econômico mais dinâmico e uma pressão imobiliária, ambos acompanhados, em alguns casos, pela demanda para que o órgão de Patrimônio do Estado vá em socorro dessas prefeituras; em outros casos, as prefeituras não querem conversa e já vão fazendo transformações, modernizações, o que nos coloca, enquanto órgãos de patrimônio, com uma super-responsabilidade.

O que é patrimônio num contexto em que a sociedade se torna muito mais fragmentada e em que as questões acontecem numa velocidade que nos indica que não estamos mais no século XIX? Como o Eugênio Lins pontuou, no Brasil, a ideologia de patrimônio está conectada à noção de identidade nacional. A noção de identidade continua muito colada à de patrimônio, assim como à herança. O patrimônio é uma herança, é uma referência. Mas como é que a gente vai falar de referências num mundo que está mudando tão rapidamente e de forma tão fragmentada? A dicotomia entre a cultura popular e a cultura de massa está no cerne dessa questão.

A cultura de massa é muito homogeneizadora e o padrão de urbanização que ela traz, também é homogeneizador. Vejamos os lançamentos do mercado imobiliário em Salvador. Com algum atraso, estamos importando uma tendência de urbanização que é completamente atomizada, que não dialoga com a cidade. Então, quando a gente fala de cultura nas cidades, de quais grupos culturais nós estamos falando? De que tipo de cultura? Porque a cultura fica muito diversificada. Cada grupo social, nesse momento em que se fala da diversidade que é a nossa formação social, reivindica suas referências identitárias e culturais,



o que torna um pouco mais complexa a ação do Estado, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

Que política você vai adotar com relação ao patrimônio, porque a sociedade está mais fragmentada e, com a velocidade das transformações, nós podemos observar algumas tendências. Uma tendência modernizadora, uma versão modernizada daquele urbanismo demolidor que, aqui, está tomando formas de guerrilha “derruba aqui, derruba ali”. Há grupos sociais que querem uma modernização, que reagem a “essa cidade velha, cheia de coisa velha, cheia de rua estreita”, como se almejasse um padrão *Miami beach*. Então, esse é um padrão de urbanização que nós temos em todo o vetor de expansão norte da cidade, enquanto o Centro Antigo, as referências da Bahia colonial, da gentileza do baiano e tudo mais vão se tornando um mito para toda uma juventude, para toda uma parcela da população que está morando na faixa de expansão, sob outra ótica urbana; que está achando ótimo morar naquele empreendimento em que você faz tudo no mesmo lugar. Então, o urbano aí, o parâmetro de referência cultural fica um pouco mais complicado, como temos observado em algumas cidades, e Salvador não escapa disso.

O urbanismo do século XIX não vai se repetir, a não ser com outra forma de apropriação. Encaminharam-me pela Internet um artigo de um português chamado Antônio Conceição Júnior sobre cidade criativa. Ele coloca um tema que discutimos com o IPHAN, recentemente, que é a noção de patrimônio, hoje, indissolúvelmente ligada à discussão sobre a expansão urbana. Por quê? Como o patrimônio resgata elementos de memória, de identidade, muitas das pessoas que moram nas cidades percebem que suas referências estão desaparecendo, e começam a se movimentar. Assim, enquanto nós temos o movimento dos novos demolidores, nós também temos, talvez na mesma intensidade, o movimento daqueles que não querem mexer em nada. As coisas estão mudando tão rapidamente que é preciso que você

mantenha o que já tinha antes, a exemplo das pedras portuguesas do Porto da Barra que, de repente, viraram um elemento cultural, uma referência cultural muito importante, enquanto, para outros, nem tanto assim. Então, a questão que se coloca é: o que constitui uma referência cultural num momento em que a sociedade está mudando tão rapidamente?

Não estou trazendo reflexões acadêmicas, mas reflexões de quem está na gestão de equipes acostumadas aos órgãos de patrimônio, como o IPHAN e o IPAC. Não se pode falar de política patrimonial para Salvador porque não temos, não é verdade? Infelizmente. Mas esperamos ter, em breve.

Então, com quem nos defrontamos? Tivemos uma formação e uma prática muito voltadas para os monumentos, os monumentos dissociados de dinâmica urbana. Já estou entrando um pouco no tema de amanhã, que são as políticas, mas não temos como fugir disso. Como é que vamos intervir em um contexto tão mutável e, ao mesmo tempo, com quadros técnicos que não foram formados para entender o monumento, a referência cultural de determinados grupos culturais, no âmbito de uma dinâmica urbana, também, muito intensa. Temos vivenciado essa dificuldade no IPAC assim como no diálogo com o IPHAN e na assistência que damos a municípios que nos solicitam normas para proteger a ambiência e a visibilidade – que são as duas palavras chaves para a preservação – dos monumentos tombados ou daqueles que os grupos sociais consideram merecedores de proteção.

Esse desafio perpassa não apenas os órgãos públicos, mas, também, os grupos sociais. Um grande exemplo é, ainda, o Porto da Barra, pois mostra como os grupos sociais estão divididos em relação a essa abordagem. Temos enfrentado essa dificuldade, internamente no IPAC, com as oficinas de educação patrimonial, quando percebemos o nosso discurso, o nosso escopo teórico para abordar essa questão. Os grupos sociais precisam urgentemente de mais estofo, de mais discussão, porque esse é um tema

muito escorregadio, tipo massapé, e muito subjetivo; temos que ir com muito cuidado. Hoje, não contamos com um único parâmetro cultural apenas, mas temos múltiplas referências culturais e os grupos sociais realmente reivindicam, à medida que estão mais ou menos organizados, uma atenção maior.



## Diferença *versus* Identidade nos processos culturais

*Pasqualino Romano Magnavita\**

Agradeço o convite para participar desta mesa. Inicialmente, cumpre-me dizer que, embora tivesse preparado um texto para ler, todavia, em decorrência do que já foi dito aqui e, particularmente, em função de um conceito repetido à exaustão, tomei a decisão de reconfigurar a minha fala, diferentemente, portanto, do que havia inicialmente previsto. Tal ocorrência mexeu muito comigo e, portanto, não posso ignorá-la, obrigando-me a mudar, em parte, o eixo da minha fala, que se destinava a levantar apenas algumas questões críticas em relação às políticas patrimoniais.

\*

Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Arquiteto, Doutor, Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A título de provocação, confesso que fico cada vez mais preocupado, de tanto ouvir, a cada momento e em diferentes discursos proferidos, tanto aqui, como em outros eventos e momentos, e no seio da Universidade, e isso, com exaustiva frequência, em diferentes níveis profissionais e políticos. Refiro-me ao uso recorrente da palavra *identidade*. Confesso que esse apelo repetitivo a tal expressão me irrita! A cada momento, ela aparece nas mais imprevisíveis formulações discursivas: identidade da nação, do Estado, da cidade, do bairro, de um partido político, de movimentos sociais, do negro, do índio, entre outros apelos ao conceito de identidade. Trata-se, pois, de palavra-chave, que se configura na grande maioria de discursos e pronunciamentos, pois, em cada parágrafo, ela reaparece, e isso, no sentido de sua afirmação, ou então, revelando a preocupação com o medo de sua perda.

Conceito válido apenas no mundo da representação, ou seja, do universo macro, e isso, apenas enquanto exterioridade do ato perceptivo. Trata-se de um reconhecimento, uma reconhecimento. Então, o que seria essa identidade tão evocada? Trata-se, sem dúvida, da palavra mais recorrente em diferentes discursos, e isso, tanto por parte dos excluídos quanto pelos que detêm o poder. Vale ressaltar que, no sentido filosófico, o conceito de identidade integra o conjunto dos quatro tópicos que constituem, segundo Gilles Deleuze<sup>1</sup>, as “ilusões” do mundo da representação. *Identidade do conceito* seria um deles e resultante da forma de pensar, herdada da Modernidade, e que se equivale como tal à expressão matemática  $A=A$ .

Os outros tópicos são: *analogia* do juízo, *oposição* dos predicados e *semelhança* do percebido. Exemplificando: no universo macro (molar) do mundo da representação, da exterioridade, pressupõe-se que um indivíduo é idêntico a si mesmo (embora em sua existência, ele se diferencie, se transforme, pois, não permanece o mesmo). Analogicamente, afirmamos que “a cidade

<sup>1</sup> DELEUZE, Gilles.  
*Diferença e repetição*.  
São Paulo: Graal, 1988.

é um organismo”, com suas artérias (sistema viário); seu tecido urbano, com suas diferentes células (habitações e edificações diversas); seu coração (o centro urbano); seus pulmões (áreas verdes). Outro tópico, a *oposição dos predicados*, enquanto presença da bipolaridade discursiva, do sim e do não, do bem e do mal, ou seja, enquanto limitações impostas pela lógica binária, ou seja, a forma de pensar dialética. Por fim, *semelhança do percebido*. Qualquer coisa, em função do já vivido, permite que se estabeleça como uma semelhança. Costuma-se afirmar, por exemplo: “Recife é a Veneza brasileira”; “Bariloche a Suíça da América do Sul”, ou seja, um superficial e exterior entendimento dessas realidades muito complexas e diferentes entre si.

Esses tópicos constituem a maneira de olhar e entender as coisas apenas em suas exterioridades. E isso, apenas no universo macro da pura representação, universo que, todavia, coexiste com o universo cósmico (sideral) e o universo micro (molecular), os quais expressam entendimentos mais complexos sobre aquilo que se vê e o que se diz, ou seja, as palavras e as coisas enquanto formas de expressão e formas de conteúdo que são caracterizadas por suas exterioridades.

Pergunto: qual é a identidade da Cidade do Salvador? Lembro-me que quando criança aqui cheguei, Salvador era um “presépio” em sua modesta dimensão urbana. Tinha apenas seis anos, em 1935, quando, acompanhado por meu pai, passei na área hoje denominada Praça da Sé. Lembro-me que vi apenas ruínas, pois haviam demolido um quarteirão inteiro para criar a Praça e, anteriormente, soube depois, que haviam demolido a Igreja da Sé para dar passagem à linha de bonde. E pergunto ainda: qual a identidade do Pelourinho, depois da reforma feita por ACM, com a retirada de seus moradores e transformado num *shopping* a céu aberto? Qual é a identidade da Praça da Sé, hoje, depois de múltiplas destinações (diferentes terminais de ônibus; depois a implantação do calçadão; e hoje a exposição das ruínas

do embasamento da Igreja da Sé, pisos de granito e cerâmica, o monumento simbólico da “Cruz caída” e o monumento a Zumbi – justa reivindicação da comunidade negra excluída – ? E agora, qual a identidade dessa Praça?

Filosoficamente, enquanto conceito (um virtual), *identidade* tem o sentido de *mesmo, idêntico*, ou seja, afirma a permanência de algo, de uma “coisa em si”, de uma *essência*. Vale salientar que diferentes vertentes do pensamento contemporâneo criticam o essencialismo, pois a vida, a existência se afirma como processo transformacional, onde tudo se transforma, nada permanece o mesmo. *Não existem coisas em si, pois as coisas são relações, multiplicidade de elementos resultantes de imprevisíveis conexões processuais*. Trata-se, portanto, sempre de um devir-outro da existência. Justamente por isso, é preciso ter o devido cuidado, ao se usar o conceito de identidade, pois ele expressa apenas a exterioridade das coisas, como mero reconhecimento de algo, de alguém, de um grupo social, de um país e que, todavia, se encontra em contínuo processo de transformação, de diferenciação, de mudança, e não são essências, coisas em si, que permanecem.

Hoje, o termo mais empregado do ponto de vista filosófico, não é o de *identidade*, mas o de *diferença*, pois, se as coisas mudam, via de regra, elas se repetem, diferenciando-se, ou seja, ocorrem diferenças, que podem ser tanto diferenças de grau e/ou de nível, ou mesmo, diferenças de natureza, e isto, quando ocorrem atos criativos, evidenciando a mobilidade processual da existência. É sempre a *diferença* e não a *identidade* que se afirma. Pois a *identidade* é um conceito conservador, herdado da antiguidade, e que integra o repertório conceitual da lógica clássica aristotélica, reciclada pela Modernidade, e que pretende assegurar a permanência de uma essência que se pressupõe existir. Entretanto, o que de fato ocorre é a permanente mudança, transformação que evidencia a *diferença*, ou seja, uma descontinuidade (ruptura), um acontecimento, uma criação, um devir-outro da existência.



Contudo, referindo-me agora à questão do Patrimônio Histórico Cultural, desejo ressaltar o seguinte: nas sociedades atuais, ao se tratar de “passados presentes”, estes dependem de três variáveis. Não devemos falar de patrimônio, hoje, sem nos referirmos, primeiro, à *mídia* (processos midiáticos da construção de subjetividades individuais e/ou coletivas, hoje dominante nas “sociedades de controle”, no novo estágio do capitalismo); segundo, sem entender a forte presença do *mercado* (pois, na atual fase do capitalismo informacional, tudo vira mercadoria, inclusive os bens culturais); e, terceiro, sem sublinhar a relação *saber/poder* sob a égide da ação política, pois se torna impossível, hoje, pensar em patrimônio sem essas variáveis. Além delas, surge uma nova conceituação de *tempo*, da temporalidade enquanto passado, e se deve relacionar tal abordagem ao conceito de *memória*. Neste sentido, como afirma Andrea Huyssen<sup>2</sup>, em tempos conturbados e conflitantes como os de hoje, acabamos sendo “seduzidos pela memória”, um apego ao passado face à conflitante realidade do presente.

<sup>2</sup>  
HUYSSSEN, Andrea.  
*Seduzidos pela  
memória*. Rio de  
Janeiro: Aeroplano,  
2000.

É cada vez mais intensa a necessidade de retorno, de volta e culto ao passado, e isso pode significar o desejo de uma ancoragem, um refúgio seguro, face às inquietantes contingências do atual momento. A propósito, vale salientar que sobre a questão do tempo, enquanto focado no âmbito de sua concepção tradicional, isso é, enquanto passado, presente e futuro (tempo dimensional, cronométrico, Cronos), emerge, em contraponto, um novo e importante entendimento do tempo, ou seja, o tempo de *aion*, ou seja, o tempo não dimensional, não mensurável do *instante* e da *eternidade*, sem princípio e sem fim.

No contexto filosófico da Modernidade, surge um novo atributo do tempo: o conceito de *duração*, criado por Bergson<sup>3</sup> e que dele emana o seguinte paradoxo: “O passado coexiste com o presente que passa”. Essa sedimentação, ou seja, essa acumulação da experiência passada coexiste com o presente que passa, pois

<sup>3</sup>  
Conceito de *duração* de  
Henri Bergson, referido  
por Gilles Deleuze em  
seu livro *O bergsonismo*.

o presente passa e o passado, enquanto memória, duração, continua coexistindo, inclusive, no seio das tecnologias avançadas, que dispõem de um imenso e incontável acervo de informações de difícil manejo, permitindo, assim, um acelerado processo de insegurança e, portanto, a emergência de um sentimento de perda, no sentido de provocar o efeito da desmemorização.

Em relação às cidades, no final da década de 60, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, emerge de forma indelével, a preocupação com a restauração de velhos centros históricos, permitindo a adoção da expressão “cidade museu”. Atitude esta que se propagou em diversos países, enquanto empreendimento visando preservar o legado patrimonial, a herança cultural. Essa preocupação de preservar a memória urbana, também alcançou o nosso País. É oportuno lembrar a criação do “Programa Cidades Históricas”, no início da década de 70, com a realização de um seminário em Salvador.

Todavia, torna-se necessário caracterizar, no atual estágio da preservação da memória, o uso político que se faz dessa herança patrimonial. Uso este bastante variado, envolvendo passados míticos, políticas conservadoras e fundamentalistas, até mesmo tendências de resgatar memórias contra a política de regimes totalitários, processos de reconciliações nacionais, anistias oficiais e evidenciar sistemas repressivos. De fato, constata-se, hoje, uma obsessão pela memória – e isso, no seio da proliferação de informações e acontecimentos –, ao mesmo tempo que uma preocupação com o perigo do esquecimento. Tal fato vem permitindo o estabelecimento de estratégias de sobrevivência do legado patrimonial e, também, o convívio com a comercialização do passado, em diferentes níveis, ou seja, o passado, a memória enquanto mercadoria. A comercialização e a banalização da memória vêm promovendo um sentimento profundo, marcado, de um lado, por uma preocupação relacionada com o medo da perda, do esquecimento, e, do outro, pela euforia da espetacularização

e da especulação comercial da memória. Fatos estes que vêm estimulando estratégias de sobrevivência da rememoração pública e/ou privada. E aí, o que acontece, frente a uma avalanche de informações de fatos pretéritos e presentes, que funciona à guisa de uma bola de neve de dimensão imprevisível e que proporciona a impossibilidade de processar a multiplicidade interminável de registros? Sem dúvida, cresce, assim, a dimensão de transitoriedade e de incompletude, alimentando o medo do esquecimento.

Essas poucas inferências levantadas tiveram a intenção de chamar a atenção para as três variáveis (mídia, mercado e política) e que mereciam um oportuno desdobramento incompatível com o tempo aqui disponível. Quanto à questão da identidade, gostaria que fosse realizado um bom debate sobre o assunto e, igualmente, sobre a obsessão pela memória e, também, sobre o medo do esquecimento e, mais ainda, repensar a questão dos bens patrimoniais a serem preservados. Todas as questões levantadas, que o curto tempo disponível neste evento não permitiram abordar, com maior profundidade, esperando que, no debate que se seguirá, haja a possibilidade de seu melhor entendimento.



## O Patrimônio de uma Cidade

*Valdina Pinto\**

Eu quero começar falando sobre algo que eu considero patrimônio em qualquer que seja a cidade, em qualquer que seja o lugar – o patrimônio ambiental. Vemos cada vez mais nas cidades desenvolvidas, nas cidades em desenvolvimento, esse patrimônio ser destruído e aqui, no caso de Salvador, que tem uma cara, tem uma característica, uma identidade; o professor aqui está criticando a tal da palavra identidade.

\*  
Conselheira do Conselho Estadual de Cultura. Educadora, ocupa o cargo de Makota (auxiliar, assessora da Mãe de Santo) do Tanuri Junsara, Terreiro de Candomblé Angola.

Essa identidade negra. Bom, pelo menos quando se vende a imagem de Salvador, a cultura é negra, não tem outra. Salvador desenvolveu-se sem atentar para como nós, sujeitos negros, vemos a natureza, encaramos o meio ambiente e nos sentimos nesse ambiente: não tem nada a ver com o que os nossos antepassados nos legaram e com nosso jeito de pensar e de viver num meio ambiente que contempla a natureza, com os seres humanos interagindo e se inter-relacionando bem, dentro desse ambiente; nada tem a ver. E, mais recente, a gente vê um tal de PDDU, que fez o que fez; lembrando um pouco do que Eugênio Lins falou sobre a geografia, realmente, ninguém respeitou morro, nem valas, nem riachos, nem o que se tinha. Eu, por exemplo, fui privilegiada. Minha geração ainda alcançou matas, fontes de água pura, um ambiente em que podíamos viver bem, em comunidades, em bairros, como o que eu vivo, Engenho Velho, e a urbanização, o progresso chegou sem que se pensasse em manter um pouco do que antes tínhamos...

Salvador desenvolveu-se sem que os responsáveis pela urbanização pensassem nesse povo, como ele se relacionava com o ambiente onde estava, como era, como agia e a coisa foi esbarrar no que está hoje. Então, aqui está um apelo para as várias outras cidades por esse Estado de Bahia afora, que ainda não conhecem esse desenvolvimento como Salvador, cuidado! Vê como é que o povo se relaciona com a natureza daquele lugar, com o morro, com a mata, com a fonte, com o rio. Se for construir uma rua, se precisa fazer urbanização, não precisa desmatar tudo para depois plantar algo diferente do que ali estava. Quem vai fazer paisagismo, tem que pensar de modo diferente, gente, senão vai ficar como a Paralela, não é? No meio, algo plantado, outra rua ali. Por que tirou o que estava ali para botar outra coisa no lugar? E aí eu penso, cada vez que eu passo pela Paralela e vejo aquele monte de plantas da mesma espécie uma atrás da outra, e eu digo: “Onde estão os muricis, onde estão as murtas, onde

estão as seivas de leite que estavam aí e que tiraram, para botar outra coisa que vem não sei de onde”, entende? Isso é burrice, para mim, isso é burrice!

Então, quando for planejar uma cidade, tem que chamar os antigos, tem que ver o que tem naquela cidade, como é que aquele povo se relaciona com aquele ambiente natural, o que é que eles acham da sua mata, da sua água, dessa ou daquela rua... O povo não é ouvido, as pessoas, os elementos, sujeitos das cidades não são ouvidos; a cidade é planejada lá numa sala, com ar condicionado, e alguém que na maioria das vezes não tem nada a ver com aquela cidade, com aquele lugar, que é convidado para fazer um projeto para a cidade. Então, isso é um apelo para as cidades que ainda não se desenvolveram. Para guardarem algo de sua memória, de seu patrimônio natural.

A meu ver, o primeiro patrimônio de uma cidade depois do ambiente natural são os sujeitos daquela cidade, porque se não tem os sujeitos, as pessoas ali, cadê a cidade? Às vezes tem uma praça que já está lá, tem um pequeno caminho; se é para pavimentar, bota o concreto, o cimento no caminho, mas deixa a terra respirar minha gente. Olha, eu fico triste quando vejo as praças com tanto concreto, tanto cimento ou sei lá o quê para justificar o dinheiro que vai para o bolso dos outros, entendeu? Pelo amor de Deus... E, quanto aos morros, todo mundo vai para a lavagem do Bonfim, a Igreja do Senhor do Bonfim, aquele morro foi sacralizado, está ali com aquela igreja, porque antes de ter uma igreja ele já era sagrado para os negros, o *lançatê de vovo*, o morro de *lemba*, aquilo ali é coisa do passado, aí vieram e botaram a igreja lá em cima. Por que se vai para lá? Porque a colina já era sagrada para os africanos. Eu sei que o tempo está acabando, mas eu tenho o que falar.

Quando eu era criança, eu me lembro que, quando a gente começava a andar, ia para a Igreja do Bonfim, mas não era por causa da Igreja do Bonfim. Quando a gente começava a dar as

primeiras palavras, ia para a Igreja do Bonfim, eu e meu irmão somos padrinhos da nossa irmã çacula e eu me lembro que quando ela estava nessa fase, minha mãe chamou a mim e meu irmão e disse: tá na hora de levar a Maria Angélica para o Bonfim; não era por causa da Igreja do Bonfim, mas é porque, na tradição Congo, tem-se o costume de considerar o morro, uma elevação, como sendo de *lemba* (Oxalá), e de levar as crianças, durante o seu processo de desenvolvimento, quando estão se firmando para dar os primeiros passos, para o morro de *lemba*. Estou contando isso para se ver a importância que a gente dá a um morro, a uma colina; mas aí, como até hoje acontece, se apropriam da nossa cultura, dão outras formas e aí a cultura negra vira outra coisa. Deve acontecer o mesmo com os nossos irmãos indígenas. Então, tem que se ter cuidado. O Brasil, no seu desenvolvimento, se não fosse essa coisa tão perversa e besta que foi a escravidão e depois com todo o processo de discriminação, de racismo que impera até hoje, se procurasse construir essa nação com as culturas, com as tradições, com os jeitos dos índios e dos negros, seria uma nação muito mais humana e uma nação justa, com equidade, a gente não tem uma nação assim porque justamente fomos deixados de fora.

Então, se hoje a gente está tendo esse espaço para construir, para reconstruir, para desconstruir, uma série de coisas erradas, vamos atentar para isso... Se a gente chega nessas comunidades por esta Bahia afora e vai se desenvolver projetos, vocês músicos que estão aqui, que já estão na academia, a academia tem que ficar a serviço disso, o conhecimento dessa academia tem que ser construído “com”, não tem que ser “para”, tem que ser com! Quando fizerem seus projetos, não façam seus projetos “para”, façam seus projetos “com”. Vai lá, vê aquele sujeito quem é, senta junto, não faz a coisa dentro da Universidade e depois vai para lá brincar, porque não vai dar certo, por isso, um bocado de coisa, não tem dado certo. Tem que planejar junto; tem que



ver, tem que ter empatia, tem que chegar lá e ser aquele sujeito, para poder fazer algo que realmente reflita o que é aquele sujeito, aquela comunidade.

Outra coisa que eu não vou sair daqui sem falar. Em relação a patrimônio, tem tanta coisa, mas esse tempo é muito pouco. Podem me chamar para falar dessas coisas, mas me deem tempo, porque esse tempo é pouco, mas eu quero pinçar algumas coisas. Todo mundo falou em Bahia, em baiana, baiana do acarajé, que na realidade acarajé não é acarajé, é acará o nome da comida é acará, jé é o verbo comer na língua yorubá. Eu fico pensando no acarajé como patrimônio, mas hoje a gente tem “acaráburguer”.

É o que eu digo, é acaráburguer, porque, com aquele negócio daquele molho a vinagrete, isso não tem nada a ver com a tradição do acará. Muitas vezes come-se e se sente mal. Mas não foi a massa não, foi o tal molho que fermentou, principalmente quando é tempo quente. Não comam! É um conselho que eu dou a vocês, não me botem aquele molho a vinagrete, aquilo é uma bomba no corpo de vocês...

É! É a pior maneira de se comer o acarajé. Outra coisa também que eu chamo a atenção é que, eu sei que a gente está na era da modernidade, da industrialização, não é? Tem que se produzir mais e tudo tem que ser mais rápido, para gerar mais dinheiro. Mas tem que se ver as formas, os jeitos tradicionais, artesanais. O que é que se pode levar de modernidade para incrementar aquilo, para melhorar, mas sem tirar a marca? Tem que ter políticas neste sentido. Hoje eu acho que é uma questão mesmo de saúde; ainda, mais uma vez, o acarajé! Gente, antigamente se usava, e uns poucos ainda usam, quando se encontra aqui ou ali, o verdadeiro camarão defumado. Hoje em dia, você vai à feira de São Joaquim, você encontra sacos e mais sacos de camarão com uma tinta que eu não sei qual é... verdade! Pra dar cor ao camarão, não dá gosto na comida e ainda não sei o que é que vai causar à nossa saúde... tenham muito cuidado! Isso é uma questão cultural, sim!

Tem que se atentar para isso, tem que se ver que tinta é essa que estão botando no camarão, que não é camarão defumado, para fazer as comidas que são da culinária afrobaiana, da culinária do Recôncavo, porque, se a gente for pelo sertão afora, a gente não vai ver esse tipo de culinária. Culinária baiana a gente talvez ainda tenha muito que pesquisá-la. A gente tem que ver muito por esses interiores da Bahia, para ver essas interações que ocorreram entre negros, índios e brancos, principalmente do negro com o índio, e aí fica falando em comida baiana, comida baiana, que baiana? Comida do Recôncavo, que a comida, a culinária baiana a gente ainda não fez estudo, eu acho que ainda não fez; está na hora de fazer.

Uma outra coisa que eu queria chamar a atenção aqui é o patrimônio que deve ser, precisa, merece ser pesquisado, é o patrimônio linguístico do Brasil e aí particularizando para a Bahia. Até a professora Ieda Pessoa de Castro tem um estudo, mas ainda no âmbito do Recôncavo. Eu acho que a gente não pode perder de vista, nessa intenção, nessa motivação que tem o Governo, agora, de a gente contemplar isso, de a gente pesquisar esse linguajar por aí, por todo esse Estado, o que a gente construiu juntos. Sempre eu falo de negro e de índio porque assim: falam da cultura negra, cultura negra, cultura negra e herança africana e aí se resume no Recôncavo, é só Recôncavo... a religiosidade de matriz africana é diversa, à medida que a gente tiver um olhar mais amplo, como ela se expressa, como ela se manifesta, por essa Bahia afora, a gente vai ver muitas interações com os indígenas e a gente não vai ver por aí “ah, não tem, não tem, não tem”. Uma vez, falando com um amigo, ele me disse: a gente andando por aí, nesses quilombos, não encontra mais muita coisa de africano. Talvez ele não tenha encontrado, pela sua visão centrada, como a gente é aqui no Recôncavo, aqui em Salvador, mas vai encontrar sim, só precisa ser pesquisado, estudado de forma mais aprofundada. Então, tem muita coisa e tudo isso para mim é patrimônio mate-

rial, imaterial. Não sou eu que dou o título, não sou eu que chamo, mas eu acho que patrimônio é tudo que nós seres humanos, dentro de um ambiente, temos construído. Isso tudo para mim é cultura e cultura será sempre patrimônio. Agora se utilizarem aquela coisa do tipo de arquitetura e “não sei o quê” e vai tombar por isso, que é barroco e “não sei o quê”, a mim não me interessa, o que me interessa é como é que esses seres humanos, dentro de um determinado ambiente, de determinada cidade, desenvolveram o seu fazer, o seu saber, o seu ser, construindo casas de taipa, depois de adobe, hoje de laje, depois sei lá do que vai ser, mas tudo isso é patrimônio de um povo, tudo isso é patrimônio de uma cidade. O tempo é muito pouco, mas eu acho que é isso que a gente está se propondo a fazer. Essas cidades que ainda não estão invadidas por essa modernidade, por essa... Como o que o colega aqui falou de culturas de massa, é cultura de massa. Então, vamos ver se a gente faz de forma diferenciada, de forma a deixar para as demais gerações um saudável patrimônio.



III

Políticas Culturais e Cidades



## Apresentação

*Paulo Miguez\**

Boa tarde a todos! É com grande prazer que o Conselho Estadual de Cultura vos recebe para a terceira sessão deste IV Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais – Políticas Culturais para as Cidades, evento promovido conjuntamente pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), pela Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) e por este Conselho.

\*  
Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura. Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA).

Esta sessão que vamos iniciar agora tem justamente como tema “Políticas Culturais e Cidades”. Gostaria de salientar que pelo menos três razões justificam a escolha deste tema. Uma, a atualidade da discussão sobre as políticas culturais. Quanto a isto, não é demais lembrar, vivemos um momento particularmente interessante no Brasil. Por um lado, por conta do crescimento do número de estudos e pesquisas nesta que é uma área dos estudos em cultura, ainda com grandes carências, em termos de reflexão teórica. Por outro, pelo alvissareiro fato de que passamos a contar, pela primeira vez em tempos de vida democrática no nosso País, com um Ministério da Cultura que compreende as políticas culturais como o eixo que deve organizar sua relação com a sociedade brasileira. Devemos isto a Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura do Governo Lula. Mais e melhor ainda, é que a excelência do momento que vive o campo cultural brasileiro alcançou a Bahia, onde a Secretaria Estadual de Cultura, criada pelo atual Governo do Estado, também assume as políticas culturais como sendo seu campo privilegiado de ação.

A segunda das razões diz respeito ao foco proposto, ou seja, pensar as políticas culturais na perspectiva das cidades, território onde a cultura se realiza, enquanto ação e criação, onde as políticas culturais experimentam sua aplicação efetiva. E a terceira das razões atende à oportunidade do momento, afinal estamos em ano de eleições municipais, período mais que propício ao debate sobre quais políticas culturais queremos ver acionadas por aqueles que se candidatam a governar nossa cidade pelos próximos quatro anos.

Dito isto, convido a compor a mesa desta sessão o arquiteto Frederico Mendonça, atual Diretor-Geral do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia; o também arquiteto, Professor Paulo Ormindo, Presidente do Instituto dos Arquitetos, membro do Conselho Nacional de Políticas Culturais e meu confrade neste Conselho Estadual de Cultura;



o Professor e ator Sérgio Farias; o Deputado Estadual Javier Alfaya; e o Professor Paulo Lima, também companheiro neste Conselho e que até recentemente dirigiu com grande competência a Fundação Gregório de Mattos.



## Cultura e Cidade

*Paulo Ormino de Azevedo\**

Quero agradecer a possibilidade de estar aqui falando para vocês e confesso que estou mais interessado no debate que se seguirá, do que mesmo nas ideias que vou expor, porque essas eu já conheço. São provocações, mais que respostas.

Eu fico muito satisfeito de ver o tema “Políticas Culturais e Cidades” colocado neste fórum, porque esta questão tem sido deliberadamente esquecida, nos últimos cinquenta anos, na Bahia e no Brasil. Nossas cidades têm crescido exclusivamente em função da atividade imobiliária. E se quisermos modificar este quadro temos que lutar muito. Vou encarar o tema

\*  
Arquiteto, Doutor em conservação de monumentos e sítios históricos pela Universidade de Roma, Professor titular da Universidade Federal da Bahia, Consultor da UNESCO e Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura.

Cultura e Cidade sob duas ópticas: cidade como obra de arte e a cidade como suporte das demais artes. A cidade barroca, e a nossa é uma delas, era essencialmente uma obra de arte. Uma cidade que perseguia não apenas o funcionalismo, mas o ordenamento e a beleza.

Leone Battista Alberti, um dos primeiros tratadistas do Renascimento, em meados do século XV, já distinguia o trabalho do arquiteto, que teria uma missão social e o compromisso de plasmar o ambiente humano, mediante a definição de linhas e ângulos, e o daqueles dedicados à construção, que lidavam apenas com materiais e que seriam meros executores do projeto. O arquiteto era aquele que trabalhava para o príncipe, para o poder público, projetando a praça, o rocío, o palácio, a catedral e o mercado, com uma preocupação social e estética.

Os construtores, mestres de obras, pedreiros e carpinteiros faziam as construções correntes, a casa, a oficina, a loja sem projeto, seguindo tipologias padronizadas e normatizadas, a começar pelo tamanho do lote e a altura das edificações. Nós tivemos isto em Salvador. De um lado, elementos emergentes, como torres bulbosas e cúpulas de igrejas e conventos, fortes e edifícios públicos, projetados por arquitetos religiosos ou militares e, por entre eles, um casario apócrifo com ruas onduladas de sobrados de uma porta e duas janelas, mas com diversidade de detalhes e cores, como o Pelourinho, o Maciel, o Carmo, o Pilar e Itapagipe.

Essa tradição existia na Bahia desde o período colonial. As praças foram espaços muito valorizados nesta cidade. A Praça do Conselho, atual Thomé de Souza, debruçada sobre a baía e o porto, era lugar privilegiado da convivência cidadã e política até os anos 60 do século passado. Além da Casa de Câmara e Cadeia, ali ficava o Paço dos Governadores e a Casa da Fazenda ou Alfândega.

O Terreiro de Jesus com a Catedral, antiga igreja dos jesuítas, em uma cabeceira e o Convento São Francisco na outra, foi outro

desses espaços geométricos riscados para a comunidade. Devido a seu caráter confessional, mais tarde ali se instalaram as irmandades de Santo Domingo e São Pedro dos Clérigos. A Praça do Comércio, atual Associação Comercial da Bahia, com seu jardim, que chegava até a baía, foi outro desses espaços privilegiados, ainda que restrito a uma classe social. Tivemos também uma série de mirantes para a baía, como o Passeio Público, as praças dos Aflitos, Santo Antonio Além do Carmo e Lapinha. O último espaço público de certa importância incorporado à cidade foi o Campo Grande, na transição do século XIX para o XX.

Um exemplo muito interessante de organização barroca do espaço urbano é a Igreja do Passo, um templo muito grande em uma ruazinha estreita. Sua irmandade comprou as casas defronte e criou uma bela escadaria que não só liga duas ruas como cria uma perspectiva ascendente, que monumentaliza sua igreja. Outra irmandade, a do Senhor do Bonfim, com enorme sentido urbano e cidadão, financiou a abertura da Av. dos Dendezeiros, para criar um acesso e perspectiva de sua igreja, além de urbanizar a praça fronteira e oferecer casas para romeiros. Poderíamos falar inclusive de monumentos que são pequenos, como a Cruz do Pascoal, mas que polarizam e ordenam espaços desajeitados como o que ele está implantado. Este é também o caso da torre de N. S. do Rosário dos Pretos que sinaliza a antiga Porta do Carmo, através da Rua Alfredo Brito.

Até a primeira metade do século XX ainda se nota uma preocupação dos administradores públicos pelos espaços públicos. Em 1950, o Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS) criou uma dos espaços mais belos da cidade, a Avenida Centenário. Esta preocupação paisagística e estética perde-se completamente nas demais avenidas de vale, abertas a partir da década de 70. Depois disso, não se fizeram mais praças com preocupação paisagística em Salvador. As novas urbanizações não possuem praças, como o Centro Administrativo

da Bahia, o Iguatemi, o Caminho das Árvores e o Itaipara. Nos bairros populares, nem falar. Os populosos bairros da Estrada da Liberdade e Subúrbio Ferroviário não possuem um metro quadrado de praça.

A relação entre espaços públicos e privados inverte-se, hoje, em nossa cidade. Temos uma produção imobiliária medíocre, sem nenhum controle social no que tange à função e ao volume, mas que é arrogante e opressiva. Por outro lado, os espaços públicos não se reproduziram e os edifícios do governo são mesquinhos e de pior qualidade, construídos na base do menor preço e prazo.

A outra vertente da questão é a cidade como suporte de outras manifestações culturais. Começamos com os conventos e igrejas. Não há relação do que se fez no passado com o que se faz hoje. Naturalmente, isto decorre de condições históricas muito diversas. Mas o que espanta é a falta de apreço das autoridades e do público pelos mesmos, que se traduz no péssimo estado de conservação em que a maioria deles se encontra. Vide as igrejas do Pilar e Boqueirão. Em toda a Europa estes museus de arte sacra são utilizados como salas de concertos e de exposições, numa integração fantástica das artes. Entre nós, permanecem subutilizados com pouquíssimos monges e contados eventos religiosos. O mesmo se diga dos fortes militares, com raras exceções.

Analisaremos agora os edifícios civis de função pública. A Casa de Câmara de Cadeia, atual Câmara de Vereadores, foi edificada em 1660, sob projeto atribuído ao beneditino Frei Macário de São João, no melhor espaço da cidade de então, a Praça do Conselho, olhando para a baía. O sino de sua torre comandava os eventos da cidade e sob seu pórtico misturavam-se políticos e cidadãos. Aos sábados, ali se realizava a feira. Magnífica integração do poder público com a cidadania.

Até a década de 60, esta integração existia e a interlocução entre políticos e cidadãos estendia-se pela Rua Chile até a Gruta

de Lourdes, que os mais velhos conheceram. Comparemos esta situação com o Centro Administrativo da Bahia, segregado na Av. Paralela e sem transporte público. A mesma preocupação de diálogo com a cidade e a paisagem é notada nos fortes, na Alfândega, hoje Mercado Modelo, e nos hospitais da Santa Casa, o velho, da Misericórdia, e o novo, Santa Isabel, em Nazaré.

Tivemos desde o período colonial políticas urbanas que contemplavam a questão cultural. O modelo do Paço Municipal de Salvador, com galeria e torre sineira, foi reproduzido como um símbolo do poder municipal em Santo Amaro e em Maragogipe. Dom João VI mandou vir a Missão Francesa com artistas da estatura do arquiteto Grandjean de Montigny, do escultor Taunay e do pintor Debret. Fundou a Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro e decretou o neoclássico como o estilo dos edifícios públicos.

A Primeira República adotou o ecletismo como estilo oficial, com obras como o Palácio Monroe, os Teatros Municipais do Rio de Janeiro e São Paulo e numerosas estações ferroviárias. Getúlio Vargas não fez por menos, ao instituir o modernismo como a marca do Estado Novo, com a construção do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro, numerosas escolas neste estilo por todo o Brasil e o bairro da Pampulha, em Belo Horizonte. Na Bahia, temos obras notáveis desse período, como o Elevador Lacerda, o Instituto do Cacau, o Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) e o Estádio da Fonte Nova, que deverá ser implodido brevemente por falta de sensibilidade das autoridades atuais.

Com a redemocratização na Bahia, no Governo de Otávio Mangabeira, tivemos a continuidade desse processo, com a construção da Escola Parque Carneiro Ribeiro, referência educacional em todo o País, do Hotel da Bahia e início da construção do Teatro Castro Alves. Com o processo atabalhado de redemocratização de José Sarney e Collor de Mello, de orientação neo-

liberal, a cultura foi privatizada, com as leis Sarney e Rouanet, e transformada em mero elemento de marketing corporativo.

Com isso perdemos uma tradição de política urbana que vinha desde o período colonial. E o que é mais grave o poder público não tem mais quadros técnicos, nem um pensamento sobre estas questões. São as imobiliárias que governam a cidade, como vimos na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), em 2007, e na oferta de projetos de seu interesse à Prefeitura. O exemplo mais gritante disso é o Aeroclub, cujo projeto original foi alterado. Aquilo que seria um parque metropolitano acabou se tornando um shopping privado e uma área abandonada com um montão de entulho. Outro exemplo é a intervenção monstruosa que se fez no Vale do Bonocô. O projeto original do metrô foi mudado, durante a construção, para atender aos interesses da construtora, e já é um dos metrôs mais caros e lentos do mundo, pois se arrasta há oito anos, para cobrir seis quilômetros.

Mas falemos finalmente do patrimônio imaterial urbano. Nós tivemos muitos eventos no espaço público, durante o período colonial, que foram se perdendo: procissões, corridas de touros, paradas militares, teatro nos adros de igreja e manifestações populares como feiras, quermesses, repentistas, violeiros, rodas de samba e capoeira. Um poucas manifestações dessas ainda se mantêm na Praça Visconde de Cairú. A documentação iconográfica de Carybé e de fotógrafos como Pierre Verger e Voltaire Fraga mostra como estas manifestações ainda eram muito presentes em Salvador e cidades do Recôncavo dos anos 40 do século passado. Surgiram naturalmente outras manifestações, como o *grafitti* e o *hip hop*, mas se perderam muitas outras. O carnaval de rua e o samba de roda praticamente foram extintos.

Para se recriar uma política cultural para a cidade é preciso desprivatizar a cultura, instaurar um sistema de planejamento urbano, participativo e continuado, que considere a cultura



como fator de desenvolvimento; selecionar projetos de novos equipamentos, mediante concurso público; reequipar museus, teatros, cinemas, centros culturais e galerias de arte existentes, incentivar manifestações populares espontâneas, como festas de largo, rodas de capoeira e de samba, e criar editais específicos para este tipo de manifestação. Isto não será dado pelo poder público, deverá ser conquistado pela cidadania.



## Salvador e o desafio da gestão cultural

*Paulo Costa Lima\**

1. Ainda anteontem participei de uma espécie de bate-papo com Boaventura de Souza Santos, na Reitoria da UFBA, e falávamos de universidade e dos novos desafios, quando ele fez uma daquelas sínteses brilhantes que marcam o seu estilo – “o mérito é político”. Esta frase ficou no meu ouvido, girando e girando, e quanto mais ela girava, mais aparecia como síntese abrangente dos próprios desafios que tenho vivido, seja como artista criador de música, como Pró-Reitor de Extensão da UFBA (entre 1996 e 2002), seja como gestor de cultura desta cidade de Salvador, na Presidência da Fundação Gregório de Mattos (entre 2005 e 2008).

\*  
Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, professor da Universidade Federal da Bahia e membro da Academia de Letras da Bahia. Foi presidente da Fundação Gregório de Mattos, órgão responsável pela cultura em Salvador, de 2005 a 2008.

2. Evoco desde logo uma descoberta contundente para todos da área de criação musical: *a música* não existe. Ou seja, a ideia de que existe uma música no mundo é uma ideia falsa. No máximo, se pode dizer que existem *músicas* no mundo, algumas radicalmente diferentes das outras, a ponto de colocar a própria unidade do conceito em risco. Obviamente, também não existe a cultura, existem as culturas. A diversidade cultural estabelece uma crítica sobre a manipulação do mérito – exige o alargamento do conceito. Então, essa ideia de que o mérito é uma questão política nos traz a percepção radical de que não é coisa neutra que paira sobre nós. O mérito é algo que faz parte de uma construção social e histórica.
  
3. A ideia de mérito como algo absoluto é uma ideia tapada, contra a qual temos que colocar alternativas; é uma ideia que nos provoca, que provoca a humanidade. É algo que está incrustado no próprio cansaço do capitalismo e de suas recompensas. Mas como é que vamos sair de um sistema de recompensa direta? Sua eficácia é inegável. Como é que vamos sair desse sistema de mérito que circunscreve a criação, a novidade e a emancipação? Como é que vai se conceber uma universidade que não seja uma universidade no sistema de recompensas (inclusive contábeis, de créditos e diplomas)? Uma universidade que se entrincheira dentro de muros (reais e metafóricos), e diz, ‘nós somos o mérito, nós somos o conhecimento, e o que não está aqui, não é’?
  
4. Como é que se sai disso para um modelo de construção dialógica de reconhecimento da produção de conhecimento em outros lugares, e de reconhecimento dessa produção outra? Como é que se investe no mérito dos diálogos e das interações? Estamos aí, parece-me, no cerne da questão: a perspectiva de gestão da cultura em uma cidade como Salvador. Uma cidade que fundiu heranças culturais tão distintas. Consta que no início do século

XIX, cerca de 50 línguas africanas circulavam por aqui. E isso sem falar na herança indígena e europeia.

De fato, não se pode separar a cultura da vida. As pessoas desta cidade aglomeram-se em torno de um espaço urbano caótico, fruto de uma rima perversa entre ocupação desordenada, ausência de políticas públicas, índice alarmante de pobreza e desigualdade social comparável ao da Namíbia – o que dizer da cultura? Poderia estar imune a esse quadro?

Obviamente que não. O tamanho do problema pode ser intuído a partir da constatação da ‘invisibilidade’ que atinge uma boa parte dos nossos territórios. Somos, em grande medida, uma cidade que se desconhece profundamente, em vários níveis. Esse desconhecimento daquilo que nos cerca, equivale a um julgamento de valor, uma atribuição de pouca relevância. Apesar de tudo isso, há uma riqueza cultural incrível, espalhada pelos quatro cantos da cidade.

5. Então, ocupar esse espaço de gestor de uma fundação pequena – oriunda do antigo ‘departamento’ cultural da prefeitura –, acostumada a pensar a cultura como um determinado tipo de mérito, e de repente, não mais do que de repente, precisar estabelecer um diálogo com a inteireza da cidade, com seus quase três milhões de habitantes... Realmente, teve um peso esse desafio. Mas acho que conseguimos responder a ele, admitindo-o logo de cara como prioridade política. Percebemos muito cedo que não fazia sentido escamotear o problema e cuidar apenas de uma parte dele – fazendo, por exemplo, um excelente programa de música erudita e esquecendo o resto. Seria enganador. Era absolutamente necessário deixar que a inteireza do problema aparecesse, mesmo que o contraste com nossa capacidade instalada fosse gritante, cuidando para que as respostas possíveis também traduzissem essa problematização.

Trabalhamos desde o início com um modelo de avenidas a

desenvolver: a) a participação popular (levada a sério); b) o cotidiano das artes; c) a valorização da memória; d) os intercâmbios culturais; e) e o diálogo permanente com a sociedade.

6. Acabamos optando por uma dinâmica que envolvia inicialmente a criação de um *movimento*. Criar logo no primeiro ano de gestão um movimento de parcerias estratégicas, com vários contextos distintos da cidade, da favela ao ‘instituto cultural’, sinalizando, para todos, que havia conversa, que era possível estabelecer conversas. Não a conversa solta (como esta que nos ocupa), e sim a conversa engajada, para fazer alguma coisa. Essa iniciativa exigiu a criação de determinados *formatos*, capazes de abrigar o movimento, os diálogos, a formação de parceiros, em suma, a conversa.

Esses diálogos culturais sempre trazem à baila a consciência de três grandes ramos de cultura em Salvador: a) a cultura letrada; b) a que é gestada e veiculada através da mídia; c) e aquela produzida no âmbito das comunidades, em geral fortemente ligada à ancestralidade. No cruzamento dessas fronteiras, na riqueza das rupturas, releituras e permanências, parece se situar o tesouro cultural da nossa produção simbólica. A maior parte daquilo que celebramos como excelências já são um roteiro complexo entre esses três mundos, a exemplo de Caymmi, Emma Vale, João Ubaldo, Glauber Rocha, Lindembergue Cardoso...

7. Vários exemplos dos tais formatos que marcaram uma primeira etapa de gestão/criação podem ser mencionados. Vamos lembrar alguns deles. Por exemplo, os festivais de aniversário da cidade – *Viva Salvador*. Começamos a gestão em janeiro de 2005 e já no dia 5 de março lançávamos uma programação para os 456 anos de fundação da cidade, envolvendo mais de cem eventos. Como foi possível organizar isso, em tão pouco tempo, num período difícil, com férias, carnaval e ainda aprendendo a manejar

a ferramenta institucional? Investimos toda nossa capacidade de trabalho nessa empreitada. Era absolutamente importante se fazer presente na mídia – que aliás respondeu generosamente, e nos concedeu muito espaço durante todo aquele mês de março.

8. Estamos falando, portanto, da importância da construção daquilo que poderia ser denominado de ‘evento convocante’. Ele não substitui a política pública – e historicamente não tínhamos nada de concreto nessa direção –, mas ele potencializa o caminho. Continuo convencido de que muito do sucesso de uma gestão em cultura vai depender desse fino equilíbrio entre investimento em *políticas* e em *realizações exemplares* – especialmente no nível municipal, embora não isente os outros níveis de enfrentar a mesma questão.
9. Para resumir os resultados de uma série: foram quatro grandes festivais entre 2005 e 2008, e creio que foram de impacto crescente. Aprendemos, ao longo do caminho, a utilizar uma determinada temática, como fio condutor desses festivais, sempre na direção maior da diversificação do mérito. Em 2007, projetamos o samba como temática, e assistimos a uma série emocionante de encontros entre o samba-de-roda do Recôncavo com os núcleos que fazem samba em diversos bairros de Salvador. Durante todo o mês de março, os grupos vinham do Recôncavo e passavam um dia numa comunidade sambando, comendo feijoada. No final da tarde – apresentação na Praça Thomé de Souza. Tudo isso eclodiu no dia do aniversário, com cerca de 300 sambistas (20 grupos) sambando em mais de 120 pontos da cidade, como se fosse uma bênção musical. A mídia projetou tudo.
10. Mas foi com o Programa dos *Mestres Populares da Cultura* que o movimento inicial, o desafio de produzir formatos que o suscitasse, encontrou o desafio da criação de políticas públicas para

a cultura, e justamente focalizando a questão do mérito como tema gerador. Foi numa conversa com Josias Pires e Antonio Moreno que surgiu a ideia de criar essa inversão nos termos – ‘mestres populares da cultura’ ao invés de ‘mestres da cultura popular’. A diferença não é nada trivial. O rótulo de ‘cultura popular’ já é um sinal inequívoco do desequilíbrio com a ideia de mérito. Quem perpetua essa frase associa-se ao temor de ver a cultura, a grande cultura, misturada com o povinho, com as coisas incultas. Tudo que não queríamos. Daí a inversão: os mestres são populares, a cultura é uma só, ou seja: são muitas.

11. Bem ao espírito republicano, o Programa foi concebido como um edital que mobilizou 56 comunidades de Salvador – sendo que 15 foram selecionadas ao final –, cada uma delas propondo a realização de festivais – novamente eventos convocantes, só que liderados pela própria comunidade –, que celebrariam os saberes de um mestre ou mestra, provocariam um diálogo com as novas gerações, estimulando-as na direção da apropriação criativa desses saberes. Esse foi o primeiro gesto para a construção de uma política pública de cultura em Salvador, refletindo sua inteireza.
  
12. E não custa enfatizar. Foi um experimento fantástico do ponto de vista da criação de alternativas para o tratamento do mérito. Quem iria questionar o virtuosismo de Cacau do Pandeiro, do alto de seus quase 80 anos? Sua larga experiência com o mundo do chorinho e do samba, com a vida musical noturna da cidade. Ou a capacidade de resistência de organizadores de Ternos de Reis? Os vastos conhecimentos de percussão e cultura afro-brasileira do alabê Erenilton, do Terreiro Oxumaré? Ou a malemolência sábia de alguém como Mestre Curió, Doutor Honoris Causa pela Universidade do México, viajante do mundo como conferencista de capoeira? Em todas as oportunidades possíveis,



lá estávamos nós com os nossos parceiros, mestres populares da cultura, projetando esse recado, essa alternativa.

13. Outros formatos merecem menção. O projeto *No Coração da Cidade*, por exemplo, um festival todo dedicado a um bairro da cidade, e de natureza bifronte, realizando atividades no bairro e no centro. A série de CDs *Trilhas Urbanas*, com mais de dez CDs lançados, apresentando um perfil sonoro de Salvador, e muito especialmente, registrando a excelência musical de cerca de 20 grupos ligados aos terreiros de Salvador. Avaliem, por um momento, o grau de confiança desses grupos, do povo de candomblé, em registrar suas preciosas cantigas, sem qualquer forma de pagamento, apenas como parte da consciência de fortalecer essa rede, de favorecer o intercâmbio do conhecimento. É dessa confiança que estamos falando. O desenho inovador do projeto *Estação Cultura*, que percebe o potencial de sinapse cultural das estações de transbordo, lugar onde centenas de milhares de pessoas passam por dia, e onde a informação pode ser disseminada.

No setor das ‘linguagens’, destacamos a série de *Exposições a céu aberto*, levando obras de artistas baianos para o cotidiano da cidade. E ainda a manutenção das atividades culturais da *Praça Thomé de Souza*, o *Cinema na Praça*, o *Ano Municipal da Leitura*, e a organização anual dos festejos do *Dois de Julho* (sempre potencializados como eventos convocantes).

Já mais para o final da gestão, conseguimos o privilégio da coordenação nacional do Programa *Capoeira Viva 2007*, do Minc, transformando a FGM em importante personagem para o diálogo com a rede nacional de capoeiristas e estudiosos da capoeira. Fizemos um processo impecável de seleção das mais de mil propostas enviadas, e os resultados foram apresentados no final de março de 2008 – sem maiores reclamações ou questionamentos, o que é um feito enorme para o mundo da capoeira. Deixamos o Programa justamente no início da fase da concessão dos prêmios.

14. Se, no primeiro ano de gestão, a ênfase foi a implantação desse movimento de identificação de parcerias e o desenvolvimento desses formatos capazes de manter a relação viva, no segundo apareceu, com grande força, a questão da *informação cultural em Salvador*, sobre Salvador. Quais os projetos culturais alentadores em Paripe, Águas Claras, Mussurunga, Palestina? O que pensam essas pessoas sobre cultura? Quem saberia responder isso? Como as instituições de conhecimento enfrentam (ou ignoram) o desafio cultural da cidade?

Partimos de um grande zero, pois a posição isolada do prédio da FGM havia dificultado a instalação de fibra ótica até aquele momento. Praticamente, não havia vida digital na instituição. Instalamos a rede e criamos um vigoroso site. Esse ambiente passou a registrar todas as matérias jornalísticas geradas com as atividades em curso, disponibilizando uma visão geral ao cidadão. Ao longo dos três anos e pouco de gestão, foram mais de 800 matérias disponibilizadas, sobre as atividades da Fundação. Ora, esse foi um salto enorme de visibilidade.

Ainda nessa linha de oferta da informação centralizada na FGM, vale lembrar a iniciativa de fotografar e digitalizar um conjunto de informações sobre cada monumento público da cidade. Passamos a disponibilizar uma visão bastante acurada dessa rede de monumentos, e do estado de conservação de cada item. Da mesma forma, houve avanços inegáveis no acesso à informação do Arquivo Histórico, através de seus fundos específicos.

15. Num segundo momento, tivemos de enfrentar a questão da segmentação cultural da cidade. Quantas zonas culturais existiriam em Salvador? Depois de muitas discussões, consultas, mapas comprados para vários setores da fundação, para que todos compartilhassem o problema, chegamos a uma divisão em 8 grandes áreas – Subúrbio, Península e Comércio, Liberdade, Brotas,

Federação, Miolo (do Cabula até Cajazeiras), Centro Histórico, Orla Atlântica –, e 120 localidades ou bairros<sup>1</sup>.

Informações culturais sobre cada uma dessas 120 localidades foram disponibilizadas, incluindo fotografias, histórico do bairro, perfis de grupos culturais e mais de 1.500 matérias jornalísticas dos últimos 50 anos, traçando o perfil daquele lugar na mídia escrita de Salvador. Obviamente pensávamos nas importantes consequências dessa ação, e especialmente sobre o possível impacto dessas informações sobre o currículo das escolas das redes municipal e estadual.

<sup>1</sup> Cf. <<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo.php>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

16. Portanto, para pensarmos uma espécie de teoria da gestão cultural em Salvador, devemos observar com clareza pelo menos três desafios:
  - a) estabelecer um movimento e um diálogo com pessoas, porque é gestão de pessoas – contabilizamos cerca de 270 *apoios a eventos* nas chamadas periferias da cidade, um número incrível em termos do porte da Fundação;
  - b) conseguir estabelecer formatos nos quais esse diálogo se cristalice em ações e produtos avançando para a reflexão – foram 50 *publicações* nesse período;
  - c) e, por fim, um terceiro momento de *definição de políticas e de transformações institucionais*, capazes de absorver todo o modelo. Esses momentos não acontecem claramente em sucessão; eles avançam e se interpenetram, eles dependem da robustez política e dos recursos disponibilizados para a gestão.
  
17. Espero estar sublinhando o fato de que essa terceira fase não pode surgir assim do nada; ela realmente só faz sentido como culminação das outras. A própria questão do tratamento da informação já era de natureza estruturante para qualquer avanço institucional. Também entram aqui os esforços de renovação da infraestrutura. Conseguimos recursos para uma grande reforma na Casa do

Benin, também reformamos a Biblioteca Edgard Santos, renovamos o financiamento para a conclusão do Centro Cultural da Barroquinha, deixamos o Teatro Gregório de Mattos em plena reforma, assim como a biblioteca Denise Tavares (na Liberdade).

18. Marcam também essa fase a concepção de uma *Escola-Rede Municipal de Cultura* – capaz de absorver os parceiros populares como pontos de uma formação cultural diferenciada – institucionalizando, por assim dizer, todo o movimento iniciado em 2005. Essa concepção foi aplicada ao programa dos Pontões de Cultura, do Programa Cultura Viva do MINC, e foi obtido financiamento para a implantação de 12 pontos em articulação com a FGM.
19. Em paralelo a essa atuação de montagem institucional, houve ainda o trabalho de articulação política de atores culturais da cidade, tomando as Conferências Municipais de Cultura como foco de trabalho. Menciono de forma especial a *II Conferência Municipal de Cultura*, realizada em 2007, que contou com a participação de mais de 500 agentes culturais, sendo esse sucesso, já um resultado direto do pensamento nas oito áreas culturais, e num incansável trabalho de articulação de lideranças.

Como sabemos, a invisibilidade caminha de mãos dadas com uma grande dificuldade de articulação local e com a ausência de intercâmbios sistemáticos entre bairros e regiões. Para a classe média e instituições a ela adstritas, a cidade praticamente se restringe ao que pode ser visto do carro.
20. Outro registro importante: a criação da *Lei de Incentivo à Cultura*, e a montagem do arcabouço institucional do *Conselho Municipal de Cultura* (lei, decreto e início do processo de escolha dos membros).
21. Pois bem, como dizia Drummond: “o governo ideal termina no dia da posse”. Que bela frase! Quantos sentidos. Por um lado,

essa visão apoteótica de um governo instantâneo, por outro, a ironia fina de que o governo ideal é aquele que, na verdade, não chegou a existir, ou nunca existirá. Vale lembrar que o poeta também foi gestor público.

Creio que podemos afirmar que foi uma experiência muito rica de modelagem de uma gestão cultural para a cidade de Salvador – e, aliás, amplamente reconhecida por diversas instituições e mais de uma centena de depoimentos de artistas e agentes da cultura. Feita com poucos recursos – Salvador recebe cerca de 20 vezes menos recursos para a cultura do que Recife (e isso sem contar Olinda) – e parca consciência política da importância do investimento nessa direção, sem falar na pouca mobilização da própria população em defesa de seus direitos fundamentais.



## Cultura na política de transformação democrática da cidade

*Javier Alfaya\**

A cidade tem um papel político extraordinário. A temática da relação entre políticas de cultura e a política partidária e o poder – no sentido restrito ou mais amplo do termo – precisa urgentemente passar por um profundo processo de reflexão e sistematização. No Estado da Bahia, esse problema ainda está por ser debatido mais profundamente, para que a disputa pela direção da sociedade e a gestão das cidades, inclusive com a capacidade de elaboração da própria política pública de cultura (bem como de outras políticas públicas), sejam devidamente repensadas.

\*

Vice-líder do Governo na  
Assembléia Legislativa. PCDOB.

É fato que houve muita crítica no momento dos embates eleitorais da última disputa para o governo estadual, e também no debate da transição, acerca dos modelos que nós tínhamos que adotar aqui na Bahia, de diversas políticas públicas – assim como a de cultura. Mas também em relação às políticas para as cidades que, inclusive, implicaram a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Só que isso ainda precisa ser mais sistematizado e divulgado, de maneira que a sociedade baiana possa se municiar, para uma reflexão mais profunda, de uma possível e necessária relação saudável entre a política, poder, partidos políticos, eleições e as políticas públicas, em geral, e a política pública de cultura, especificamente, sem perder de vista as políticas de planejamento e de desenvolvimento das cidades.

Aprendemos com a história da civilização humana que as cidades são marcadas pela concentração de atividades. Daí também ser um lugar do poder político, onde há concentração de poder, de dinheiro, da quantidade de atividades que os seres humanos, próximos e interligados de uma maneira, autoritária ou não, produzem. Por conseguinte, a cidade é, necessariamente, sinônimo de concentração. Pode ser uma concentração democrática entre espaços públicos e privados, com qualidade ou sem qualidade, mas, antes de tudo, somos concentração.

Quando vamos ao interior, é comum ouvir uma pessoa, mesmo já no território de um município, dizer: “Eu vou à cidade”. Ela diz que vai “à cidade” porque se refere ao núcleo urbano principal do município, geralmente constituído por povoados, distritos e o núcleo urbano, este, sim, chamado de “cidade”. Então, cidade é antes de tudo concentração. E concentração também de problemas, concentração de expectativas, concentração de possibilidades e concentração de travas. De travas e possibilidades, bloqueios e impedimentos. E, ao mesmo tempo, concentração de possibilidades e de avenidas – no sentido mais amplo do termo, não apenas no sentido físico.



O poeta chileno Pablo Neruda falava em avenidas quando se referia às possibilidades humanas. Nesta perspectiva, a cidade pode sempre ser vista sob uma ótica otimista, apesar de, não raro, poder ser um amontoado de problemas, a exemplo do que temos assistido em lugares de grande visibilidade, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em cidades menores da Bahia.

As cidades são as possibilidades do presente e do futuro para a humanidade dar certo. Nosso presente não está mais ligado como perspectiva de construção de outra sociedade ligada ao meio rural, à possibilidade da revolução rural como acontecia na década de 40, às possibilidades da luta política a partir do meio rural, das matas tropicais etc., como Che Guevara até advogava na década de 1960, ideias que hoje estão condenadas ao fracasso.

Isto significa dizer que o processo político transformador, seja ele revolucionário de qualquer tipo, é necessariamente urbano na América do Sul, certamente no Brasil, e na Bahia também. A cidade tem um papel político fantástico, um papel muito fecundo. As políticas de cultura para as cidades, assim como suas políticas de desenvolvimento, têm que levar em conta tudo isso, dentro de um projeto evidentemente de transformação democrática.

É importante, ainda, destacar que há cidades que têm identidade marcante e um dinamismo criativo. Salvador e outras cidades baianas são exemplos disso, em contraponto a outros aglomerados humanos do nosso território que carecem de uma marca própria, e isso é um problema para quem vai fazer gerenciamento público de Cultura. Como dotar certas cidades desta marca, que aparentemente ou explicitamente não aparece? Como lhes dar alguma identidade? A intenção não é cometer injustiças nem fazer um rol de cidades sem uma marca cultural que as distinga, mas, a título de exemplo, Camaçari. Importante polo econômico na região metropolitana da capital, é uma cidade em busca de uma identidade. Trata-se da cidade mais rica da

Bahia, mas que não tem uma identidade – ou tem dificuldade em amalgamar uma identidade ou identidades que a deixem mais à vontade consigo mesma.

Já Salvador tem muitas identidades, pela sua cultura afrodescendente, pela força da sua cultura popular, pela força de seus artistas profissionais, pelo dinamismo social da cultura, o que é muito importante. É uma cidade muito grande, pela força das manifestações diversas do carnaval e outras festas populares, dos grandes shows, também das pequenas manifestações, tantas, de todos os tamanhos. Salvador tem identidade e tem o dinamismo criativo, um espírito criador muito interessante, tanto nos circuitos populares como nos mais profissionais e acadêmicos. É, portanto, uma cidade com muitas potencialidades. Mas, ao mesmo tempo, lhe falta uma série de mecanismos para realizar essas potencialidades – e é aí que entra o papel da política.

Tomemos como exemplo uma cidade que é muito distante da nossa realidade física, cultural, financeira, política: Londres, capital inglesa. Recentemente, uma notícia circulou o mundo, potencializada pela Internet: “Parlamento Inglês aprova pacote para transformar Londres na capital da indústria criativa mundial”, dando conta de que o Parlamento britânico aprovou pacote bilionário para, no prazo de cinco a seis anos, transformar essa cidade europeia numa potência ainda maior do que já é, nos terrenos da arquitetura, da *web*, do *design*, da fotografia, da moda, da editoração, do cinema, do desenho animado, da animação de maneira geral, do *software*, do *hardware*, do ensino, das artes etc. Lá, foi tomada uma decisão de Estado para manter ou para alavancar o desenvolvimento de uma cidade, que não é uma cidade pobre, que é o símbolo de um dos poderes imperiais no mundo, uma força da centralidade capitalista.

O Estado britânico, através do Parlamento, tomou a decisão de transformar Londres na capital mundial da indústria criativa e aprovou um pacote econômico, um orçamento, que foi criticado

pelo partido conservador, como sendo “uma medida stalinista”, criticando o Partido Trabalhista, que tem maioria no Parlamento. Ou seja, na Grã Bretanha, onde não se vive a crise social nem as diferenças do Brasil, e onde os problemas culturais são bem diferentes dos nossos, o Estado tomou para si a decisão de tornar Londres mais ainda uma potência cultural. E vem a pergunta: existe isso aqui entre nós?

Guardadas as devidas proporções e capacidades financeiras, não existe isso. Nem no nível da prefeitura. Salvador nunca pensou e agiu conseqüentemente neste tipo de autovalorização. Daí, podermos entender um pouco porque a estrutura administrativa e política da Cultura na capital baiana nunca conseguiu sair da condição de estrutura periférica na prefeitura municipal, apesar do empenho de gestores e suas equipes. Ainda não temos isso, como decisão do Governo do Estado da Bahia, embora haja hoje uma presença, um papel muito mais importante da Cultura no processo global geral deste mesmo governo.

Sou deputado estadual da base do governador Jaques Wagner e da base do presidente Lula, mas acho que este olhar não faz parte da centralidade no modelo de desenvolvimento que o governo propõe para a Bahia, e isso é um problema. Também penso que o Estado brasileiro ainda não colocou a Cultura na centralidade do modelo e no projeto nacional que nós gostaríamos que o governo Lula já tivesse tido condições de elaborar, com mais precisão, com mais radicalidade, no sentido da formulação mais avançada de um projeto de desenvolvimento nacional, no qual a Cultura, de fato, fosse não mais um elemento da periferia da formulação, mas um elemento de centralidade.

É importante destacar que esta é uma crítica construtiva ao Estado brasileiro, e não aos dirigentes brilhantes que nós temos à frente do Ministério da Cultura. Seria injusto não sublinhar que a luta deles é justamente para tentar dobrar outros setores do Estado brasileiro, que não estão convencidos disso. A crítica

refere-se à globalidade do Estado: nós não temos visto empenho na discussão, por exemplo, da construção de um processo industrial cultural mais sólido, tampouco a presença de outras instituições do Estado da Bahia ou do Estado Nacional Brasileiro nessa discussão.

O que temos visto são representantes da Secretaria da Cultura, das fundações culturais, do Ministério da Cultura tendo que se desdobrar, brigando até, confrontando-se publicamente de maneira contundente, com outros setores do próprio governo, para convencê-los de que a TV pública nacional brasileira, de fato, tem que ser uma realidade e não quase que uma súplica do Ministério da Cultura para sua existência. E nós precisamos disso, se quisermos de fato concorrer, no sentido da construção de um mercado interno e de uma disputa mais competente, mais real, no mercado internacional, com os nossos produtos culturais.

Necessitamos de uma indústria cultural que de fato seja alicerçada no sistema de apoio financeiro, tanto público como privado, que o Brasil já tem, como também do ponto de vista das políticas industriais que emanam do Ministério da Indústria. E também de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma empresa pública de fomento ao desenvolvimento científico e cultural ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que financia projetos de vanguarda de investigação tecnológica, nas mais diversas áreas do conhecimento. O Brasil ainda está naquela fase, que não deixa de ser necessária, em que a Cultura emana dos setores vinculados à produção mais diretamente: dos políticos aos artistas, produtores culturais, professores universitários, gestores, estudantes etc. É preciso continuar a batalha para darmos um salto de qualidade no nível que nós precisamos e queremos, para colocar a política cultural na centralidade dos processos de desenvolvimento, inclusive das cidades.

É preciso, por fim, estender este debate para uma análise da relação entre o público e o privado. Precisamos ter uma visão mais

ampla em relação ao que é público e ao que é privado, dar espaço para a presença do construído com brilhantismo, mas dar também espaço para outro tipo de público, da propriedade pública ou do espaço público, que não necessariamente a construção em determinados moldes. Desta forma poderemos ir construindo uma política macro que nos leve a uma relação construtiva de uma cidade mais humana, com as políticas públicas de Cultura que devem ser executadas em seu território.



## Reflexões sobre a cultura e as cidades

*Frederico Mendonça\**

– Boa tarde. Estou aqui, desta vez, representando o Secretário Márcio Meireles, que está ausente da cidade, o que é uma grande responsabilidade.

Começarei pegando os “ganchos” de algumas falas precedentes; da sistematização que o Professor Paulo Lima fez em relação à Fundação Gregório de Mattos, e de uma observação do Deputado Javier Alfaya acerca da não prioridade da cultura na agenda política brasileira, baiana e soteropolitana. Paulo Lima apresentou cinco itens, sobre a participação popular e tudo que constitui a busca de uma política mais democrática e

\*  
Arquiteto, Diretor Geral do  
Instituto do Patrimônio Artístico  
Cultural da Bahia (IPAC).

que atenda a grupos sociais mais amplos. Nesse aspecto, desde que assumimos a administração estadual, nós temos novamente – apesar de concordar com as observações do deputado Javier – uma Secretaria de Turismo e uma Secretaria de Cultura, o que desvincula a subordinação, que estava se tornando histórica, da cultura em relação às políticas de atração de visitantes externos para Salvador.

Hoje, as políticas culturais para as cidades baianas não estão necessariamente subordinadas a uma lógica de visitação turística. Há um entendimento de que a diversidade e a riqueza cultural do Estado precisam encontrar – por parte dos poderes públicos e, no caso específico, da administração estadual – mecanismos para ampliar a participação e melhorar a qualidade e a quantidade da produção cultural.

Nesse sentido, a política de editais adotada pela Secretaria tem buscado modificar a relação entre o uso particular e o público, substituindo a tradicional política de balcão dos conhecidos, pelos inúmeros pedidos para todas as áreas, através de critérios mais públicos, mais divulgados amplamente, nos quais são abertas as possibilidades para um maior número de grupos sociais se candidatar a recursos e para apoiar suas iniciativas. Evidente que nós estamos num Estado onde a concentração de riquezas é muito grande e onde temos uma grande maioria com poucos recursos financeiros. A dependência do Estado ainda é muito forte. As nossas elites econômicas e políticas têm uma relação muito pobre com a cultura. Vejo algumas cadeias de lojas que se desenvolvem bastante, em Salvador, e que não têm nenhuma participação no estímulo a atividades artísticas ou culturais. Há sempre uma imensa dificuldade de arrecadar recursos para qualquer faceta da atividade cultural que se pense, seja das linguagens artísticas, seja das novas culturas digitais, seja do patrimônio.

Estamos no século XXI, que é um século das cidades pelo alto grau de urbanização em inúmeros países. Há uns dias lembrei-me



de uma frase do livro *A cidade na história*, de Lewis Mumford.<sup>1</sup> Ele dizia que a cidade é a mais preciosa invenção corretiva da civilização, superada apenas pela linguagem na transmissão da cultura. As aglomerações urbanas são cada vez mais densas e nos trazem inúmeros desafios. Um deles, já abordado anteriormente, está ligado à questão da centralidade. Não temos mais a nossa cidade, a cidade que nós, essa geração com mais de 50 anos, vivenciamos. Esta cidade não existe mais porque, hoje, Salvador tem, no mínimo, dois centros e quando a gente pensa a cidade que está sendo construída no vetor de expansão norte (Avenida Paralela), entramos por Lauro de Freitas até Camaçari, além das novas nucleações voltadas às classes médias.

Aliás, surpreende ver como a nova classe média está ficando numerosa, porque, pela quantidade de lançamentos imobiliários, fico tentando identificar onde estarão estes usuários, em termos numéricos e de renda. Espero que não esteja antevendo dias bastante difíceis, no que diz respeito ao endividamento das pessoas com esses empreendimentos bastante questionáveis, em relação à sua duração. Posso, também, estar errado e gostaria muito de estar.

Nessa sociedade cada vez mais urbana, muito fragmentada e com uma velocidade de acontecimentos muito grande, sobressai a questão de certa impessoalidade dos espaços que nós estamos criando. É a necessidade das populações, que são o patrimônio imaterial, que dão sustança, significação aos cenários urbanos. As relações sociais, para serem retomadas, precisam de espaços que possibilitem vivências. Como afirmou o Professor Paulo Ormino, Salvador não tem mais praças. As praças que temos são do período do urbanismo que remonta ao século passado.

Então, o que acontece? Temos o desafio de criar políticas culturais num tecido urbano muito espalhado, muito fragmentado. Vemos o que os valores de cultura em geral têm feito. Por exemplo, no Centro Antigo é onde se tem maior concentração de equi-

<sup>1</sup> MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

pamentos culturais. Mas pode-se perguntar se a juventude que está aqui presente tem alguma vivência no Centro Antigo ou já integra a turma que só frequenta os modernos centros comerciais localizados na área de expansão; para eles, a parte antiga da cidade diz muito pouco ou quase nada, porque a vivência deles está se dando em outros espaços. Isso gera um desafio muito grande, em termos de políticas culturais, para as diversas cidades que começam a coexistir, a coabitar no centro de uma grande cidade como é Salvador, que é a terceira maior do País.

Nesse aspecto, estamos fazendo algumas experiências no âmbito da Secretaria de Cultura. Uma delas, cuja realização conta com a liderança da Fundação Cultural, através da Diretoria de Artes Visuais com o apoio do IPAC, consiste na construção de um programa chamado “Dez Dias de Cultura e Cidade”. Trata-se de uma iniciativa da Escola de Dança da Ufba em cujo conjunto de ações, previstas para outubro, estaremos lançando um edital sobre intervenções urbanas, numa tentativa de fazer com que determinados grupos criativos ou artistas individuais promovam intervenções no espaço urbano, de modo a nos trazer algum tipo de reflexão e vivências sobre aqueles espaços e sobre seus monumentos, sobre o patrimônio. Esse é o objetivo: buscamos construir experiências localizadas de modo que possamos identificar políticas.

Também estamos fazendo no Pelourinho uma experiência muito interessante com o patrocínio da Oi, através de uma ONG chamada Kabum, com trinta jovens daquelas imediações. Trata-se do projeto Pelourinho Digital cujo objetivo, dentre outros, é fazer com que essa moçada que mora ali pela Saúde, Santo Antonio, Barbalho, faça um mapeamento da área que costumamos chamar de Centro Histórico de Salvador, através desse instrumento digital. Essa juventude, na faixa de 18 a 22 anos, tem como meta apresentar sua vivência e aprender um pouco mais. É um trabalho de educação patrimonial e ambiental, além de

produzir uma peça de divulgação daquela área, a partir da ótica vivencial deles, para o restante da cidade.

Gostaria de finalizar discorrendo sobre uma frase: “patrimônio é solidariedade”. Trata-se de uma expressão cunhada pelo Prof. Dalmo Vieira, Diretor do Patrimônio Material do IPHAN, no Fórum sobre Patrimônio Material da Bahia, que realizamos em Lençóis, agora em maio. Acho muito interessante porque se vincula o patrimônio com memória, vivência. Mas há essa dimensão da solidariedade intergeracional, muito utilizada na abordagem ambiental. Com o meio ambiente, sabemos que o mundo é uma bola, que estamos todos em um mesmo barco e o que fizermos terá consequências no futuro. Podemos, então, guardando as devidas proporções, aplicar essa dimensão aos bens culturais, naqueles que consideramos patrimônio, sejam eles materiais ou imateriais. Eles são um modo de passarmos para o futuro, porque o mundo não vai acabar hoje nem depois de amanhã. E se haverá continuidade, nós precisamos deixar algumas referências, porque senão fica parecendo que o mundo deve redescobrir a roda a cada geração! Essa é uma ideologia que não nos leva muito longe e nos deixa atolados no massapé, enquanto Minas Gerais está lá na frente, e outros estados também, com legislações que reforçam a preservação patrimonial, a exemplo da que institui uma distribuição diferenciada de ICMS.

Nós ficamos achando que a Bahia é a Bahia, que somos demais e, no entanto, estamos perdendo sustança. Isso porque temos uma rica história, mas é preciso construir uma nova história, mais democrática, em que se elaborem políticas públicas que não sejam baseadas nos favorecimentos que se tornaram históricos. Na Bahia, até axé era bancado pelo Estado! Mudar essa cultura é um grande desafio. Eu deixo isso para nós refletirmos.



## A rede educacional como base para ação e mediação cultural

*Sérgio Coelho Borges Farias\**

No que se refere ao tema desta mesa, desejo tentar refletir sobre o que é que nós queremos em relação ao cidadão comum, no campo da cultura, para que possamos então identificar elementos para uma política, para um debate sobre a questão cultural. Um debate que leve em conta o que se espera realmente do cidadão. Eu chamo de cidadãos comuns todos nós, todas as pessoas que estão nas cidades, nos territórios de cultura.

\*  
Ator e Diretor Teatral. Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia.

O que eu proponho é que não se considere cultura a mera apreciação, o mero consumo de produtos artísticos, ou de manifestações tradicionais, mas que seja algo construído no dia a dia e que inclua também o *modo de ser* e o *modo de viver*.

Então, o que a gente esperaria em termos do *modo de ser*, do *modo de viver* das pessoas? Algo no sentido de intensificar ou reforçar atitudes referentes à cooperação, à fraternidade, à felicidade de modo geral. Algo que supere as questões referentes à violência, competitividade, egoísmo etc.

Portanto, é preciso todo um trabalho em relação aos valores que devem ser ressaltados para se chegar a uma *situação de Cultura* na qual, esse cidadão, essa pessoa, possa viver de um modo fraterno, cooperativo, no sentido de aumentar o grau de felicidade das pessoas, de um modo geral, de pensar no coletivo. E isso se aprende.

Cabe então colocar aqui como *questão* a relação entre cultura e educação. Se isso se aprende, é preciso então fazer cultura como se estivéssemos fazendo educação. Como se situa essa pessoa, esse cidadão comum, em relação a tudo o que vem acontecendo em termos de políticas públicas para essa população?

Para o desenvolvimento desses valores mencionados acima, considerando que o trabalho cultural seja um trabalho educacional, precisamos não concentrar o trabalho cultural somente nos campos do pensamento, do raciocínio e da lógica, mas trabalhar também na direção do desenvolvimento das demais capacidades humanas, que são, em geral, esquecidas pelas políticas públicas de um modo geral e pela política educacional especialmente. São as sensações, os sentimentos e a intuição. O trabalho educacional em geral é concentrado no pensamento, no domínio cognitivo, o que dificulta o trabalho com esses outros domínios.

É preciso contemplar o domínio psicomotor, que envolve a dinâmica do corpo, de um modo geral, não somente a pessoa sentada na cadeira, raciocinando, ouvindo, escrevendo, discutindo, mas ela *fazendo* alguma coisa.

O trabalho com a cultura, com a arte, mas a arte pensada em termos de componente dessa cultura, que é algo mais amplo do que somente o fazer artístico, é também fundamental no domínio afetivo, no qual se formam e se consolidam as visões de mundo.

Então, uma educação que esteja estruturada de modo a promover o desenvolvimento integral do ser, que seria esse desenvolvimento que possibilitaria uma atuação cultural mais consequente do cidadão comum, será um *fazer cultura*, não somente um *consumir cultura*, como muitas vezes é encarado o trabalho cultural, quando se *leva a cultura para o povo*.

É importante apresentar coisas para as pessoas assimilarem e assistirem, mas o trabalho precisa ser feito no sentido de integrar a teoria com a prática, quer dizer, o pensar com o fazer, quer dizer, pensar fazendo e fazendo para pensar. O trabalho cultural, portanto, precisa ser feito numa perspectiva educacional, que leve ao desenvolvimento integral do ser, contemplando essas outras capacidades, não somente a capacidade intelectual, do raciocínio, da lógica, da memória.

Então, o trabalho cultural que leva ao desenvolvimento dessas capacidades é exatamente um trabalho que possibilita a articulação do fazer com o apreciar e com o contextualizar, que são os três elementos fundamentais do campo da arte educação. A relação da arte com a educação, nessa perspectiva do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento do ser integral, do cidadão comum que está na cidade, é uma ação que está baseada nesses três elementos fundamentais, no fazer articulado com o apreciar, articulado com o domínio cognitivo, ou o *contextualizar* articulado com o *refletir* sobre a história daquele *fazer*, sobre os elementos contextuais que estão envolvidos nessa realização, para que daí resulte um novo tipo de comportamento que eu acredito que seja o comportamento que a gente espera, em termos culturais, das pessoas.

Espera-se um comportamento que seja propositivo, que contenha uma ação concreta de transformação, que não seja somente um *estar vendo* ou *refletindo* sobre, sem realizar nada. Então é algo que envolva o fazer e o refletir sobre o fazer, para o aperfeiçoamento desse *fazer*.

Nesse sentido, a política cultural, a meu ver, deveria pensar mais nessa articulação com a educação, no sentido de valorizar todas as organizações que existem. A escola é uma organização muito forte, mas não podemos nos limitar a ela em termos educacionais. Há também associações, grupos culturais, pontos de cultura. Deve-se possibilitar a esses organismos, que permeiam todos os locais da cidade, a realização desse trabalho educacional na perspectiva do desenvolvimento cultural, do aperfeiçoamento dos valores que entendemos serem importantes de se realizar, de se concretizar.

Finalmente, permitam-me identificar três pontos fundamentais numa possível política de apoio a essas organizações, no sentido do desenvolvimento de uma proposta de *realização cultural*. Um deles é a questão do espaço físico, da possibilidade dos espaços serem disponibilizados para os grupos que possam realizar trabalhos culturais. O segundo ponto seria em termos de disponibilizar equipamentos para a realização desses trabalhos e o terceiro ponto seria o amplo acesso aos produtos culturais já existentes, o que possibilitaria a apreciação da obra cultural, o acesso ao que já vem sendo feito e já vem sendo proporcionado pela sociedade.

Penso que essa articulação da política cultural com a educação precisaria levar em conta, não só a estrutura educacional oficial, a da rede escolar, mas também toda uma rede comunitária que existe, é efetiva, onde já são promovidas muitas atividades.

É importante que nesses ambientes o trabalho educacional seja feito na perspectiva do desenvolvimento cultural, melhor dizendo, do aperfeiçoamento do comportamento cultural. Essa



seria a formulação mais correta, a meu ver, na qual se levasse em conta, não só a arte contemporânea, mas também as questões da tradição e as questões das chamadas *artes do convívio*, que são as festas, os encontros, as relações informais.

Nessas instâncias pode se realizar um trabalho educacional na perspectiva de uma cultura mais orgânica, que leve a uma mudança, a um aperfeiçoamento dos valores aprendidos, no sentido do bem coletivo.



IV

## Políticas Urbanas e Cultura



## Apresentação

*Lia Robatto\**

– [...] Estipulou-se menos tempo para as falas dos painelistas para que tenhamos um espaço maior de debate com participação dos presentes. Eu fiquei admirada pela capacidade de síntese dos palestrantes até o momento, resultando que os focos das questões ficaram mais claros, mais definidos.

Até então tem se discutido muito sobre a cidade. Tratou-se mais de levantamento de problemas propriamente do que aprofundamento das questões, limitação dada pela natureza do próprio Ciclo. Tem se falado muito da cidade, como uma das grandes soluções das civilizações, onde ela configura-se como o local de encontro, de intercâmbio. Vários palestrantes

\*  
Coreógrafa; atualmente é  
Presidente do Conselho Estadual  
de Cultura. Professora aposentada  
da Escola de Dança e da Escola de  
Teatro da Universidade Federal  
da Bahia.

citando seus autores preferidos, notando-se que quase todos citaram Milton Santos. O interessante desta mesa é a apresentação de uma visão de que a cidade está sempre em processo, um processo dinâmico, contínuo, de transformações e por isso mesmo traz muita preocupação quanto à preservação de referências ambientais, monumentais, da sua arquitetura e o perigo da sua tendência de descaracterização. Mas, ao mesmo tempo, os palestrantes enfatizaram a importância dessa dinâmica de contínua transformação que deve ser vista através da referência do tempo histórico. Foram discutidas questões de identidade, com ideias interessantíssimas, onde as diferenças e a diversidade é que contam.

Já foi dito que a cidade é o local da mestiçagem, do hibridismo, da mistura, da troca, onde as várias “tribos” e grupos de indivíduos convivem. As questões da diminuição da ação do Estado na cidade, com o capital do empresariado começando a definir a arquitetura da cidade, tendo visto as antigas e pouquíssimas praças que nós tínhamos substituídas pelos *shoppings*, que se tornaram o local de encontro, evidentemente com exclusão daqueles que não têm condições de acesso a esse local de compras.

Discutiu-se muito a questão da violência na cidade e hoje, na mesa anterior, Sérgio Farias falou com muita pertinência sobre cultura e educação, como uma das propostas de políticas para a cidade.

Bom, enfim, falou-se dos saberes, dos fazeres, mas se falou pouco dos querereres. Como Maria Brandão chamou a atenção, no primeiro dia deste evento, “*O que nós queremos dessa cidade?*” A cidade é fragmentada, nós, como coletivo, somos múltiplos e cada pessoa também é múltipla, porque uma coisa é identificar-se nos diversos papéis que atua na sociedade: você como gênero, você como função, você como etnia etc. Enfim, a gente tem vários aspectos identificatórios e cada aspecto tem um desejo e tem uma necessidade e não é tão fácil articular todas essas demandas que uma cidade deva oferecer.

## O jogo da cultura no mundo contemporâneo

*Gey Espinheira\**

– Boa noite!

Eu peço desculpas pela minha rouquidão, ainda bem que o tempo é curto, eu vou falar pouco. Eu escrevi a minha participação e enviei por e-mail à Coordenação, se alguém tiver interesse eu deixo um exemplo, eu denominei *Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo*.<sup>1</sup>

É uma preocupação que a gente vem tendo em discutir o multiculturalismo, as diferenças, a tolerância como uma questão paradoxal. Ao ocupar o lugar da política, a cultura ofusca a luta de classe e propõe uma igualdade nas diferenças e uma acomodação social à medida que alcançamos a tolerância nessas diferen-

\*

Foi Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA.

1

Em anexo, no final deste livro.

ças. Essa situação paradoxal também se expressa na cidade que homogeneiza seus espaços anulando a diferenciação, pobres em um lado, ricos de outro, todos os pobres como se fossem iguais e todos os ricos “farinha de um mesmo saco”. Por isso nós temos uma cidade cada vez mais desigual e mais violenta e produtora de uma cultura homogeneizada, ao invés de privilegiar a heterogeneidade que é a marca de uma cidade síntese das diferenças. Convergência nos estranhos e ao mesmo tempo *lugar de todos*, mas não todos na universalidade de cada um; essa expressão *lugar de todos* é onde cada um em suas diferenças encontra um canal de comunicação, portanto é todos na desigualdade, democratizando a desigualdade no paradoxo de ser uma luta contra a suposta igualdade política.

A subordinação política ao campo da cultura é também a subordinação na luta da totalidade, as lutas “micrológicas”, a luta do negro, do índio, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, a luta de cada categoria e não a luta social por uma justiça social; eu diria como pano de fundo as relações econômico-sociais que passaram a ser esquecidas e dissimuladas como se fossem coisas do passado. A “disdiferenciação” é o processo, “periferização” é o processo dos condomínios fechados, é o processo da cidade excludente e a cultura que nós fazemos é a cultura da diferença, no sentido da diferença de classe, mas camuflada como diferenças culturais.

Então, essas são as ideias que eu trago para alimentar a reflexão sobre o jogo da cultura na sociedade pós-moderna. Obrigado!



## Salvador – Cidade Criativa?

*Paulo Henrique de Almeida\**

Começo lembrando que a taxa de desemprego em Salvador atingiu o auge em 2003, chegando a quase 27,1% no conceito de desemprego total, que inclui o desemprego por desalento e o subemprego. De 2003 pra cá, meados do ano de 2008, o desemprego total caiu para 20%. Trata-se de uma redução de quase um terço do desemprego que existia há cinco anos. Mais de cem mil postos de trabalho foram criados, nos últimos anos, na cidade de Salvador. Quanto disso é sustentável? Será que esse crescimento é sustentável ou não? É preciso também qualificá-lo, não é? O que se vê hoje, no mundo inteiro, é que a geração de emprego é apenas um lado da questão, porque os empregos que estão sendo criados não são exatamente os empregos de 30 anos atrás.

\*  
Doutor em Economia pela  
Universidade de Paris x – Nanterre  
e Professor da Universidade Federal  
da Bahia. À época, Superintendente  
de Promoção Cultural da Secretaria  
de Cultura da Bahia. Atualmente, é  
Superintendente de Planejamento  
Estratégico da Secretaria de  
Planejamento do Estado da Bahia.

Fala-se crescentemente em precarização, em trabalho precário. Com muita frequência, a inclusão é excludente, no sentido de que mesmo os trabalhadores com carteira assinada, mesmo os trabalhadores formais, que são a maioria nesses postos de trabalho que vêm sendo criados no Brasil e em Salvador, não têm exatamente os mesmos direitos que a geração passada teve; os trabalhadores formais estão perdendo seus direitos. Mas isso é uma outra discussão. O fato é que basta olhar pela cidade que se percebe que a economia da cidade está “bombando”; isso é inegável e as estatísticas estão mostrando isso, claramente. E é claro que isso não se deve apenas ou principalmente ao trabalho do Sistema de Intermediação de Mão de Obra. Isso, na verdade, reflete o *boom* que o País vive, que a Bahia vive também. Como garantir a continuidade disso? É claro que a continuidade depende da política, da situação internacional, da política macroeconômica, mas depende também da cidade se diferenciar, e da cidade se diferenciar, sendo liderança ou vanguarda no processo de definição de uma política econômica própria, coisa que Salvador até hoje nunca teve.

Nas últimas décadas, o Estado da Bahia teve uma política econômica muito clara, baseada em duas pernas; não em três ou quatro, mas baseada em apenas duas pernas: a atração de indústrias, a qualquer custo, com base na guerra fiscal, e o apoio a certo turismo. A atração de indústrias, a qualquer custo, não é política para Salvador. Salvador não tem a menor condição, e, graças a Deus, não tem, de voltar a ser, ou melhor, de ser aquilo que nunca foi: um centro industrial. O preço da terra não permite, as condições ambientais não permitem. A indústria continuará concentrando-se na periferia de Salvador, em Camaçari, em Simões Filho etc., para o bem e para o mal.

Quanto ao turismo, este precisa ser qualificado. Esse turismo de massa, que alguns chamam de horda, que a cidade conheceu até agora, vai muito bem, obrigado, mas cresce a taxas cada vez

menores. Então, se a gente quiser apostar na continuidade da expansão do turismo, é necessário assegurá-la com base em um novo turismo; um turismo segmentado, um turismo cultural de saída, mas também um turismo de eventos e negócios. E quando se pensa nesses termos, descobre-se que a cidade está absolutamente despreparada para esse novo turismo. Primeiro, porque faltam equipamentos. Se você quiser trazer um grande evento para a cidade, não consegue porque não há leitos, nem auditórios, nem centro de convenções para isso. Lembro-me que, no início do governo Wagner, discutiu-se a atração do Fórum Social Mundial pra Salvador. O *trade* foi contra, porque argumentou que ou fazia o verão e o carnaval, ou fazia o Fórum Social; não havia espaço para as duas coisas na cidade, porque a programação dos hotéis, a ocupação dos hotéis, já estava garantida com o Festival de Verão, Carnaval e o turismo típico do verão.

Mas, se a indústria não é solução para a cidade, se o turismo precisa ser qualificado, é preciso pensar sobre a estratégia que a cidade nunca discutiu. O futuro econômico das grandes cidades no século XXI está baseado em três ou quatro vetores.

Primeiro, na concentração de serviços empresariais, serviços prestados às empresas capazes de exportar serviços superiores. Salvador tem isso, é aquilo que está ali na Tancredo Neves, é aquilo que constitui o eixo Itaigara-Iguatemi, é o que se encontra no grande corredor que vai da Garibaldi até o Aeroporto, passando pela Paralela. São serviços de engenharia, de marketing, de logística, de arquitetura, de decoração, de informática etc. Estas atividades são, hoje, a coluna vertebral, o coração e o cérebro da economia soteropolitana.

Em segundo lugar, é preciso atrair sedes e subsedes de grandes organizações. Salvador tem um histórico de perda de sedes: Banco Econômico, Paes Mendonça etc. Por força de vários processos que aconteceram nesse período. É preciso reverter esta tendência e ter uma estratégia própria. Certo, é impossível

competir com São Paulo. Há, hoje, nacionalmente, uma reconcentração de serviços em São Paulo; o País não tem três ou quatro centros. Em um dia, São Paulo faz a quantidade de eventos que Salvador faz por ano. Toda sede de grande empresa multinacional, quando se instala no Brasil, se instala em São Paulo para ser polo da empresa na América Latina. Mas nós temos condições de ter uma estratégia alternativa, pelo menos no nível regional, Norte-Nordeste, caso utilizemos nossas vantagens competitivas e incentivos nessa direção. A recente atração do centro de serviços financeiros da Petrobras para Salvador é uma vitória espetacular nesse sentido. São seiscentos empregos e não são quaisquer empregos; são seiscentos empregos de funcionários da Petrobras de alto nível de qualificação.

Além da concentração de sedes e dos serviços empresariais, *business-to-business*, é indispensável aprender a exportar mais cultura; sair do artesanato cultural e ir para a indústria criativa, que é o que se tenta hoje, ainda embrionariamente, modestamente, no campo do audiovisual e em várias outras áreas, inclusive na música, é claro. Mas é preciso enfrentar isso com planejamento e perspectiva de longo prazo.

Usa-se, crescentemente, no exterior, o conceito de cidade criativa para sintetizar isso que eu estou propondo: o estímulo a esse tipo de produção cada vez mais imaterial, intangível, produção cada vez mais de arte, cultura, conhecimento. Um autor americano, Richard Florida tem trabalhado nisso, é o mais famoso dos autores que trabalham com essa abordagem.<sup>1</sup> Trabalha de forma bastante criticável, tenho várias restrições metodológicas às suas proposições, mas reconheço que Florida coloca a nossa disposição algumas ferramentas “para convencer secretários da fazenda”, como costume dizer, e por isso respeito o trabalho dele. Pois bem, Florida, para ir concluindo minha intervenção, diz que as cidades criativas se caracterizam por três “tês”: talento, tecnologia e tolerância, como lembrava o professor Gey Espinheira

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, FLORIDA, Richard, *The Rise of the Creative Class. And how It's transforming work, leisure and everyday life*. New York: Basic Books, 2002; e *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge, 2005.

aqui. Outro dia, falei isso em algum lugar e alguém, brincando, disse: “Não, Salvador tem algum talento, não tem tecnologia, mas tem tolerância até demais”. É mentira! Isso é uma piada de mau gosto. O fato é que Salvador tem pouco talento, se a gente pensar em termos de indústrias criativas ou de cidades criativas; não tem tecnologia para esse tipo de produção e tem uma tolerância muito discutível. Sob todos os pontos de vista, até porque, antes de tudo, é uma cidade racista, é uma cidade machista e é uma cidade homofóbica; e quando se fala de tolerância está se falando é desse tipo de coisa.

Mas falta ainda o quarto vetor: educação, capacitação. Um aluno meu fez, com minha orientação, um trabalho de comparação, e nós vamos ampliá-lo agora, medindo a proporção de trabalhadores que poderiam ser inseridos numa categoria de trabalhadores criativos em Salvador, comparando-a com outras metrópoles. Numa cidade considerada criativa da Europa ou dos Estados Unidos, 30, 40, 50% da população pode ser considerada como constituída de trabalhadores criativos. O conceito aí é meio elástico e tal, enfim, discutível, mas testando a comparação, meu orientando levantou isso para o Brasil; saiu no jornal *A Tarde*, outro dia: São Paulo tem 13%, Rio de Janeiro 11%; Salvador fica com 3,5%, o que comprova a desqualificação da população de Salvador, do ponto de vista da formação, da capacitação em tecnologia, do ponto de vista do alto analfabetismo funcional, da exclusão digital etc. A cidade está longe de estar preparada para a produção criativa.

Então, para concluir, estando no século XXI, para pensar essa coisa da produção cultural em Salvador, de um outro ponto de vista, do ponto de vista do século XXI, mais sério, é preciso investir na educação, na tecnologia, na inclusão digital, na banda larga gratuita para todos. Obrigado!



## Salvador: problemas e potenciais da política cultural

*Marcus Alban\**

De alguma forma, em minha fala, vou abordar vários dos pontos colocados por Paulo Henrique Almeida. É verdade que eu gostaria que ele tivesse falado também sobre o que é a atual política cultural, porque isso facilitaria em muito as minhas observações. Mas, claro, isso pode ficar para os debates. Devo dizer que muitas das colocações que farei decorrem do trabalho que desenvolvo no NPGA-UFBA, trabalho esse que me levou a realizar, em 2007, um pós-doutorado na Universidade de Málaga, estudando a economia da cultura e do turismo espanhóis. De uma maneira geral, estudando o bem-sucedido modelo espanhol, busco entender por que nós não funcionamos tão bem

\*  
Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Posdoc em Turismo – UMA/Espanha. Ex-Superintendente da Fundação CPE e autor de vários trabalhos nas áreas de planejamento e regulação.

em uma série de aspectos. Então, vou colocar algumas questões nessa linha. Por outro, devo dizer também que, por uma série de acasos, acabei virando um empresário, na verdade um microempresário do turismo. Eu sou sócio de um Albergue da Juventude que fica no Pelourinho, e assim, ainda que não exercendo a gerência do empreendimento, eu de alguma forma tenho também uma informação empírica sobre o que acontece no setor. Por fim, devo acrescentar que participei do terceiro Governo Antonio Carlos Magalhães, exercendo a presidência da Fundação CPE que, na época, entre outros trabalhos, planejou a recuperação do Pelourinho. Naturalmente, tudo isso baliza os pontos de vistas das colocações que eu farei a seguir.

A primeira colocação a fazer, conforme já dito por Paulo Henrique Almeida, é que nós somos uma cidade pobre. Nossa renda per capita é muito baixa, e a depender do que consideremos como linha da pobreza, temos algo em torno de 20 a 40% de nossa população vivendo em condições muito precárias. Nós temos então um desafio a vencer, muito grande, que é o da geração de empregos. Ainda que tenha havido essa evolução positiva a que o Paulo se refere, é importante observar que, há vários anos, na verdade mais do que uma década, Salvador e sua região metropolitana constituem a liderança no *ranking* brasileiro de desemprego. Ou seja, nós melhoramos um pouco, mas continuamos os piores do País. Temos, portanto, uma situação complicada que exige a geração de emprego e renda em altíssimos volumes. Nunca tivemos, porém, uma estratégia nessa linha. A cidade, como se sabe, cresceu a reboque da estratégia industrial que gerou a RMS, mas nós precisamos urgentemente de uma estratégia para Salvador.

Entendo que existe uma grande oportunidade de nos tornarmos uma cidade diferente. Somos uma cidade singular, dada a natureza do nosso povo e de como ele se constituiu. Somos uma cidade singular, dado o fato de que estamos ao lado da Baía de



Todos os Santos. Somos uma cidade singular porque fomos a primeira capital do Brasil. Tudo isso constitui um imenso patrimônio material, e um patrimônio imaterial ainda mais expressivo. Mas o fato é que nós nunca tivemos capacidade, ou seja, nunca tivemos competência para transformar tudo isso em emprego e renda. Esse é, sem dúvida, o grande desafio dessa cidade.

Salvador é hoje uma das cidades mais violentas de toda a América Latina. Segundo a expectativa dos órgãos do próprio governo, devemos chegar ao final do ano com uma taxa de 68 assassinatos a cada cem mil habitantes. Esse número, que é 70% acima da média brasileira, é 30% acima do que se atingiu no ano passado, que, por sua vez, foi 40% acima do percentual do ano retrasado. Temos, portanto, um problema muito grave que, se não for rapidamente superado, transformará Salvador numa verdadeira arena de barbáries. Mas esse cenário caótico não é inexorável. Entendo que a superação passa por alternativas que vão um pouco na linha do colocado por Paulo Henrique Almeida, embora eu perceba que precisamos privilegiar muito mais a questão da cultura e do turismo. Toda essa área do terciário superior, e mesmo da indústria criativa, deve vir a reboque da cultura e do turismo.

Existem várias maneiras de se estudar e tipificar o que é cultura. Eu vou apresentar uma aqui, que não é a única, nem exclui outras, mas é importante para o que eu pretendo colocar. Em linhas gerais, entendo que pode-se segmentar a cultura em dois tipos básicos. Uma cultura que é importante para a formação do cidadão, e que, por isso mesmo, deve estar presente na educação, na educação pública, sobretudo, garantindo que a grande massa da população tenha acesso a ela. Ou seja, uma cultura que faz parte da formação do cidadão e que, independentemente do mercado, deve ser garantida pelo Estado. Paralelamente a isso, existe a indústria cultural, que é mercado, é *business*. É muito importante perceber essa segmentação, por que são perspectivas bem distintas. Assim, na prática, é muito complicado colocar

essas duas vertentes num mesmo órgão, mesmo que esse órgão seja uma Secretaria da Cultura. Sem dúvida, a cultura de formação tem muito mais a ver com a área de educação. Já a cultura da indústria cultural, que é *business*, tem mais a ver com as áreas de indústria e comércio, e claro, com o turismo.

Por que com o turismo? Porque o turismo, ou melhor dizendo, a indústria do turismo alavanca a indústria cultural. Uma reforça a outra. O turismo gera demanda para a cultura e a cultura gera atrativos para o turismo, e é isso que precisamos fazer para dinamizar Salvador. Se tomamos Barcelona como exemplo, uma das cidades melhor sucedidas nessa linha, vemos que Salvador pode multiplicar sua economia cultural e turística por algo em torno de vinte a trinta vezes. Isso significa ter outra cidade, com outra estrutura produtiva, outra demanda de mão-de-obra, outras exigências da educação por parte do poder público, outra estrutura de planejamento urbano... Enfim, mil outras configurações urbanas, muito distintas do que se possui hoje.

Não tenho dúvidas de que essa é uma possibilidade concreta para Salvador. Mas para que ela vire realidade é preciso tratar a cultura e o turismo como prioridades, e de maneira séria. Infelizmente, porém, até onde eu acompanho, e aqui vou me restringir à questão do Pelourinho, do Centro Histórico do Pelourinho, não é isso o que vem acontecendo. Entendo que nessa questão, Governo e Prefeitura vêm pisando sistematicamente na bola.

Vale observar que, ainda que eu tenha participado da concepção estratégica para a reforma do Pelourinho, sou bastante crítico no tocante aos desdobramentos dessa estratégia. Assim, estou plenamente ciente de que vários problemas do Pelourinho não surgiram agora. Vieram dos governos passados. Mas não se pode negar também que a situação hoje é extremamente crítica.

O Pelourinho, vale lembrar, é um Patrimônio da Humanidade, reconhecido pela UNESCO. Por isso mesmo, em qualquer lugar

do mundo, ele seria visto como um ativo estratégico para a cidade, a ser tratado com todo o carinho, porque se trata de um ativo que gera emprego, gera renda, gera transformação social. Em Salvador, no entanto, isso não é percebido pelo poder público. De alguma forma, é como se a cultura e o turismo fossem apenas coisas folclóricas, e não ativos estratégicos que podem gerar emprego e renda para melhorar a cidade e a vida de todos.

Importante observar que, com toda a crítica que se faça, e, como eu já disse, eu mesmo tenho várias críticas, havia uma política pública que mantinha o Pelourinho funcionando, e ela foi completamente abandonada sem que se colocasse nada no lugar. O Pelourinho, assim, está se degradando aceleradamente. Tem um número enorme de empresas fechando, a cada mês, e eu não estou exagerando. Isso está acontecendo mesmo. Nos últimos meses, só na rua onde fica o Albergue da Juventude, do qual sou sócio, fecharam seis empreendimentos. Claro que com isso a economia não para. A economia está sempre se movendo. Só que, se você desativa a economia formal, é a economia informal que ocupa o espaço deixado. E o que é a economia informal? A economia informal são os ambulantes, e também a prostituição, o banditismo e o tráfico de drogas, que está reocupando toda a área, levando, naturalmente, a que outros negócios formais também quebrem.

O Governo, até onde eu entendo, está adotando a postura de que o Pelourinho é um bairro como outro qualquer, e isso é um equívoco. O Pelourinho não é um bairro como outro qualquer, é um patrimônio da humanidade. É, como dissemos, um ativo estratégico que precisa ser bem gerenciado para gerar emprego e renda, e não só no próprio Pelourinho. É preciso que ele funcione para que, por exemplo, se aumente a estadia média dos hotéis em toda a cidade, e até mesmo em áreas mais distantes, como Praia do Forte. Com essa maior estadia, milhares de novos empregos podem ser gerados. Na medida em que isso não está

acontecendo, o turismo em Salvador, como um todo, está caindo e se desestruturando.

Infelizmente nós não temos estatísticas do setor, e essa é mais uma das falhas da nossa política turística. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, a SEI, não assume esse papel e a Secretaria de Turismo também não o faz, e assim não temos estatísticas precisas sobre o que está acontecendo. Mas temos as informações do meio empresarial, e, segundo estas, Salvador, que já foi a terceira cidade, o terceiro destino do País, hoje caiu pra algo entre o sétimo e o oitavo destinos. E nós não caímos mais graças ao turismo de convenções e eventos que continua forte. Só para se ter uma ideia, o que esses empresários estimam é que, hoje, o segmento de convenções representa 70% do turismo de Salvador, quando deveria ser o contrário. O segmento de convenções deveria representar apenas uma parcela menor, atuando na superação da sazonalidade do turismo cultural e de sol e praia. Nesse contexto, o setor vem se desestruturando muito rapidamente, vários hotéis estão operando no vermelho, ou mesmo fechando, e os empregos estão desaparecendo ou se precarizando. Isso significa que a deterioração social da cidade tende a se agravar também muito rapidamente.

Duas considerações mais para terminar. Claro que tudo isso tem muito a ver com a falta de planejamento da cidade, o que leva à questão dos *shoppings*, já referida aqui pelos expositores anteriores. Se pegarmos a legislação urbana de várias cidades turísticas bem-sucedidas no mundo, veremos que os *shoppings* são equipamentos proibidos nos centros das cidades. Não se pode fazer um *shopping*, por exemplo, no centro de Madri ou de Londres. Isso é proibido porque os *shoppings* desagregam o tecido urbano. Nessas cidades, os *shoppings*, para serem aceitos, devem estar articulados a estratégias de expansão urbana, ou de recuperação de áreas degradadas. Ou seja, justamente o contrário do que se fez em Salvador, e assim, essa é uma questão que, se

quisermos avançar com a cultura e o turismo, mais cedo ou mais tarde teremos que enfrentar.

Por fim, eu entendo que nós temos nos próximos anos em Salvador uma oportunidade, talvez a última grande oportunidade para dar uma virada na cidade, que é a Copa de 2014. Salvador, por seus potenciais, tem condições bem razoáveis de vir a sediar pelo menos uma das etapas dessa copa. E a copa, como se sabe, é um evento midiático global da maior importância. É equivalente de alguma maneira às olimpíadas. Nesse sentido, se nós tivermos capacidade de, em primeiro lugar, reconfigurar a cidade para receber adequadamente o evento e, em segundo lugar, estruturar e profissionalizar a nossa industrial cultural, em 2014 teremos condições de apresentar ao mundo um novo e competitivo destino turístico. Um destino que muitos desejam conhecer, gerando uma dinâmica virtuosa de transformações positivas para toda a sociedade. A possibilidade de fato existe, resta saber se teremos competência para realizá-la.



## Um projeto de gestão para Salvador

*Tânia Fisher\**

Esta intervenção traz uma reflexão, a partir da perspectiva da gestão, que foi tangenciada por todos os expositores, mas que darei maior relevo, pois é de onde eu falo: de um centro de gestão, o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, com sede na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Acredito que todos os expositores tocaram, com maior ou menor ênfase, na questão da cidade como organização e na idéia de gestão como um processo, como uma construção social.

\*  
Professora da Escola de  
Administração da Universidade  
Federal da Bahia. Coordenadora do  
Centro Interdisciplinar em  
Desenvolvimento e Gestão Social  
(CIAGS) da EA/UFBA.

Hoje nós estamos vivendo – e acredito que em todo o mundo – problemas muito similares, problemas de segurança, problemas de mobilidade, problemas de identidade fluída, de fragmentação, da hipermodernidade. Eu estava relatando a pouco que, em duas viagens diferentes, em dois anos seguidos, passei por experiências que remetem a este tipo de problema. Na primeira delas, fui vítima de um assalto, às dez horas da noite, na principal estação de trem de Barcelona, na Espanha, e não tive nenhum apoio de órgãos de segurança, dentro ou fora dessa estação, porque o policiamento encerra às vinte horas. Já há um mês, corri um grande risco dentro de um táxi na Turquia, em Istambul, que é uma cidade cosmopolita, recebendo turistas de todo o mundo e entrando na comunidade Europeia.

Essas situações ilustram o fato de que os problemas de que falei anteriormente estão permeando a convivência que o urbano contemporâneo traz. Salvador, por exemplo, está mudando radicalmente e nós que moramos aqui estamos acompanhando este processo. É evidente o envelhecimento da população, a cidade já foi bem mais jovem há vinte anos. A cidade também já teve muito mais mobilidade e acessibilidade do que hoje; já teve um turismo muito mais presente, muito mais vivo, como algumas pessoas já falaram aqui. E independente de qualquer crescimento econômico, os problemas que estamos enfrentando hoje – de uma cidade com pouco acesso, com pouca mobilidade, com dificuldades e com serviços urbanos, de um modo geral, muito deficientes – têm um impacto muito grande sobre a vida, o cotidiano das pessoas. Acrescento os preocupantes problemas de segurança e o pesadelo das drogas, que se organizam com requintes de gestão inimagináveis pelo cidadão comum.

Temos, portanto, que olhar um pouco como foi que, nos últimos vinte anos, essa cidade evoluiu enquanto objeto de políticas públicas, enquanto cidade que possui uma prefeitura, que é a principal instituição responsável pelo destino da cidade.



Independente da interferência de outros níveis de política pública e de outras escalas de poder – governos estadual e federal, mecanismos globais econômicos, oriundos de fundos ou instituições supranacionais –, há uma prefeitura que rege, orienta e define, por função precípua, o destino da cidade.

Por outro lado, se olharmos as metáforas que nos acompanham nos últimos vinte anos, já falamos muito em cidades estratégicas. Barcelona, que foi aqui referida, é um ícone na construção da cidade utópica, da cidade ideal. Ironicamente, nessa viagem em que sofri o assalto, fui convidar um geógrafo para o 10<sup>o</sup> Encontro de Poder Local, porque no primeiro encontro, há exatamente vinte anos, o urbanista Jordi Borja falava no modelo Barcelona. E no momento em que vou convidar um geógrafo crítico para falar de Barcelona, eu vivo esta situação, na qual a cidade saturou e, segundo me explicaram no dia seguinte, isso se deve exatamente ao massivo turístico, à descentração. Ou seja, a desconcentração da cidade, o centro é tomado hoje por outros interesses e o nível dos serviços não consegue acompanhar, além de outros problemas, como as três máfias que hoje estão na Espanha e fazem com que não haja policiamento, entre vinte horas e oito da manhã, na principal estação de Barcelona.

E muitas metáforas foram acompanhando a de Barcelona. São definições de cidades, ao longo do tempo, como cidades sustentáveis, cidades da participação – como a minha cidade Porto Alegre já foi chamada –, cidades educativas etc. Acompanhamos alguns modelos, como Barcelona, Bogotá (que está de novo na crista da onda), algumas cidades europeias... A cidade de Bolonha, na Itália, por exemplo, segundo Francisco de Oliveira, era a Disneylândia da esquerda, todo mundo ia para lá para ver o modelo de Bolonha. Há cerca de dez anos, eu estava em Paris e fui assistir uma conferência com Umberto Eco e descobri que era um evento da prefeitura de Bolonha, que já naquela época estava disponibilizando Internet para todos os cidadãos. Havia

uma eleição na semana seguinte para a prefeitura, e o prefeito estava em Paris neste evento. Fiquei muito surpresa, estavam todos muito confiantes, mas eles perderam a eleição depois de vinte anos no poder. Qual foi a leitura e a explicação? Quando o cidadão tem um determinado nível de serviços, a expectativa aumenta. Acredito que essa leitura também pode ser feita com minha cidade, Porto Alegre. O Partido dos Trabalhadores teve um excelente governo municipal, durante três gestões, até que chega um momento em que as pessoas desejam um outro patamar de serviço, ou um serviço de natureza diferente. As expectativas da cidadania também são outras. Ou seja, não há um incremento, não há uma lógica incremental na expectativa por melhor gestão ou por melhores serviços. Quando se chega a um nível de saturação, surgem novas necessidades e é possível que se vote diferente.

Então, quando se olha, se acompanha algumas cidades, como Bogotá, onde um dos prefeitos de referência foi o matemático e filósofo Antanas Mockus, que teve uma visão de futuro para Bogotá, que tive a oportunidade de entrevistar. Em seguida, também entrevistei o prefeito que o sucedeu, o professor universitário Paul Bromberg, aliás, morador de um conjunto popular. Ele deu continuidade, como um bom Sancho Pança, ao que o Quixote, que foi Antanas Mockus, projetou para cidade. Depois, veio um prefeito de direita que deu continuidade a algumas políticas integradas de gestão da cidade e hoje é um novo modelo, uma Disneylândia da América Latina. Todos vão à Bogotá para ver como funcionam as políticas de segurança. Como também é o caso de Medellín.

Nestas cidades que “deram certo” – e aí vale a metáfora de cidades criativas do Richard Florida<sup>1</sup>, num certo sentido – existe uma continuidade mínima, existe uma coordenação horizontal, existem projetos globais num determinado momento de cidade que têm uma inércia possível. Em Porto Alegre, por

<sup>1</sup> FLORIDA, Richard. *Cities and the creative class*. New York: Routledge, 2005.

exemplo, essa administração teve continuidade, de certa forma. O orçamento participativo introduziu um conceito de governança e conseguiu dar certa continuidade, com alguns problemas, obviamente. Já o orçamento participativo, foi algo externo. Eu trabalhei na prefeitura de Porto Alegre, no início desse processo, e havia uma estrutura eficiente de prefeitura tradicional, mas foi sendo criada uma externalidade organizacional para gerir aquilo que era inovador, que era o orçamento. Depois, isso terminou se imbricando e reformando a própria estrutura. Aconteceu lá em Curitiba, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), um órgão de planejamento que também tinha uma estrutura rígida.

No caso de Salvador, há certa fluidez que, acredito, faz parte de uma cultura de gestão ou de uma cultura administrativa em que não há uma consolidação das coisas e na qual falta uma inércia – pelo menos nesses vinte anos isso não aconteceu – e hoje nós estamos constatando essa falta absoluta de gestão integrada, a falta de um projeto global que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade não é, a falta de projetos setoriais articulados, e mesmo a falta de projetos mais pontuais, “acupunturais”, com raras exceções, que deem algum sentido – inclusive um sentido de gestão, que é uma construção coletiva – a isso.

Fui acompanhando, em Salvador, os governos mais à esquerda e mais à direita, as tentativas de descentralização, de criação de distritos, a tentativa de fazer planejamento mais integrado, um planejamento mais tradicional, os PDDUs, essa celeuma toda... E a cidade continua com enormes dificuldades de gestão, com falhas lamentáveis, com a fragmentação de governo em projetos e ações fragmentados e descontínuos.

Gostaria de reforçar esse aspecto da necessidade de um mínimo de consonância em investir na consolidação de um projeto de gestão integrada para a cidade e, infelizmente, em todos os

discursos que eu tenho lido até agora, eu não sinto este vigor, e em nenhuma das propostas isso está claro. Ou seja, é uma cidade com várias cidades, em um grau absoluto de fragmentação. Se você pega uma área, como a que eu trabalho, que é a região de Itapagipe, Ribeira e Bonfim, é incompreensível que aquilo seja como é. Por que é que não existe (e aí vamos ao turismo), por exemplo, um turismo de romeiros? O território tem duas santas, uma instituída pelo Vaticano e a outra em processo de beatificação, tem o centro místico da Bahia. Como é que se explica que seja dessa forma? Falta um mínimo de integração de gestão e eu estou aqui sendo muito processual. Ou seja, as políticas existem, há iniciativas de habitação, mas iniciativas fragmentadas, difusas. Nós estamos trabalhando com uma, por exemplo, na área de recuperação – da tentativa de recuperação – do artesanato, que é um outro problema que preocupa a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Geração de Trabalho, Emprego e Renda. Por que o artesanato na Bahia é o que é? Onde estão os artesãos baianos, quem são eles? É difícil encontrar alguém que possa citar dez nomes de artesãos baianos. É necessário preservar a cultura imaterial, o patrimônio cultural dessa cidade, agregando design e tecnologia.

Eu pego, então, esse exemplo de integrar todos os órgãos que trabalham verticalmente com artesanato, acho que é uma iniciativa muito interessante da Secretaria da Cultura e de outras secretarias, para recuperar, pelo menos, este setor, mas eu diria que a fragilidade que existe neste campo, se olharmos para qualquer ramo, qualquer recorte possível de política pública e de política urbana, teremos a mesma assimetria, a mesma fragmentação e a mesma falta de coordenação, enfim, a mesma falta de gestão.

É um grande desafio para nós todos, que vamos eleger os governantes que virão. Cobrar projetos de cidade, lógicas integradas de políticas urbanas, um sentido e um comprometimento com alguma coisa que responda a tudo que foi colocado aqui e

que não são problemas somente de Salvador, mas que se tornarão, seguramente, cada vez mais graves. Há algumas coisas que nos ajudam, os dados econômicos que estão aqui em discussão na mesa, há um potencial de trabalho; há, de fato, uma riqueza, um capital cultural impressionante que pode ser trabalhado e há muito a fazer, mas eu acho que nesta área, que me afeta mais diretamente, a questão da organização e da gestão, nós estamos aí com um desafio muito próximo. E acho que devemos fazer uma escolha bastante direcionada para o que Salvador deseja ser, e nos comprometermos com ela como cidadãos envolvidos na construção de uma cidade digna de sua história.



v

## Diversidade e Culturas Urbanas





## Apresentação

*Ana Célia da Silva\**

Em nome do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, gostaria de agradecer a presença de todos na sessão de hoje, que encerra esta quarta edição do Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais, cujo tema geral é “Políticas Culturais para a Cidade”. O Ciclo é promovido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), pelo Conselho Estadual de Cultura, pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) e pela Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB).

\*  
Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade, Mestrado/Doutorado do Departamento de Educação, Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Conselheira do Conselho Estadual de Cultura.

Antes de passar a palavra para nossos convidados, gostaria de iniciar este debate observando que nós estamos no século XXI, que é o século onde as diferenças e suas diversidades serão contempladas através do conhecimento, do reconhecimento e da interação das diferenças. O tema de hoje: “Diversidade e Culturas Urbanas” é muito oportuno para contribuir com o nosso trabalho de desconstrução da hierarquia entre as culturas.

## Notas sobre Cidade e Cultura

*Paola Berenstein Jacques\**

Gostaria de agradecer o convite do Conselho Estadual de Cultura e parabenizar pela realização deste evento. Considero este debate entre cultura e cidade de enorme importância hoje, tanto para um campo quanto para o outro, acho inegável hoje a importância das questões culturais para se discutirem as questões urbanas e vice-versa. Apesar de já ser recorrente o uso da noção de gestão urbano-cultural, infelizmente, este tipo de noção vem sendo usado hoje, quase que exclusivamente, pelos promotores do processo de espetacularização urbana e isso, em duas escalas, na global, que gera uma uniformização e padronização de espaços urbanos nas grandes cidades do mundo todo e, na local, através de uma pseudovalorização

\*  
Professora da Faculdade de  
Arquitetura da Universidade  
Federal da Bahia. Vice-  
coordenadora do PPG-AU/FAUFBA,  
pesquisadora do Conselho Nacional  
de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico (CNPq).

de uma suposta «identidade», principalmente pelo processo de pacificação dos conflitos. Essa é a ideia central que eu gostaria de tentar levantar aqui nos meus 10 minutos de fala: a ideia de que, tanto a construção e a legitimação de culturas, quanto de espaços urbanos, e, em particular, dos espaços públicos nas cidades, estão baseadas na ideia de conflito, e que para mim a diversidade não é algo simples, muito menos pacífico, mas sim algo conflituoso e complexo, e que é exatamente a partir dessa tensão, entre diferenças, que são tecidas as possibilidades de criação e de transformação, tanto das culturas, quanto das cidades, ou seja, as possibilidades de ação e de negociação das mais diversas culturas urbanas.

Bom, eu vou falar um pouco dessa questão da espetacularização das cidades contemporâneas... Eu não estava pensando em bater de novo nessa tecla, que eu insisto sempre, mas depois da discussão na mesa de ontem, e como eu tenho vários alunos aqui, eu acho que é preciso falar um pouco desse processo, que está cada vez mais explícito... escutamos muito falar em cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo. A fórmula passou a ser conhecida de todos os discursos contemporâneos, quase esquizofrênicos: propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e construção de novos bairros fechados, nas áreas de expansão periféricas, que se tornam produtos para a especulação imobiliária. Muitas vezes os atores e patrocinadores destas propostas também são os mesmos, assim como é semelhante a não-participação da população em suas formulações (cada vez mais é encenada uma pseudoparticipação, burocrática, para legitimação), e a gentrificação (enobrecimento, com expulsão da população mais pobre) das áreas, como resultado, demonstrando que as duas correntes antagônicas são faces de uma mesma e única moeda: a mercantilização espetacular das cidades.

É possível falar-se em processos urbanos distintos, como culturalização, patrimonialização, museificação, musealização, estetização, turistificação, gentrificação, mas todos fazem parte desse processo contemporâneo de espetacularização das cidades contemporâneas. Este processo, por sua vez, é indissociável das novas estratégias de *marketing*, ou mesmo do que podemos chamar hoje de *branding* urbano (construção de marcas) dos projetos ditos de revitalização urbana, que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas, que lhes garanta um lugar na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. Na lógica contemporânea de consumo cultural massificado, a cultura é concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente. Com relação às cidades, o que ocorre é semelhante: a competição, principalmente por turistas e investimentos estrangeiros, é acirrada e os políticos, com apoio dos empreendedores do setor privado, empenham-se para melhor construir e vender a imagem de marca, ou o logotipo, de suas cidades cenográficas, cada dia mais padronizadas e uniformizadas.

Neste processo urbano de espetacularização, a cultura vem se destacando como estratégia principal da revitalização urbana – os atuais projetos urbanos contemporâneos vêm sendo realizados no mundo inteiro, segundo uma mesma estratégia: genérica, homogeneizadora e espetacular – e a ênfase das políticas urbanas recai cada vez mais sobre as políticas culturais. Nessa lógica de consumo cultural urbano, as vedetes são os grandes equipamentos culturais, franquias de museus e suas arquiteturas monumentais (como o caso de Bilbao – o Guggenheim de Frank Gehry ou o MAC de Oscar Niemeyer, em Niterói) – cada vez mais espetaculares, com projetos de arquitetos do *starsystem* global e visados pela mídia e pela indústria do turismo – que passam assim a ser as principais âncoras de megaprojetos urbanos inseridos nos novos planos estratégicos. Como foi o caso com o

modelo Barcelona que ontem mesmo foi proposto aqui como um exemplo para Salvador ou ainda o modelo Pequim, onde as expulsões e as demolições autoritárias foram ainda mais explícitas e assumidas do que em Barcelona, que fez o mesmo de forma bem mais discreta.

Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias estratégicas, manipuladas como imagens de marca, principalmente dentro do atual processo de globalização da economia. Como a pretensa especificidade – a busca da tal «identidade» de cada cidade, já tão criticada aqui por Pasqualino Magnavita – encontra-se fortemente ligada a uma cultura local, é principalmente através dessa cultura própria que as cidades poderiam construir suas imagens de marca. As singularidades geram *slogans* que podem ajudar a construir uma «nova imagem» da cidade. Nas políticas e nos projetos urbanos contemporâneos existe uma clara intenção de se produzir, de se inventar, de se forjar uma imagem de cidade. Essa imagem, de marca, seu logotipo, seria fruto de uma cultura própria, de sua pseudoidentidade (obviamente forjada).

Paradoxalmente, essas imagens de marca de cidades distintas, com culturas distintas, parecem-se cada vez mais. Essa contradição pode ser explicada: cada vez mais as cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos, como o Banco Mundial. Este modelo visa basicamente o turista internacional – e não o habitante local – e exige um certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado. Como já ocorre com os espaços padronizados das cadeias dos grandes hotéis internacionais, ou ainda dos aeroportos, das redes de *fast food*, dos *shopping centers*, dos parques temáticos, dos condomínios fechados, equipamentos – hoje chamados de empreendimentos, em sua maioria privados – que fazem com que essas áreas de expansão das grandes cidades mundiais tam-

bém se pareçam cada vez mais, como se formassem todas uma única imagem: paisagens urbanas idênticas, ou talvez mesmo, como diz o arquiteto holandês Rem Koolhaas (em forma de elogio), genéricas.

O modelo de gestão patrimonial mundial, por exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas – em diferentes países, de culturas das mais diversas – cada vez mais semelhantes entre si. Seria um processo de museificação urbana em escala global: e assim os turistas acabam visitando as cidades ditas históricas ou culturais do mundo todo como se visitassem um gigantesco e único museu. As intervenções contemporâneas sobre os territórios históricos ou culturais obedecem a um ritmo de produção de exibicionismo cultural promovido pelas cidades, o que cria uma superabundância mundial de cenários e simulacros para turistas, a exemplo de Las Vegas, ou, hoje, Dubai.

Nos centros das cidades, as memórias das culturas locais perdem-se, pois, na maior parte das vezes, a própria população local é expulsa do local da intervenção, pelo já citado processo de gentrificação, e, em seu lugar, são criados grandes cenários, como já ocorreu aqui no caso do Pelourinho. Nas periferias ricas, nas novas *Alphavilles*, isso nem chega a ocorrer, uma vez que estas áreas já são projetadas dentro de uma ideia de segregação espaço-social bem clara, e ainda oferecem um nível de vigilância total, também dentro de um padrão internacional de segurança e da dita “sustentabilidade” (outra palavra da moda a ser questionada, como a tal identidade), que serve como justificativa para um amplo processo de privatização de espaços públicos e áreas verdes, o que vem ocorrendo de forma sistemática na maioria das áreas de expansão das cidades contemporâneas.

Para fechar, eu queria falar um pouco da questão da diversidade, da heterogeneidade, da multiplicidade, por quê? Porque essa espetacularização a que eu me referi está diretamente relacionada a uma diminuição da própria experiência das cidades enquanto prática cotidiana, que acredito que possa nos mostrar alguns caminhos alternativos, ou seja, microdesvios nesta lógica espetacular. Essa prática cotidiana não é fixa, não é estática, é uma construção coletiva e subjetiva, ela não está dada e depende da tensão entre os diferentes, entre as diferenças. Não vejo a diversidade, talvez multiplicidade seja um termo melhor, como uma variedade de culturas, mas sim como um leque de possibilidades múltiplas, diferentes, de relacionar essas culturas heterogêneas.

Valorizar as diferenças não significa então valorizar as culturas diferentes em si, mas sim valorizar a tensão entre elas, as possibilidades de relação e de conflito entre elas. Para mim, o que legitima o caráter público de algo, por exemplo, do espaço público, ou ainda, das políticas públicas – sejam elas culturais ou urbanas, ou ambas – seria exatamente essa tensão entre diferenças, esse espaço de possibilidades, um espaço que não evita o conflito, não é pacificador, padronizado ou homogeneizado. Seriam espaços abertos, espaços em movimento, em transformação permanente. Os espaços espetacularizados ou privatizados que são espaços fixos, pacificados, onde se tenta a eliminação dos conflitos, das diferenças, onde se busca viver entre iguais, idênticos, como na proposta dos condomínios fechados, do *new urbanism* que está sendo importado para cá, as “cidades disneylândia”, cidades que são feitas para uma mesma “identidade”, uma mesma etnia, uma mesma idade, uma mesma opção sexual... Cidades exclusivas para jovens, velhos, negros, gays etc., que é a “moda” dos empreendimentos nos EUA. Para mim, ao contrário, é exatamente a tensão entre as diferenças, ou seja, o próprio conflito de interesses e desejos que caracteriza o que a cidade e a cultura têm de mais precioso, que seria precisamente o seu caráter dissensual de construção pública e coletiva.



## A cultura da cidade

*Eneida Leal Cunha\**

Em primeiro lugar, meu agradecimento ao Conselho de Cultura, pelo convite para participar deste Ciclo de debates sobre Políticas Culturais para as Cidades, tem um caráter especial, de simultâneo registro do meu apreço ao formato escolhido. Ao prever pequenas intervenções, a organização do evento demonstra o seu empenho para que a discussão efetivamente se realize entre todos os que aqui vieram, trazidos por um tema – e um problema – que afeta muitas dimensões, tanto do que entendemos por “cultura”, ou política cultural, quanto da nossa convivência urbana.

\*  
Professora Titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A dimensão que escolhi para ressaltar no tempo que me cabe não é nova, enquanto posicionamento meu, para aqueles com os quais convivo na Universidade Federal da Bahia, especialmente para os estudantes do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura que frequentaram as minhas disciplinas. Pretendo ressaltar, na minha intervenção, um desafio que julgo extraordinário, nesta oportunidade de propor novas políticas culturais para uma cidade – no momento estou pensando no singular – no contexto de um debate pré-eleitoral. E vou tentar argumentar a favor de uma questão muito pontual, que considero nuclear para que se pense, se discuta ou se implemente qualquer política cultural nessa cidade.

A cidade de Salvador, nos últimos quatro anos, vem sendo estudada por mim do ponto de vista da formação do seu imaginário, ou do que frequentemente, com seriedade ou como ironia, costuma ser referido como “imaginário da baianidade”. Entendendo-se aqui o imaginário, não como uma fantasia ou imagem falsa, mas como o conjunto de significações, historicamente constituídas, que organizam a nossa percepção e a nossa experiência da cidade. O que nós temos em Salvador? Que cidade é esta que foi construída para nós e que cotidianamente é reconstruída por nós?

Salvador corresponde a um espaço que desde o século XVI é reiterado como o lugar do acolhimento, da troca, da mistura. Desde os anos trinta do século XX, Salvador tem uma produção incessante de discursos e imagens que valorizam a *negromestiçagem* racial e cultural, do ponto de vista hegemônico; que desde os anos de 1970 estabeleceu como um projeto, ou uma diretriz, a articulação sólida e eficaz entre cultura e turismo (na direção inclusive do que a Paola Jacques se referiu anteriormente). Mas, também, em Salvador, desde os mesmos anos de 1970, emerge em um segmento da sua população, o segmento negro, um movimento potente de afirmação da ancestralidade

africana. Temos, portanto, há aproximadamente quatro décadas, a convivência, nem sempre harmoniosa, de duas apropriações distintas, até mesmo antagônicas, da afrodescendência ou da afro-baianidade.

A afirmação da ancestralidade negra significou em Salvador, duradouramente, um programa de investimento turístico de governos extremamente autoritários e, ao mesmo tempo, um potencial libertário, de empoderamento de uma fração significativa da população da cidade que estava – e de certa forma ainda continua – alijada da cidadania e dos benefícios socioeconômicos advindos da florescente indústria do turismo cultural, bem como de outras dimensões da indústria cultural.

Por outro lado – e é isso que me interessa, são essas questões que me parecem de extremo interesse para discutir uma política cultural ou políticas culturais para Salvador – Salvador é uma das cidades brasileiras em que os indicadores da desigualdade racial são mais veementes. Se no Brasil a renda da população negra ou mestiça corresponde à metade da renda da população branca, em Salvador ela não chega sequer a isso, ela é menos de 40%. Em todos os demais indicadores da desigualdade racial, Salvador está em situação mais grave do que a média nacional, como também seus indicadores são mais graves do que qualquer outra região metropolitana do país.

Este contexto paradoxal, em que se articulam o elogio ou mesmo a elegia da negritude e a contundência da hierarquia e da desigualdade racial, não me parece um elemento lateral, quando se cogita de qualquer formulação de política cultural para Salvador. Ou seja, ao meu ver, pensar a cultura em Salvador significa enfrentar o paradoxo desta cidade negra, desta cidade afrodescendente, desta cidade festiva, dançante e, ao mesmo tempo, desta cidade profundamente desigual, profundamente racista, profundamente discriminadora e profundamente violenta, nas suas relações inter-raciais.

Existem muitos diagnósticos de Salvador que se mostram atentos a esta questão, eu vou tomar, como exemplo aqui, um que não é tão recente (mas não é também tão antigo, data de 2005) porque ele é curto, direto e emblemático. Quando o cientista senegalês Doudou Diène esteve aqui, por conta de uma visita da Organização das Nações Unidas, estudando a discriminação racial, ele disse que o que acontecia em Salvador podia, sem muita ressalva, ser referido como uma “limpeza étnica”. São palavras de Doudou Diène, que passo a citar: “O racismo econômico-social se traduz por violência do aparelho do Estado, da polícia, dos serviços da ordem, do perfilhamento racial e da marginalização, também há pessoas sendo assassinadas, mas o assassinato de jovens como vemos aqui em Salvador é muito preocupante”.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>  
Jornal A TARDE.  
Salvador, 22 out. 2005.

A minha intervenção neste ciclo de debates quer basicamente firmar que o breve quadro ou a síntese que acabo de apresentar, do que vejo como peculiar a Salvador, exige de nós, urgentemente, a ampliação e a problematização da nossa noção de cultura. Não podemos continuar entendendo cultura como o domínio dos bens simbólicos ou das linguagens, ou do patrimônio material e imaterial. Para a formulação de qualquer política cultural destinada a Salvador, temos que entender que a violência, o racismo e a discriminação fazem parte da cultura da cidade.

Uma política cultural para a cidade certamente deve, como, aliás, vem-se tentando fazer desde o início de 2007, “democratizar o acesso à cultura”, seja dos receptores seja da condição de criadores de cultura. Mas, no meu entender, a política cultural também deveria se dar conta da necessidade inadiável de um trabalho, de um planejamento de ações e de metas que possam afetar o paradoxo a que me referi, pois ele está praticamente sedimentado e pacificado em Salvador, todos nós o sabemos.

Pode parecer um tanto de mau gosto ou mais ou menos impertinente, falar nesta direção, num ciclo de discussões sobre Política Cultural, pois usualmente não pensamos muito nesta

perspectiva, quando abordamos a problemática cultural pro-  
jetivamente. Entretanto, entendo que uma política cultural  
para esta cidade deve, incontornavelmente, incidir sobre este  
quadro, deve articular-se com outros domínios da cidade, outros  
domínios da gestão pública, como, por exemplo, a educação, a  
esfera jurídica e mesmo a questão da saúde. Não é tão difícil  
imaginar ações e metas de uma política cultural para Salvador  
que tenha como pressuposto a articulação entre aqueles que  
pensam e gerem a cultura e a Secretaria de Justiça, a Secretaria  
de Educação, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Segurança  
Pública, os órgãos, governamentais ou não, que se ocupam com  
os direitos humanos.

Este é o meu palpite nesta discussão sobre propostas de no-  
vas políticas culturais para Salvador, no momento em que se  
cogita de uma alteração na gestão da cidade: a principal polí-  
tica cultural deveria dizer respeito a ações articuladas, entre  
dimensões e espaços diferentes da gestão e da reflexão sobre a  
cidade, que tivessem como alvo a sua imagem sedimentada e  
o seu substrato socioeconômico. A nossa vivência cultural de  
Salvador de alguma maneira nos faz esquecer, ou no mínimo  
tolerar cotidianamente, o paradoxo de toda uma construção  
cultural, centrada na ancestralidade africana, que se alimenta,  
inclusive se enriquece, de uma convivência social profundamen-  
te maculada pela discriminação, pelo racismo, frequentemente  
por uma violência mortal, contra aqueles mesmos jovens negros  
que, em momentos específicos, fazem a cidade dançar e sorrir.



## Depoimento no Conselho de Cultura

*Ruy Espinheira Filho\**

Eu, na verdade, não sou um teórico dessas questões culturais, não tenho um projeto, nem venho me dedicando a isso há algum tempo. O que eu posso dizer aqui, o depoimento que eu posso fazer, é do meu conhecimento da Bahia, a partir de 1961, quando vim estudar no Colégio Central da Bahia, chegando do interior. Eu sou baiano da capital, mas morava no interior, e eu vi várias Bahias. Em 1961, na verdade, eu vim do interior para encontrar a Bahia de Jorge Amado e a Bahia de Dorival Caymmi, e a encontrei. Ainda havia aquela Bahia mitológica de Jorge Amado e Dorival Caymmi. E durou ainda algum tempo, durou pelo menos até os primeiros governos impostos pela ditadura militar, que começaram a transformar a Bahia, e evidentemente que não foi para melhor.

\*  
Membro da Academia de Letras da Bahia e da Academia de Letras de Jequié. Professor Associado do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Então, como eu me dedico à literatura e como toda a minha vida foi dedicada à literatura, eu só posso, na verdade, depor acerca deste lado da cultura, foi por aí que eu conheci as pessoas que na época trabalhavam aqui na Bahia nos anos 60. Havia uma coisa fervilhante, a cultura da Bahia era uma coisa espetacular, tinha reflexo no País e no mundo. Não só a literatura de Jorge Amado e a música de Dorival, mas os pintores, os escultores, poetas e jornalistas. Havia uma preocupação com a cultura, com o estudo, com a reflexão, com a filosofia, mesmo porque isso era mundial, era época de Jean-Paul Sartre, de Simone de Beauvoir, de Bertrand Russel. Era essa gente que a gente citava e não compositor de música popular, como se faz hoje, quando você conversa de cultura puxam logo para a música popular, parece que a única arte que existe é a música popular, e quanto pior melhor. Então, toda a minha experiência vem nesta área. Com o passar do tempo, fui sendo inclusive convidado para participar mais ativamente, como nos anos 80, quando colaborei na Fundação Cultural, embora eu fosse um homem de oposição ao Governo. Mas, tendo um departamento de literatura dirigido por Myriam Fraga e assessorado por Guido Guerra e Carlos Cunha, eu não podia jamais dizer que não ia colaborar, então eu colaborei. Fizemos muitos trabalhos na Fundação Cultural, editamos uma coleção de livros de jovens autores que até hoje é comentada, na companhia de pessoas como José Carlos Capinan, como Florisvaldo Mattos, como os já ditos Guido Guerra, Carlos Cunha e outros. Então, eu venho na verdade atuando nesta área fora da literatura, não é nem fora da literatura neste caso, assim, não teorizando a respeito de culturas e soluções para problemas culturais, nunca fiz isso. No governo de Waldir Pires, eu fiquei durante três meses dirigindo o Departamento de Literatura da Fundação Cultural. Nunca vi um tostão, nunca vi absolutamente nenhum interesse nisso, então, depois de três meses, fui embora, continuo não vendo nenhum interesse nisso.



A minha área é uma área praticamente inexistente na Bahia, a partir principalmente dos anos 80. Era muito rica antes, mas houve um afastamento da literatura na Bahia. Eu não sei, não vou estudar esse fenômeno, não me cabe inclusive esse trabalho, mas isso existe. Então, a literatura, na Bahia, sequer é considerada uma arte. Um amigo meu, que pertence a este Conselho, inclusive, ouviu umas palestras, umas conferências em que os teóricos da cultura falaram em todas as artes, menos na literatura. No final, ele perguntou a eles: venham cá, vocês não consideram a literatura uma arte? E aí houve certa perplexidade. Literatura é um grande problema porque a literatura exige alfabetização, exige educação básica, exige capacidade de ler linguagem metafórica e não apenas linguagem referencial, que qualquer um lê – revista, ofício e coisas desse tipo.

Então, na Bahia, no Brasil também todo, mas na Bahia é particularmente preocupante. Isso porque não interessa, a gente sente que não interessa. Essa é uma arte que não interessa na Bahia, não interessa às autoridades, não está interessando atualmente às autoridades. E quando se fala em literatura, na Bahia, nunca se procura falar chamando alguém que realmente seja da área e conheça o assunto. Então, a minha relação com a Bahia é muito difícil, porque, na verdade, há muitos anos que praticamente todo o meu trabalho é fora da Bahia, ou seja, eu sou editado fora da Bahia, minhas relações literárias são fora da Bahia, a minha conversa, o meu diálogo é fora da Bahia, porque nós perdemos o que tivemos tanto aqui, esse interesse na arte da literatura.

Acho que foi um esforço grande que nós fizemos, inclusive o Guido Guerra, o jornalista Guido Guerra, grande figura, que foi Conselheiro, tentou inúmeras vezes sensibilizar autoridades, a própria Universidade, para esse lado da Literatura. Tentou, inclusive, sugerir a criação de um Instituto do Livro na Bahia, como existe no Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, que, se não me engano, foi criado por Brizola. Nunca, absolutamen-

te ninguém deu a mínima importância a isso, é como se fosse coisa de burguês, “Não importa isso, literatura é uma bobagem, pra que literatura? A gente pode viver sem literatura”. Então, todo mundo pode viver sem literatura, não tem importância nenhuma, eu sinto que isso continua sendo assim. Daí nunca ter me envolvido nos últimos tempos nesse debate, porque é um debate que me irrita muito, quando vejo que, na verdade, não existe interesse. Uma das grandes realizações do Governo atual foi dar fim no prêmio Jorge Amado, para fazer uma economia de cem mil reais. Não só deu fim no prêmio como sequer teve a humildade de aceitar sugestões. Eu escrevi em jornal, sugerindo modificações nesse prêmio, que o prêmio estava errado. Na verdade, o prêmio não poderia ser dado como vinha sendo dado, tinha que ser um prêmio que também visasse o baiano, pelo menos a metade desse prêmio devia ser para autores baianos. Jorge Amado era um escritor, Jorge Amado não era compositor de música erudita, Jorge Amado não era ator de teatro, nem ator de televisão, nem coisa nenhuma disso. O prêmio Jorge Amado tinha que ser um prêmio de literatura, como existe em outros estados em que há um prêmio nacional e um prêmio para escritor do Estado, como existem prêmios para conjunto de obra, como existe um interesse, uma valorização disso. Eu vi, agora, por exemplo, no caso de João Ubaldo Ribeiro, que acaba de receber o prêmio Camões, o maior prêmio da língua portuguesa de literatura, eu estava no júri do prêmio, eu fui presidente do júri desse prêmio, combati muito, lá em Portugal, pela candidatura que lancei lá, de João Ubaldo Ribeiro. Saímos vitoriosos, chego no Brasil, Portugal empolgado, a imprensa portuguesa empolgada, chego no Brasil, chego no aeroporto, vim no dia seguinte, comprei uns jornais do Sul, nem uma nota, na Bahia umas notícias mais ou menos. O anúncio tinha sido feito às duas horas da tarde do Brasil, seis horas da tarde em Portugal, e é o que se vê no País, quer dizer, há uma indiferença. Depois o Ubaldo deu uma

entrevista e falou no autodesprezo, o brasileiro está acostumado com o autodesprezo. É verdade, nós calamos, nós não queremos que os outros saibam, nós não reconhecemos essas grandezas, nós não temos generosidade, isso não é superioridade, isso é inferioridade, isso é irritante, como sair disso? Isso é um longo processo de educação.

Então, você discutir cultura, às vezes me chamam para ir a certos lugares, eu tenho certeza de que o que eu estou dizendo está caindo no vazio, porque as pessoas não leram, as pessoas não sabem do que estou falando, então é uma coisa muito complexa isso. Essa diversidade cultural num Estado e num País em que a cultura de massa é praticamente a única cultura que recebe verbas, que recebe incentivo, porque inclusive nos governos anteriores era essa gente que fazia as campanhas políticas do PFL, os trios elétricos, esse povo todo de *axé music*, todo mundo aos pés de Antônio Carlos Magalhães, e têm uma falta absoluta de vergonha, de pudor, será que vão superar isso algum dia? Uma falta de qualidade, uma falta de interesse pelo estudo, pela pesquisa, pela melhoria. Eu espero que as novas gerações compreendam que isso não se faz. Não é uma brincadeira, cultura é uma necessidade humana, não é meramente aquilo que o homem acrescenta à natureza, na sua definição clássica, porque o homem acrescenta muita droga à natureza. É alguma coisa que faça crescer a humanidade e com que ela realmente mereça sobreviver sobre este planeta já tão massacrado por essa mesma humanidade. Então, na verdade, eu não teorizo sobre e nem tenho soluções para esse problema, eu só tenho essas colocações que não são colocações queixosas, são colocações críticas. Vou continuar trabalhando, vou continuar publicando meus livros, vou continuar fazendo crítica, fazendo resenha, combatendo, tentando evitar, na minha área, injustiças, fraudes, porque isso é um dever meu, mas eu realmente não sei como tratar este assunto global da cultura. E, aliás, por falar em global, globalização, eu

tenho visto muita globalização, é a globalização da mediocridade, e não tenho visto outra coisa.

Então, isto é o que posso dizer a vocês, assim até de forma um tanto emocional, porque inclusive eu acho que a emoção é a nossa inteligência maior. Eu digo isso aos meus alunos, eles ficam um tanto quanto espantados, mas é verdade, porque no território da arte, sobretudo, é a intuição, a sensibilidade e a emoção, muito mais do que as “filosofâncias” que aparecem de vez em quando, o que eu posso apenas é fazer este depoimento. Eu me lembro que, em 2006, quando me deram aqui uma ‘plaquinha’ de Personalidade Cultural, porque eu havia recebido o prêmio da Academia Brasileira de Letras, junto com o professor Luiz Henrique Dias Tavares, que tinha recebido o prêmio de História, e um dos oradores disse que a Bahia não dava valor, ou melhor, que o Brasil não reconhecia os grandes valores da Bahia, eu fui obrigado a responder: “Pelo contrário, é a Bahia que não reconhece, lá fora reconhecem, sim, lá fora eles estão abertos, principalmente o Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro sempre aceitou, está todo mundo lá. Agora aqui é muito difícil, porque aqui só se prioriza a gritaria, o rebolado, o “ai, ai, ai, ui, ui, ui”, mas, na hora que você faz uma coisa mais elaborada, você não tem público, porque o público não se interessa, porque o público quer isso, essa gritaria, mas o público quer isso porque não teve uma base e essa base nós temos que dar, isso tem que ser o pessoal novo que está chegando aí, tem que ter uma postura crítica. Não é simplesmente fazer espetáculos, abrir para cada um mostrar sua artimanha em nome da arte, em nome de uma democracia artística. Arte é uma coisa que trafega num território diferente, num território em que uma coisa chamada qualidade tem importância fundamental. Então, não é somente abrir, dar vez a todo mundo. Isso é muito bonito para quem tem interesse em ser eleito vereador ou prefeito. Para mim, não é não. Para mim, nós temos que realmente ter senso crítico e, se a coisa realmente

for meramente uma empulhação, precisa-se dizer: “isso é uma empulhação, isso não é cultura coisa nenhuma, isso não tem valor artístico coisa nenhuma, isso aí é só barulho e vazio”.

Então, este é o depoimento que eu posso prestar aqui. Não ajudei praticamente em nada. Mas pelo menos deixei colocado o pensamento de alguém que vem há mais de quarenta anos fazendo literatura, sem sair da Bahia. Porque todo mundo tende a sair da Bahia, mas eu não saí da Bahia, eu fiquei na Bahia, e não tenho queixa nenhuma do chamado “sul maravilha”, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e tudo o mais que tem aí, porque sempre me dei muito bem naquelas bandas de lá, agora o que eu estou tentando é me acostumar com esta última Bahia, triste Bahia, que conheci nos últimos tempos.



## Diversidade e Culturas Urbanas: uma breve reflexão

*Antônio Jorge Victor dos Santos Godi\**

Hoje, quando eu cheguei aqui, logo que encontrei o Ruy Espinheira, já fui parabenizando-o pelo artigo que escreveu. Mas eu não esperava que ele estendes-se aqui suas colocações, com toda essa perplexidade. Acho que tudo já foi dito e, por conta do que foi dito, é preciso que a gente pense um pouco sobre nós mesmos.

\*  
Conselheiro do Conselho Estadual  
de Cultura, Ator, Antropólogo e  
Professor da Universidade Estadual  
de Feira de Santana.

Estamos aqui para conversar um pouco sobre Diversidade e Culturas Urbanas, uma responsabilidade muito grande, haja vista que não sou exatamente aquele profissional que se diz competente para tal. Mas, de qualquer forma, meu corpo comporta o mundo “e ele não pesa mais que a mão de uma criança”.<sup>1</sup> E meu corpo comporta outras coisas também, outras tantas vidas... Ele compartilha também com outros, outras tantas vidas. Meu corpo, para além do corpo, aquilo que eu carrego nele, partilha com outras vidas e vidas, e vidas e vidas... em determinados lugares e espaços, nem sempre arquitetados e projetados por nós que aqui estamos.

Essa é, de certa forma, a situação da nossa cidade de Salvador, e é um pouco a situação das dimensões metropolitanas. Lembro-me sempre de um velho e clássico sociólogo, George Simmel, que dizia que, na dimensão agonística das metrópoles, o homem olha muito, escuta muito e fala pouco. Na dimensão das cidades, o espaço urbano e o cruzamento das pessoas e das vidas tantas é um cruzamento marcado principalmente pela tensão. Em qualquer cidade que se vá, do mundo moderno – essa construção cultural que se criou no encontro de povos tantos, essa construção cultural que se criou dentro de cenários determinados – nós executamos determinados papéis. Eu me lembro de Erving Goffman, sociólogo canadense, falando sobre a representação do ‘eu’ na dimensão da vida; ele vai muito longe, quando fala um pouco sobre isso. E me lembro do também sociólogo Richard Sennett, falando sobre os conflitos tantos, nas dimensões dos espaços metropolitanos, de idas e vindas e encontros, e olhando aqui para a minha colega e parceira Nádia Virginia, que nos deu esse presente maravilhoso, que é o vídeo “Urbegente”.<sup>2</sup> Eu me lembro de um texto maravilhoso de Edgar Allan Poe<sup>3</sup> sobre o homem das multidões, já naquele período, no início de um processo de metropolização diferenciado... No final do século XIX, ele percebe exatamente o quanto é perigoso emergir na dimensão

<sup>1</sup> Uma livre adaptação do poema “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade.

<sup>1</sup> URBEGENTE: Salvador em múltiplas linguagens (2006).

<sup>2</sup> Cf. POE, Edgar A. *O homem da multidão*. Tradução de Dorothée de Bruchard. Edição bilíngue. Porto Alegre: Paraula, 1993.



da população, na dimensão do povo, porque os conflitos todos estão ali... Um homem sentado confortavelmente, tendo uma vidraça a sua frente, com um jornal no seu colo e um relógio na correntinha, de lado. Um homem portando também uns óculos modernos e, do outro lado da vidraça, a população transitando... e ele pensa que pode se arriscar a entrar naquela selva... No meio dessa selva, ele encontra um homem estranho que parecia absorver a vida daquelas pessoas todas, que não falava nada, que nada dizia... Ele foi completamente puxado, sugado por esse homem estranho, o homem das multidões, e ele transita durante a noite toda atrás desse homem, ele se arrisca a entrar no meio das multidões, ele sai do seu lugar protegido e entra e caminha, durante a noite toda, por praças e praças, sempre observando aquele homem misterioso que nada dizia, sugando a vida como se daquilo ele se alimentasse... e ele volta para o lugar onde estava, no hotel confortável, sem nada entender, pois ele nada viu...

A dimensão da rua é a dimensão do conflito, das lutas tantas e as lutas tantas lá, para além de simbólicas, como a Professora Eneida muito bem colocou, são reais, concretas e físicas. Nesta cidade de Salvador, onde nós percebemos uma multiplicidade de vidas e, também, um colorido poderoso de culturas tantas, aqui onde os meus chegaram na condição de escravos; aqui onde durante mais de 500 anos nós lutamos por espaço, a questão é real, é concreta. Quando nós saímos às ruas, com um Reinado de Congo, era em busca de espaço; quando em 1895 nós levamos para as ruas a Embaixada Africana, para ocupar os espaços centrais da cidade, durante o carnaval, nós percebíamos, ali, que ali era um cenário importante, era uma cidade diferenciada; que a Salvador do carnaval, a Salvador do Dois de Julho e a Salvador do cotidiano são cidades diferenciadas, arrumam-se para uma vida diferenciada, ainda que, no meio dessa dimensão da cultura e da festa, tem alguém que trabalhe, que venda alguma coisa, que prenda o outro ou que tente manter a segurança, enfim.

Mas é nessa dimensão do espaço mesmo que, durante 500 anos, esse povo que ainda hoje continua amargando aquilo que a Prof<sup>a</sup> Eneida Leal Cunha falou com tanta propriedade, tentou se manter, reerguer-se e administrar sua autoestima.

Em 1895, quando nós fomos para as ruas com a Embaixada Africana, foi exatamente isso que nós buscávamos. Em 1896, nós voltamos com os Pândegos da África, entendendo exatamente que a dimensão do carnaval era importante, não só para estabelecer e fincar uma luta simbólica, mas para estender essa luta para além da festa e do carnaval. Quando também, no século XVIII, nós conseguimos tentar assegurar espaços sagrados para a administração mais definitiva das nossas tantas manifestações sagradas e religiosas, também a luta sempre foi espacial; sempre foi espacial, buscar o lugar, buscar a possibilidade de vida, a possibilidade de partilha, para existir igual... E quase sempre, se você olha o mapa da cidade, ou mesmo do Estado ou do País, durante esses 500 anos de processo de colonização, vocês observem que o espaço define exatamente aqueles que estão lá; no caso da cidade de Salvador a coisa é explícita.

Durante o século XX, um século fundamental, um sentido novo de tempo e espaço vai surgir, por conta dessas possibilidades tantas de transporte e de comunicação, e, ainda assim, os nossos perceberam a importância, então, de se utilizar dessas possibilidades, dessas novas possibilidades para estar para além do seu lugar, e assim a estética e a música surgem como um elemento determinante, um elemento fundamental, no sentido de, inclusive, legitimar nossa cultura. Nós atravessamos o século XX, não só aqui, mas em outros lugares, exatamente nessa perspectiva e criamos, então, mais uma vez, o espaço. Criamos uma ideia nova de geografia, nós desconfiguramos a ideia de espaço geográfico que o mundo moderno e capitalista tentou criar. Essa ideia de espaço, de país, complicada, uma ideia teórica que até hoje faz com que povos e povos se matem, porque você não

pode demarcar a cultura e a vida partilhada das pessoas por uma linha... é o que tem acontecido na África e mesmo em algumas regiões da Europa.

Nós criamos, então, um sentido novo de geografia, que, num belo estudo, cujo acesso podemos agradecer, em parte, à Professora Eneida Leal Cunha, do Stuart Hall,<sup>4</sup> tece-se algumas reflexões profundas sobre o sentido de diáspora, ele está para além do sentido da geografia física, ele se constitui exatamente a partir de um sentido de cultura, de pertencimento, de partilha; é um sentido diferenciado no que diz respeito à assunção do grupo ou da tribo, não é aquele sentido de identidade que até então se utilizava, tipo “estudar os *indiozinhos*”, “estudar os *neguinhos*”, “estudar a *tribozinha*”, não, é um sentido novo, diferenciado, marcado, claro, por esse cenário novo, como sempre a questão do espaço presente.

Quero voltar um pouco para Salvador, porque acho que o desabafo do Ruy Espinheira é muito importante e que nós devemos pegar esse vácuo. O carnaval sempre foi uma coisa importante na cidade de Salvador; sempre foi um espaço de luta simbólica e social em Salvador. Anteriormente, somente a elite podia transitar no espaço, ou cenário central da festa. Então, a grande população ficava de parte olhando, quer dizer, recebendo inclusive parte daquelas simbologias tantas, daquelas ideologias tantas. Com a invenção, então, da Embaixada, tudo vai mudar, nós entramos no século XX com uma grande mudança, a mudança “especializada”. Novos sentidos de espaço vão se constituir, com essas novas possibilidades, e começamos ali um processo de multiplicação e proliferação dessa participação popular. Muito se fala por aí, o Fred Góes fala por aí que o trio elétrico é que ocupou, levou o povo para a praça, e não foi nada disso! Falar isso é tirar um mérito desse povo todo, dos “Filhos de Gandhy” daquela época, do “Vai Levando” daquela época, que ocupou o espaço popular, muito antes da década de cinquenta; e as fotos de Pierre Verger provam isso, claramente.

<sup>4</sup> HALL, Stuart.  
*Da diáspora: Identidades e mediações culturais.*  
Belo Horizonte: UFMG; Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

Então, a questão do espaço sempre foi fundamental na nossa luta intersticial nessa cidade e eu não tenho dúvida de que, em outras cidades, essas coisas também transitaram um pouco por aí.

Nós terminamos, então, a década de cinquenta, em 59, com o surgimento da Federação de Grupos Carnavalescos aqui, o que denota exatamente a proliferação desses clubes. Começamos a década de sessenta com o surgimento de blocos já influenciados por outras coisas, a exemplo dos blocos de índios, como o Apaxes do Tororó, e, logo depois, na década de setenta, temos o surgimento do Ilê Ayê para reconfigurar a cidade. O Ilê saiu completamente espremido, numa espécie de uma “kombizinha”, num fusca, sei lá. Bom, mas isso reconfigurou a cidade. Nós chegamos à década de oitenta, então, com um fenômeno novo, que estava começando a surgir na cidade de Salvador, para além do espaço. Possibilidades outras, já elétricas, de se exalar, emanar, dizer coisas... e aqui estava se implantando, então, um certo mercado fonográfico, esse mercado fonográfico colado aí, já com certa, infelizmente, certa costura... Com uma nova política que estava aqui se configurando. Na década de oitenta, também se cria e se fortalece aqui a Rede Bahia – a Rede Bahia, olha a arrogância. A Rede Bahia, que não é nem emissora, associa-se a uma grande rede nacional e cria um complexo de produção de cultura local, terrível, no qual eles determinam até os estacionamento, tudo. Surge a Penta Produções – sem meias palavras (um estudioso tem que dizer a verdade), e se costura, então, uma política de produção de cultura pobre, paupérrima, e se enfia isso goela abaixo.

Na minha casa, eu tinha que desligar o rádio, para a minha filha não ouvir as lamas que entravam por lá. Música é coisa séria, tem que existir uma política mais coerente, mais séria, porque a música invade a sua casa. Eu sempre comento: você pode pegar um livro e colocar lá em cima, seu filhinho não pode ainda ler aquele livro. Está lá o livro, mas a música invade sua casa, então a coisa é seríssima.

O que se engendra na década de oitenta em Salvador é uma coisa grave, gravíssima. E o mais curioso é que boa parte dessa produção vem exatamente dos setores populares, que geralmente somem no meio dessa história e quem passa a aparecer são somente as grandes estrelas do axé. Tem que se minerar para encontrar a qualidade. Se você convive efetivamente com música, e os grandes músicos, assim como os grandes poetas, ficam obscurecidos, como um Florisvaldo Mattos, um Miguel Carneiro, tão desconhecido.

Esse período foi um dos mais terríveis que nós tivemos. Bom, de qualquer sorte esse mercado empregou muita gente, mas sempre de forma desigual, isso é muito grave, isso é muito sério, é uma coisa que merece uma reflexão mais profunda.

Só para fechar, porque acho que o mais importante de um encontro como esse é o debate que diz respeito ao espaço, uma coisa muito, muito grave que aconteceu, principalmente a partir da década de 50, foi exatamente o fato dos grandes terreiros, importantes terreiros de Candomblé serem empurrados de algumas regiões e ficarem como que atômicos na cidade, em busca do espaço mato – porque um terreiro que se preze tem que ter o espaço mato. A cidade começou a ficar toda cimentada, os terreiros da região de São Caetano, e outros, vão pra lá, pra Estrada do Coco, não tinha mais espaço. Os tradicionais terreiros sufocados, como efetivamente produzir e viver, vivenciar e partilhar com o sagrado, se você não tem o espaço mato?



Anexo





# Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo<sup>1</sup>

*Gey Espinheira\**

## *Resumo*

As cidades são os lugares de todos. Não todos na igualdade homogênea, pasteurizada, mas, ao contrário, na concentração de desigualdades e diferenças – daí de todos! Não a universalidade, mas um conjunto de singularidades que vêm das desigualdades e das diferenças, na expressão do multiculturalismo. As contradições que emanam desse modelo levam ao paradoxal efeito de homogeneização, acomodação e anulação do político, sob o domínio da cultura, esta a camuflar as verdadeiras razões das desigualdades sociais que tanto são econômicas, como o são, a partir das diferenças étnicas, religiosas e ideológicas, mas também de gênero e de gerações, cujos resultados são também econômicos. Nas cidades, os espaços urbanos e a paisagem são construções dessas desigualdades e diferenças, com a tendência ao processo, também contraditório, de “desdiferenciação” social e cultural.

**Palavras-chave:** cultura, multiculturalismo, desigualdade, diferença, democracia.

<sup>1</sup> Texto elaborado para apresentação no IV Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais – Políticas Culturais para as Cidades, na mesa “Políticas Urbanas e Cultura”. Salvador, Conselho de Cultura da Bahia, 13 ago. 2008.

\*

Foi Sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA.

### *O funeral de uma era*

Tem início no artigo – resenha – de Cave: “aqui jaz uma ideologia” (CAVE, 2008), a profecia: “está sendo preparado o funeral do multiculturalismo”. Este é o nosso tema de ligação da cultura com a cidade e da cidade com a multiplicidade de realidades. O foco do autor analisado, Kenan Malik, no seu livro *Frutos estranhos*, é a questão racial sob a camuflagem do multiculturalismo, mas outras abordagens aparecem, tais como ambientalismo e movimentos sociais por direitos. O próprio direito como cultura.

A exaustão do multiculturalismo é uma volta no parafuso para se chegar à realidade dos objetivos do humanismo que se pretende alcançar no século XXI, não apenas para sobreviver nele e a ele, na sucessão das gerações, mas erigir um patrimônio político-cultural da dignidade humana.

A euforia na exaltação e defesa das diferenças foi, em um primeiro momento, a ascensão da tolerância, como um componente da convivência político-cultural, na qual os diferentes e os desiguais puderam firmar suas características e, em nome delas, buscar a inclusão social no que se toma como reconhecimento de direitos: direitos à diferença e à igualdade delas no acesso a todas as dimensões da vida social.

Negros, indígenas, migrantes, mulheres, crianças e adolescentes, idosos e dependentes físicos e mentais são algumas das categorias que se definem por seus corpos: cores, gênero e idades, atributos biológicos, aos quais se acrescentam as culturais: religião, opção sexual, ideologias etc. Políticas urbanas foram postas em prática na homogeneização de espaços, a partir de conjuntos habitacionais programados ou de invasões consentidas de áreas da cidade, formando guetos, periferias a concentrar um mesmo tipo: o pobre, o afrodescendente, os deserdados da sociedade. E não sem o consentimento das pessoas que se julgam beneficiadas pelo reconhecimento de suas “comunidades” e o enaltecimento de suas “resistências”.

Afirmar e gozar das diferenças como direito de afirmá-las, recusando o preconceito e a exclusão, tornou-se a “tolerância” contemporânea no discurso pós-moderno, como uma expressão da superação do político pela cultura, fenômeno paralelo ou decorrente do neoliberalismo que assolou o mundo, a partir da década de oitenta do século vinte, e que abriu as portas do século XXI, anunciando um novo tempo que encontrou seu maior eco no Fórum Social Mundial, a anunciar que “um outro mundo é possível”. O altermundismo assumiu a dimensão de ser o outro lado do encontro dos ricos, em Davos, em janeiro de cada ano, analisando a conjuntura econômica e política mundial e a partir daí traçando as estratégias do capitalismo internacional, o centro do poder real que conduz os destinos do planeta.

Mobilizados aos milhares, políticos, jovens e intelectuais de todos os matizes passaram a se reunir em Porto Alegre, inicialmente para contrastar, com o fórum dos países ricos, apresentando alternativas ao capitalismo ou, mesmo, à forma que atualmente o capitalismo assumiu diante da crise do Estado e frente ao fenômeno da globalização, que gerou efeitos paradoxais a desafiar as políticas internas de cada Estado-nação, desequilibrando forças sociais e com isso gerando crises múltiplas no campo das relações sociais internas em cada nação.

A concepção do estado-mínimo, ou não-estado, é controversa e ao mesmo tempo paradoxal. À medida que a ideia de Estado evoluiu da supergarantia da propriedade para a administração coletiva, ou seja, do bem comum, ainda que isso seja apenas uma ilusão, para a maioria da população, pois nas práticas do dia a dia se vê o Estado como meio de acumulação de grupos empresariais e locus de um poder burocrático que devora todas as ideologias e escraviza, pelo encantamento do poder ritualizado, todos os que chegam a ocupar cargos, onde a cultura? E as cidades?

Vamos pensar no indivíduo, este ser que sofre, para o bem ou para o mal, os efeitos dos acontecimentos históricos, do pas-

sado, do presente e das profecias que antecipam o futuro. Este ser, criado pelas transformações tecnológicas desde o século XVIII, sonha com a liberdade; lê sossegado ou inquietamente o romance e, em seu individualismo, transgride fronteiras com a imaginação, vivendo as vidas que a ficção, mais que a realidade, constrói. A cultura é o campo do indivíduo, seja ele o criador ou o consumidor da criação, mas, em ambos os casos, a liberdade é essencial. O indivíduo é essencialmente político, tem uma causa, em que pese o fato de que toda política é fundamentalmente coletiva. Então, a política é o encontro dos indivíduos; a cultura o pano de fundo dos modos de ser, de querer e de sentir.

Diante da “tolerância” contemporânea que se esboça no pluralismo, a percepção de Eagleton (2005, p. 28) merece ser aqui lembrada, para pontuar a nossa percepção do jogo da cultura no mundo contemporâneo em que o Ocidente quer se impor, para além da astúcia ideológica, pela força militar:

Os que consideram a pluralidade como um valor em si mesmo são formalistas puros e, obviamente, não perceberam a espantosamente imaginativa variedade de forma que, por exemplo, pode assumir o racismo. De qualquer modo, como acontece com muito do pensamento pós-moderno, o pluralismo encontra-se aqui estranhamente cruzado com a auto-identidade. Em vez de dissolver identidades distintas, ele as multiplica. Pluralismo pressupõe identidade, como hibridização pressupõe pureza. Estritamente falando, só se pode hibridizar uma cultura que é pura; mas como Edward Said sugere, “todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas”<sup>2</sup>. É preciso lembrar, também, que nenhuma cultura humana é mais heterogênea do que o capitalismo.

As cidades são os espaços dos indivíduos, o encontro de muita gente, um ajuntamento extraordinário da diversidade humana e ao mesmo tempo uma curiosa síntese, como no caso da Bahia

<sup>2</sup>  
SAID, E. *Culture and imperialism*. Londres, 1993.

de Todos os Santos, a Cidade do Salvador, a Soterópolis em que todos estão salvos, ainda que não saibamos de quê. A terra da felicidade não é para todos. Mas a cultura nos oferece uma ideia difusa de baianidade, essa singularidade coletiva que nos uniria em um modo peculiar de ser. E como uma crença acreditada com fé, a baianidade passa a existir como um fato concreto: então, “sorria, você está na Bahia”. Parodiando o poeta, concluímos: uma rima, não uma solução.

Mas vamos mais uma vez recorrer a Eagleton (2005b, p. 75), para situar o fenômeno da culturalização da pós-modernidade na controvérsia das diferenciações culturais.

Era irônico que o pensamento pós-moderno criasse tamanho fetiche em torno da diferença, dado que seu próprio impulso era apagar as distinções entre imagem e realidade, verdade e ficção, história e fábula, ética e estética, cultura e economia, arte culta e arte popular, esquerda e direita políticas.

É com ironia que Eagleton fala das contradições do mundo e, no mundo contemporâneo, no jogo das ideologias, tal como o anúncio pomposo do fim da história: “mais tarde ficaria claro que os fundamentalistas islâmicos não estavam prestando suficiente atenção quando esse anúncio foi feito”. (2005 b, p. 75) E na sequência, escreve:

A “política cultural” havia nascido. Mas a frase é profundamente ambígua. Há muito havia sido reconhecido em círculos radicais que a mudança política tinha que ser “cultural” para ser efetiva. Qualquer mudança política que não se entranhe nos sentimentos e nas percepções das pessoas – que não obtenha seu consentimento, engaje seus desejos e permeie seu senso de identidade – está provavelmente fadada a não durar muito.

Mas vamos um pouco mais adiante e pensemos na largueza do mundo e do tempo, na confluência de forças que nos fizeram do modo que somos, nestes últimos anos, a envolver desejos e

sonhos de uma unidade cultural latino-americana, de um encontro de todos os povos oprimidos, ligados pelo sentimento comum da opressão e do desejo da liberdade ou, de todos com todos, na afirmação de que “um outro mundo é possível”.

### *A águia, o condor e o albatroz*

A águia americana e o condor dos Andes abriram suas asas sobre os países latino-americanos e instauraram o Estado de terror por décadas. Como o albatroz, na metáfora poética de Baudelaire, estavam as pessoas de espírito livre, que vagam nos sonhos de liberdade, com dificuldades de se mover<sup>3</sup> na estreiteza das ditaduras militares. O campo da cultura tornou-se lugar de resistência e a arte assumiu o importante papel de comunicar esses sonhos libertários, unindo, de algum modo, a América Latina, sobretudo através da música, da poesia e da literatura fantástica, capitaneada por Gabriel Garcia Marquez, Nobel de literatura.

A América Latina, saída do ciclo de ditaduras impostas pelos Estados Unidos, nos últimos trinta anos do século vinte, segue elegendo candidatos com perfis esquerdistas, com discursos radicais, em termos de mudanças de orientação política, privilegiando as massas, como nos casos do Brasil, Bolívia, Venezuela e Equador. E personagens femininos, no Chile e na Argentina, quebrando tradições com promessas de inovações, sempre mais à esquerda. A diversidade étnica de países, como a Bolívia e o Equador, confrontam diferentes grupos, sobretudo os descendentes indígenas e os brancos eurodescendentes, que sempre foram as elites dominantes. No Brasil, um fato inusitado: um operário, sem nível superior, chega à presidência da república e é reeleito, consolidando uma liderança pessoal jamais vista. É uma resposta das cidades e da cultura das cidades.

Em cada um desses países, o perfil do presidente ou da presidenta é peculiar, não se encontrando nenhuma homogeneidade

3  
“Le Poète est semblable  
au prince des nuées /  
Que hante la tempête  
et se rit de l’archer; /  
Exilé sur Le sol au  
milieu des huées, / Ses  
ailes de géant  
l’empêchent de  
marcher”. (Charles  
Baudelaire: l’albatros.  
Fleurs du mal, 1858)

entre eles ou elas. O fato comum é que houve uma mudança na aspiração política, o que levou os povos a dar mais atenção a personagens que poderiam se inclinar aos interesses da maioria da população, ao contrário de antes, quando os discursos elitistas manipulavam as massas em interesses próprios, cinicamente enunciados como se fossem de todos e para todos.

Deve-se – é presumível – atribuir à extensão da educação e à elevação de formação educacional os principais fatores para a mudança de orientação do eleitorado nesses países, dando mais atenção às propostas de solução de problemas sociais, dentre os quais emprego, violência e saúde pontuam como os mais urgentes e preocupantes. As sociedades tornaram-se mais complexas, mais problemáticas para elas próprias e daí emergiu a ideia de “sociedade reflexiva”, a que se vê como problema de si mesma ou um problema para si.

O campo da cultura torna-se um refúgio, assim como no passado foi um foco de resistência. O quilombo cultural pode ser um exílio, mas, como todo quilombo, é uma fuga para um outro espaço de liberdade. A segmentação dos campos é culturalmente alimentada e justificada. As cidades, portanto, como sínteses da diversidade, são os lugares de diferenciações que promovem a desdiferenciação na homogeneização de espaços vivenciais no conjunto urbano. São contradições que estão a nos desafiar todo o tempo, sobretudo diante da ideologia do multiculturalismo como solução para as mais diversas condições do ser humano na pós-modernidade, em que quase tudo é possível e permitido.

### *Politicamente correto...*

Enquanto a política cuida dos destinos da coletividade, a política da cultura é manipulada pelo multiculturalismo, como um viés do “politicamente correto”, fragmentando os campos sociais e jogando com parcelas da população sob o comando burocrático do

4  
By Way of an  
Introduction - The end  
of History and the Last  
Man: I argued that  
liberal democracy may  
constitute the “end  
point of mankind’s  
ideological evolution”  
and the “final form of  
human government,”  
and as such constituted  
the “end of history.”  
That is, while earlier  
forms of government  
were characterized by  
grave defects and  
irrationalities that led  
to their eventual  
collapse, liberal  
democracy was  
arguably free from such  
fundamental internal  
contradictions. This  
was not to say that  
today’s stable  
democracies, like the  
United States, France,  
or Switzerland, were  
not without injustice or  
serious social problems.  
But these problems  
were ones of  
incomplete  
implementation of the  
twin principles of  
liberty and equality on  
which modern  
democracy is founded,  
rather than of flaws in  
the principles  
themselves. While  
some present-day  
countries might fail to  
achieve stable liberal  
democracy, and others  
might lapse back into  
other, more primitive  
forms of rule like  
theocracy or military  
dictatorship, the ideal  
of liberal democracy  
could not be improved

Estado, ainda que em outro sentido se possa encontrar o Estado como tutor da cultura, como um mecenato sem o qual certas expressões dificilmente poderiam se desenvolver. Assim, leis que reduzem a obrigação fiscal, como subsídios a empresas privadas ou a pessoas físicas, desde que aplicando em programas especiais, a exemplo do Faz Cultura, na Bahia, ou da famosa Lei Rouanet.

É muito importante analisar tais benefícios como decorrentes de um plano político que expressa o espírito de época, que pode ser traduzido como de recuo do espaço público para campos sociais restritos, a exemplo da negritude que procura firmar uma dimensão racialista e obteve medidas de reparação, tal como a política de cotas, que reserva o mercado em certos setores específicos, desigualando a sociedade como forma de proteção para segmentos mais frágeis da população, em termos de competição livre.

Em razão das especificidades dos grupos sociais, a política de reconhecimento das diferenças torna-se, na realidade, paradoxal, pois se às vezes implica em inclusão, como o reconhecimento das religiões de matriz africana, por outras as isola, como expressões exóticas, e as congela em suas posições sociais, levando ao esquecimento de que a distribuição das pessoas e grupos sociais na estrutura da sociedade se dá pela classe a que pertencem e que, portanto, são as relações econômicas e não as culturais que classificam a posição social. As lutas micrológicas perdem a dimensão de conjunto e as perspectivas se entrecruzam sem se sintonizarem.

O abandono da perspectiva da luta de classes, como uma reminiscência do passado, é uma manobra ideológica para apagar os ideais revolucionários que se identificavam com a proposição socialista, sobretudo das correntes marxistas. Para o teórico americano, Fukuyama<sup>4</sup>, chegava-se ao “fim da história”, tal como analisa Anderson (1992), já que de agora em diante o planeta tinha uma só economia, a capitalista, com o malogro da União



Soviética, símbolo de uma era que ficou no passado, com a Rússia comunista de 1917 a 1989. Foi precisamente neste ano, 1989, que Fukuyama expressou pela primeira vez a sua tese e, dela, nos diz Anderson (1992, p. 99):

on. Disponível em:  
<<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/us/fukuyama.htm>. Acesso em: ago. 2008.

A obra de Fukuyama contém uma psicologia, uma história e uma política. Apesar de toda a força de seu conjunto, cada uma exhibe sua própria disposição interna. Intelectualmente, a mais notável inovação de *The end of History and the Last Man* é o preenchimento de uma teoria hegeliana da história com uma teoria platônica da natureza humana. Como se encaixam uma na outra? A exposição de Fukuyama gravita em torno do papel de thumos – o espírito que se situa entre a razão e o desejo na topografia platônica da alma.

Com a densidade da análise combinada de uma psicologia, de uma história e de uma política, fica a premissa do ajuste de interesse por outros meios, que não os tradicionais recursos militares, como sintetiza Anderson (1992, p. 84), uma resposta de Fukuyama à dissuasão de uma guerra nuclear:

Os Estados modernos nunca buscaram simplesmente o poder como um objetivo independente em si mesmo, e sim como um meio a fim de garantir interesses particulares que são sempre ideologicamente definidos. Um mundo em que todos os Estados compartilham de uma adesão normativa comum a mercados livres e eleições livres não seria por certo o mais propício recorrer ao repertório clássico de hostilidades militares.

Se no plano internacional, o ajuste se daria com base em um “consenso”, tal como se registrou no famoso “consenso de Washington”, momento político mundial do neoliberalismo, após 1989, as invasões do Paquistão, no governo Clinton, e posteriormente a política belicista de George W. Bush, culminando com as invasões do Paquistão e do Iraque, abalam a teoria exposta

e nos levam a ver que é ainda a economia – interesses particulares – que define o andar da História e, por isso mesmo, não há como afirmar um “fim da história”. No plano interno dos estados-nação, e neles, nas cidades, os conflitos não se findaram sob o império do desejo de coesão e harmonia, mas foram camuflados ou sufocados pela cultura do direito das múltiplas expressões, na denominação de multiculturalismo, tão vivamente criticado por autores como Hall (2003), Bhabha (2003) e Jacoby (1999).

Em vez da luta de classe, passa-se à luta de afirmação de minorias, na sequência do grande e vitorioso movimento feminista, incluindo-se aí os raciais, que se inclinam para a dimensão étnica, sobretudo quando o DNA desmistifica o conceito de raça. A luta pela igualdade, e posteriormente pela afirmação da especificidade de gênero das mulheres, é acompanhada da busca de afirmação das condições dos afrodescendentes e dos indígenas. No campo religioso, o embate do neopentecostalismo com a tradição católica latino-americana, certamente o continente mais católico do planeta até então. Tudo relegado, agora, ao campo da cultura e não mais ao da política. Têm-se, desse modo, lutas fragmentadas, em certos casos difusas, curiosamente quando se procura a interdisciplinaridade, ou as manifestações de multidão, como se empenham em teorizar Hard e Negri (2004), ou John Holloway (2003), a propor a despedida das teses do século XIX e a recomendar as lutas revolucionárias, como uma nova expressão de um neanarquismo, a negação do poder: “mudar o mundo sem tomar o poder”.

A cidade estratifica por renda e por estilo de vida, ao tempo em que é estratificada pelas características dos diversos grupos, nas políticas de cultura, que, salvo algumas curtas, embora eficazes, as políticas culturais trouxeram visibilidade de quem não se via no cenário urbano, como as da Fundação Gregório de Matos, sob o comando de Paulo Costa Lima, no período 2006/2007. No mais geral, cada qual em seu lugar nas políticas urbanas de

cultura, quando a cultura atua como calmante a incentivar a passividade pelo suposto reconhecimento social do fazer cultural de grupos segregados, muitos dos quais concebem sua situação como um “acaso” de sua história de vida.

São contradições que merecem a nossa atenção, quando focamos as cidades como lugares das diferenças, e ao mesmo tempo lugar comum, no sentido de todos, não da universalidade da igualdade, mas da capilaridade para a diversidade social, mascarando nessa tolerância o enquadramento dos mais diversos grupos sociais em suas expressões culturais.

*No lugar de todos, os espaços de cada um*

Se a cidade é o lugar de todos, nela a divisão social pode ser percebida com nitidez ou de modo confuso, na medida em que políticas de dissimulação são postas em prática, tanto do lado institucional do poder, como nas estratégias de representação de grupos sociais. Uma cidade é sempre invisível em sua totalidade, a contrariar os estereótipos que dela se constroem. Em uma sequência de publicações sobre a violência urbana avançada, Wacquant (2001, 2005, 2008) examina e compara a situação dos guetos nos Estados Unidos, mais especificamente em Chicago, e na França, demonstrando diferentes políticas urbanas, sendo a dos Estados Unidos, com a evidente retração do Estado e o aumento considerável da criminalidade em certos “guetos”, territórios da indiferenciação social e cultural, ao contrário do fenômeno que se observa nas *cités* francesas, cidades periféricas, a famosa *banlieu* que, em 2006 e 2007, mostrou-se larga e poderosamente incendiária com os protestos de jovens da terceira geração de migrantes acolhidos, sobretudo africanos e árabes.

O padrão brasileiro de políticas urbanas foi crescentemente o de distinção da diversidade social, alocando os diferentes grupos em espaços homogeneizados, ou seja, de indiferenciação, em

5  
"Senhora dona Bahia, /  
nobre e opulenta  
cidade, / madrastra dos  
naturais, / e dos  
estrangeiros madre...".

que as identidades se dissolvem na situação comum, do espaço comungado na pobreza, na feiúra e na vida de sacrifícios cotidianos em relação aos serviços públicos das cidades.

Tomemos o exemplo da cidade do Salvador, a qual consideramos, em um artigo, como “cidade das desigualdades” (1999), e, em um outro, mais como “cidade invisível e dissimulada” (2002), ou ainda como *Mal-estar na baianidade*: perdas e danos (2002). A cidade “tão dessemelhante” de Gregório de Matos (s.d., p. 30), mas também “cidade madrastra”<sup>5</sup> (p. 39), demonstra a diversidade de olhares, dos lugares em que se posicionam os observadores. O olhar social da diversidade social obrigatoriamente deve ser o da economia, da divisão de classes sociais; o olhar alienado da cultura é o da dissimulação e da afirmação das diferenças como um direito e, a igualdade de oportunidades, como uma alienação das condições sociais de produção da riqueza. A afirmação ideológica dos direitos sociais não garante a aplicação real, concreta, desses direitos.

Consegue-se que a capoeira seja reconhecida como patrimônio cultural; que o acarajé também o seja; que o candomblé e a umbanda sejam religiões respeitáveis, quando outrora eram vistas como magia e feitiçaria, na esteira do estigma e preconceito com a cultura africana. Reconhece-se o dia da consciência negra e uma estátua de Zumbi é erguida na Praça da Sé de Salvador. A parada gay reúne milhares de pessoas, assim como as manifestações dos evangélicos e as procissões dos católicos. Ciclistas, motociclistas, corredores e maratonistas também se encenam nas ruas, assim como os mais diversos grupos da terceira idade. Vez por outra, são moradores revoltados que fecham as ruas principais, em protesto contra chacinas e homicídios cometidos por policiais. A cidade fala, protesta e se revela, por uns momentos, mas logo volta à normalidade do destino consentido, conformado, à impotência de ir além do “*juris esperneandi*”.

*Políticas culturais da memória  
e do esquecimento*

Tome-se o exemplo da recuperação arquitetônica e urbanística dos conjuntos de casarios históricos de Salvador. Em todos eles a população residente foi retirada, “inconsentida” em permanecer, como se estivesse fora do seu lugar, tão logo se dava a valorização urbana, estética e, conseqüentemente, imobiliária desses lugares.

Em dois artigos sucessivos sobre as políticas de restauração de sítios históricos na América Latina (AZEVEDO, 2004; ESPINHEIRA, 2005), considerando a experiência do Pelourinho, em Salvador-Bahia, e de outros, no Equador, ficou patente a intervenção da Cultura na cultura da vida cotidiana, promovendo imposições e modificações de práticas populares, afastando-as como indesejáveis aos padrões turísticos internacionais, cujo lema é buscar a segurança, do conhecido em seu próprio país, em lugares diferentes. Ou seja, o já conhecido no desconhecido, a padronização que tranquiliza. Assim, a diversidade cultural tende a se moldar à semelhança em que, em lugares diferentes, encontra-se o que é igual no local de origem do viajante. Mundo repetitivo, reproduzido na domesticação da cultura popular.

As cidades e seus lugares que se mostram ao turismo são aquelas domesticadas pelas instituições oficiais da cultura, que exilam as representações populares ou as transformam em exotismos de demonstração, a exemplo das representações de danças do candomblé em restaurantes e casas de shows turísticos, ou os tipos “bahianas” estilizadas no Centro Histórico de Salvador, fazendo as figurações epocais. Aí, no caso, as pessoas de cor são recrutadas para o “realismo inventado” pela cultura do turismo.

No processo de valorização dos espaços urbanos, dá-se também o processo de substituição das populações, enfatizando racionalmente a segregação social como política cultural. Como se deu em Salvador, com a conhecida “desfavelização das festas

de largo”, e pela transformação do “carnaval em grande negócio”, priorizando a negociação com empresas de todos os tipos em relação à cultura popular que se manifestava na livre invenção e criação da fantasia. O fim da fantasia foi decretado pelo princípio de realidade da economia, na forma de mercantilização da criatividade, sob o comando unificado de uma associação empresarial dos grandes blocos de trio elétrico, marca do carnaval de Salvador, tecnologia de comunicação musical de mobilização de massa em expressão corporal no espaço público da cidade. O folião “compra” a sua fantasia, o seu abadá, como passaporte para entrar e participar em um bloco de trio e lá, devidamente “fardado”, segue ao comando dos animadores que regem a forma de expressão do corpo e, quiçá, da alma.

O espaço urbano dos circuitos carnavalescos fica à disposição dos administradores da cultura do lúdico, agora sob a racionalidade instrumental do lucro empresarial a impor modelos de atuação de todos e do próprio uso da cidade. A política cultural é no sentido de fazer da cidade um cenário temático para turista ver e participar na compra das emoções colocadas no mercado de entretenimento contemplativo e participativo, sendo esta opção ainda que orquestrada por “maestros” do corpo empresarial da indústria cultural.

Mesmo em uma manifestação lúdica, considerada a “maior festa do mundo”, como registra o veículo de comunicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, inscrita no *Guinness Book* (Viver Bahia! p. 9), a segregação das pessoas é evidente, salta aos olhos, e é quando as classes socialmente dominantes dominam o espaço público das ruas e praças, com suas cordas de isolamento de seus blocos, obrigando as camadas populares às margens estreitas e densas dos excluídos. O rio claro corre por entre margens escurecidas e neste caso é o rio que comprime as margens e é esse o efeito dessa organização social, da sociedade de classes, em que a solidez desse rio se separa de suas margens

e não deixa que elas se encontrem e se reconheçam; e, assim, alienadas de si, como se fosse natural, as margens contemplam os que dançam, cantam e se mostram, pois ali estão para serem contemplados, mas sem tocá-los, e se julgam também participantes da grande festa.

### *Bibliografia*

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*.

Tradução de

Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después. *Íconos*, Ecuador: Revista de Ciencias Sociales – FLACSO, n. 20, sept. 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAVE, Stephen. Aqui jaz uma ideologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 de julho de 2008. Caderno Mais: (+ livros), p. 6.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Tradução de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

ESPINHEIRA, Gey. El patrimonio como domesticación da la cultura. *Íconos*, Ecuador, Revista de Ciencias Sociales – FLACSO, n. 21, ene. 2005.

———. Mal-estar na baianidade: perdas e danos. *Cadernos do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 200, 2002.

———. Gey. Salvador: A cidade invisível e a cidade dissimulada. In: LIMA, Paulo Costa et al. (Coords.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002.

———. Salvador: cidade das desigualdades. *Cadernos do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 184, nov./dez, 1999.

ESPINHEIRA, Gey; GOMES, Álvaro. Paz só com justiça social: póscolonialismo, multiculturalismo e autonomia dos povos: o desafio do século XXI. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, Nairóbi. Salvador: IAPAZ, 2007.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Penguin Press: 1992. (Introduction). Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/us/fukuyama.htm>>.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: ———. *A diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO do Brasil, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

JACOBY, Russell. *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MATOS, Gregório. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

VIVER BAHIA!. Carnaval: vai ferver alegria nas ruas da Bahia (an explosion of joy in the streets of Bahia). *Revista de Turismo da Bahia*, Salvador, ano 1, n. 5, jan. 2008.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

———. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

———. *Os condenados da cidade*. Estudo sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001; 2ª ed. 2005.



# Ficha técnica do evento



# IV Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais: Políticas Culturais para as Cidades

11 a 14 de agosto de 2008  
Conselho Estadual de Cultura da Bahia  
Salvador, Bahia

## *Objetivos*

- Analisar as relações entre cultura e cidades na contemporaneidade
- Debater as políticas culturais das cidades
- Propor novas políticas culturais para as cidades
- Inserir o tema da cultura na agenda pública das eleições municipais de 2008

## *Realização*

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)  
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PÓS-CULTURA)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC)  
Secretaria Estadual de Cultura da Bahia (SECULT)  
Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)

## *Datas e horários*

11 a 14 de agosto de 2008 - 18:30 às 21:30 horas  
13 de agosto de 2008 - 14 às 17 horas

*Local*

Auditório Nilda Spencer | Conselho Estadual de Cultura  
Anexo ao Palácio da Aclamação, Campo Grande  
Salvador - Bahia

*Programação*

Dia 11 de agosto de 2008

**MESA I – A Cidade como Fenômeno Cultural na Contemporaneidade**

Leonardo Boccia (PÓS-CULTURA/UFBA)

Afonso Florence (SEDUR)

Ana Fernandes (CEC/UFBA)

Ângelo Serpa (UFBA)

Ubiratan Castro de Araújo (FPC-SECULT)

Maria de Azevedo Brandão (UFBA)

Dia 12 de agosto de 2008

**MESA II – Cidade e Patrimônio Cultural**

Antonio Albino Canelas Rubim (CEC/UFBA)

Clímaco Dias (UFBA)

Eugênio Lins (UFBA)

Frederico Mendonça (IPAC-SECULT)

Pasqualino Romano Magnavita (CEC/UFBA)

Valdina Pinto (CEC)

Dia 13 de agosto de 2008 (tarde)

**MESA III – Políticas Culturais e Cidades**

Paulo Miguez (CEC/UFBA)

Paulo Ormino de Azevedo (CEC/UFBA)

Paulo Costa Lima (UFBA/FGM/CEC)

Javier Alfaya (Assembleia Legislativa)

Frederico Mendonça (SECULT)

Sergio Coelho Borges Farias (UFBA)

Dia 13 de agosto de 2008

**MESA IV – Políticas Urbanas e Cultura**

Lia Robatto (CEC)

Gey Espinheira (UFBA)

Paulo Henrique de Almeida (SECULT)

Marcus Alban (UFBA)

Tânia Fischer (UFBA)

Dia 14 de agosto de 2008

**MESA V – Diversidade e Culturas Urbanas**

Ana Célia Silva (CEC/UNEB)

Paola Jacques (UFBA)

Eneida Leal Cunha (UFBA)

Ruy Espinheira Filho (ALB)

Antonio Jorge Victor dos Santos Godi (CEC/UEFS)

*Coordenadores*

Antonio Albino Canelas Rubim e Taiane Fernandes

*Secretaria*

Leda Oliveira

*Assistentes de Produção*

Gleise Oliveira

Igor Cruz

Ítalo Richard

Milene Andrade

Naiara Vieira

Nathália Mattos

Renata Freitas

*Design*

Bruno Rhode

O projeto gráfico deste livro foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a EDUFBA, em Salvador. Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da EDUFBA. A capa e o acabamento foram feitos na Cian Gráfica.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m<sup>2</sup>.







Este sétimo livro da coleção CULT, realizado com o apoio do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, aborda as políticas culturais para as cidades, em palestras proferidas por professores, pesquisadores, profissionais, gestores públicos e políticos que têm se destacado no debate sobre o tema, durante a realização do IV Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais, em 2008. As políticas culturais para as cidades são apresentadas sob múltiplos pontos de vista por teóricos e profissionais oriundos das mais diversas áreas de atuação.



ISBN 978-85-232-0689-5



9 788523 206895